



UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
MESTRADO EM CIÊNCIAS DA LINGUAGEM

ATENIENSE ALVES DE MENDONÇA

**REPRESENTAÇÕES DA DITADURA CIVIL MILITAR EM  
LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA: UMA ANÁLISE CRÍTICA  
DO DISCURSO**

**Recife**

**2014**

**ATENIENSE ALVES DE MENDONÇA**

**REPRESENTAÇÕES DA DITADURA CIVIL MILITAR EM  
LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA: UMA ANÁLISE CRÍTICA  
DO DISCURSO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação da Universidade Católica de Pernambuco, como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciências da Linguagem, na Área de Concentração em Teoria e Análise de Organização Linguística e na Linha de Pesquisa Processos de Organização Linguística e Identidade Social, sob orientação do Prof. Dr. Karl Heinz Efken.

**Recife**

**2014**

## **FICHA CATALOGRÁFICA**

**REPRESENTAÇÕES DA DITADURA CIVIL MILITAR EM  
LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA: UMA ANÁLISE CRÍTICA  
DO DISCURSO**

**ATENIENSE ALVES DE MENDONÇA**

Dissertação de Mestrado submetida à banca examinadora como requisito para o título de Mestre em Ciências da Linguagem da Universidade Católica de Pernambuco – UNICAP.

Defesa pública em:

Recife, 24 de outubro de 2014.

**BANCA EXAMINADORA:**

---

Prof. Dr. Karl Heinz Efken  
Universidade Católica de Pernambuco - UNICAP  
(Orientador)

---

Prof. Dr. Moab Acioli  
Universidade Católica de Pernambuco - UNICAP  
(Avaliador interno)

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Gláucia Renata Pereira do Nascimento  
Universidade Federal de Pernambuco - UFPE  
(Avaliadora externa)

**Recife**

**2014**

*Dedico este estudo a Adriana, Luíza e Júlia.*

## AGRADECIMENTOS

Aprendi muito com a presença daqueles com quem convivo e convivi durante a realização desta pesquisa. É muito significativa a caminhada numa construção de uma dissertação de mestrado. Agradeço muito a Universidade Católica de Pernambuco por sua prática cristã na realização desse estudo.

Agradeço a Deus, o nosso Deus único, de quem os filhos de Israel devem lembrar e escutar, à minha esposa Adriana e às minhas filhas, Luíza e Júlia.

Agradeço à minha mãe e à minha avó, Edna Pereira (*in memoriam*) e Erotides Pereira, respectivamente, pela presença importante na minha formação humana.

Agradeço a Karl Henz, professor orientador deste estudo, por sua presença, responsabilidade e compromisso de me orientar de forma intelectual, aos professores Suzana Cortez, Isabela Barbosa do Rêgo Barros, Renata da Fonte, Nadia Azevedo e Roberta Caiado, pelos conhecimentos compartilhados.

Agradeço aos amigos de trabalho, dentre eles: Jonadab Mansur e Ariane Mota, por suas imprescindíveis contribuições.

Agradeço aos meus alunos, com quem muito aprendo.

## RESUMO

A presente pesquisa propôs-se a isto: analisar criticamente os discursos e suas relações de poder. Para isso, teve-se como objeto de estudo LDHs próprios para o 9º ano do Ensino Fundamental. Assim, pretende-se investigar, especificamente, como o fato histórico da Ditadura Civil-militar do Brasil está representado em duas obras didáticas. A primeira se trata de uma produção editada, em 2009, pela biblioteca do próprio Exército Brasileiro, pertencente à coleção Marechal Trompowsky e autoria de Aldo Demerval Rio Branco, Maurício de Siqueira, Mallet Soares, Neide Annarumma, intitulado *História do Brasil: Império e República*. A segunda obra, em contrapartida, não possui vínculo algum com o Exército Brasileiro, sendo produzida em 2011, por uma editora de grande circulação nacional, a Editora Moderna, escrito por uma única autora, Patrícia Ramos Braick, e tem como título: *Estudar História das origens do homem à era digital*. A partir disso, será abordado o pensamento de Normam Fairclough (2001), linguista britânico, ícone fundador da Análise Crítica. A obra do autor contribui significativamente para a constituição e desenvolvimento dos Estudos Críticos do Discurso, na medida em que introduz um método analítico diferenciado, o chamado “Modelo tridimensional de análise do discurso”, que coloca as instâncias texto, prática discursiva e prática social como dimensões integralmente dialéticas e bases para o olhar investigativo do analista de discursos. Segundo o teórico britânico, o texto forma e é formado nas práticas sociais, sendo esses domínios interligados e mutuamente constituídos.

**Palavras-chave:** Ditadura civil-militar do Brasil. Discurso. Análise Crítica do Discurso, Práticas sociais.

## ABSTRACT

The present research was proposed to this: analyze critically the speeches and its power relations. For that, had as object of study LDHs fit for the ninth grade of elementary school. Thus, we intend to investigate, specifically, as the historical fact of the Civil-Military Dictatorship of Brazil is represented in two didactic works. The first production is edited, in 2009, the Brazilian Army's own library, the collection of Aldo and authorship Trompowsky Marshal Demerval Rio Branco, Maurício de Siqueira, Mallet Soares, Neide Annarumma, entitled *History of Brazil: Empire and Republic*. The second work, by contrast, does not have any link with the Brazilian Army, being produced in 2011, a large national circulation Publisher, Editora Moderna, written by a single author, Patricia Ramos Braick, and its title: *Study History of the origins of man in the digital age*. From this, it will be discussed the thought of Norman Fairclough (2001), British linguist, founder of icon critical analysis. The work of the author contributes significantly to the establishment and development of Critical Discourse Studies, in that it introduces a different analytical method, the so-called "three-dimensional model of discourse analysis", which places text instances, discursive practice and social practice as a fully dialectical dimensions and bases for the look of investigative analyst of speeches. According to the British theorist, the text form and is formed in the social practices, being those domains are interconnected and mutually constituted.

**Key-words:** Civil-military dictatorship of Brazil. Discourse. Critical discourse analysis. Social practices.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1- - Modelo tridimensional de análise.....	39
Figura 2 – Capa (LDH Brasil Império e República).....	49
Figura 3 – Capa (LDH Estudar História).....	50
Figura 4 – Página inteira (LDH Estudar História, p. 234).....	71
Figura 5 – Fotografia (LDH Estudar História, p. 235).....	72
Figura 6 – Fotografia (LDH Estudar História, p. 235).....	72
Figura 7 – Box Saiba Mais (LDH Estudar História, p. 237).....	76
Figura 8 – Página inteira (LDH Estudar História, p. 238).....	77
Figura 9 – Charge (LDH Estudar História, p. 239) .....	79
Figura 10 – Box (LDH Estudar História, p. 239) .....	79
Figura 11 – Box (LDH Estudar História, p. 240) .....	81
Figura 12 – Página inteira (LDH Estudar História, p. 241) .....	83
Figura 13 – Charge (LDH Estudar História, p. 242).....	85
Figura 14 – Box (LDH Estudar História, p. 243) .....	87
Figura 15 – Charge (LDH Estudar História, p. 243) .....	88
Figura 16 – Pagina inteira (LDH Estudar História, p. 244) .....	89
Figura 17 – Página inteira (LDH Estudar História, p. 250) .....	91
Figura 18 – Página inteira (LDH Estudar História, p. 251).....	92

## LISTA DE ABREVIATURAS

AD	-Análise do Discurso
ACD	-Análise Crítica do Discurso
FMI	-Fundo Monetário Internacional
PMDB	-Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PDS	-Partido Democrático Social
EF	-Ensino Fundamental
ISD	-Interacionismo Sociodiscursivo
LD	-Livro Didático
LDB	-Leis de Diretrizes e Bases
LDH	-Livro Didático de História
MDB	-Movimento Democrático Brasileiro
PCN	-Parâmetros Curriculares Nacionais
PNLD	-Programa Nacional do Livro Didático
SD	-Sequências Didáticas

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	12
<b>1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA</b> .....	17
1.1 A DITADURA CIVIL MILITAR: UMA NARRATIVA CONJUNTURAL E ESTRUTURAL.....	17
1.2 ADC HISTÓRICO.....	29
1.3 ESTUDOS DO DISCURSO.....	31
1.4 O PENSAMENTO TEÓRICO DE NORMAN FAIRCLOUGH.....	33
<b>1.4.1 Inovações teóricas</b> .....	33
<b>1.4.2 Modelo Tridimensional da Análise de Discurso</b> .....	37
1.4.2.1 A dimensão do texto.....	38
1.4.2.1.1 O Vocabulário.....	38
1.4.2.1.2 A Gramática.....	39
1.4.2.1.3 A Coesão.....	40
1.4.2.1.4 A Estrutura Textual.....	40
1.4.2.2 A dimensão da prática do discurso.....	41
1.4.2.3 A prática social.....	42
<b>2 METODOLOGIA</b> .....	45
<b>3 ANÁLISE DOS DADOS</b> .....	50
3.1 SIGNIFICADO DA DITADURA CIVIL MILITAR NO DISCURSO DO LIVRO DIDÁTICO: HISTÓRIA DO BRASIL: IMPÉRIO E REPÚBLICA.....	50
3.2 SIGNIFICADOS DA DITADURA CIVIL MILITAR NO DISCURSO DO LIVRO DIDÁTICO: ESTUDAR HISTÓRIA: DAS ORIGENS DO HOMEM À ERA DIGITAL.....	65
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	95
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	100
<b>ANEXOS</b> .....	105

## INTRODUÇÃO

Os discursos constituem nossas práticas sociais, as quais constituem nossas maneiras de criarmos discursos. No campo da linguagem e seus usos, o texto forma a sociedade, que forma seus textos, um interfere no outro, um está imbricado ao outro, tal qual a imagem de um escorpião encalacrado, que pica a si mesmo, provando do próprio veneno (ARRIGUCCI JR., 1995). Toda essa sinfonia discursiva é regida por elementos indissociáveis das práticas humanas desde os tempos mais remotos: poder e dominação.

Dalmo de Abreu Dallari (1998), em suas considerações sobre as características base de uma sociedade, destaca o poder como uma de suas mais significativas. Segundo o autor, o poder é o exercer impositivo de uma vontade sobre a outra, de modo que a economia determinou, inicialmente nas sociedades primitivas, quem impunha poder a quem. Nessas sociedades, por exemplo, possuía mais poder quem acumulasse mais cocos ou quem caçasse mais javalis, pois, assim, estaria em vantagem econômica sobre os demais, sendo capaz de deter o domínio sobre as vontades alheias, ao tempo que impunha como soberana a própria vontade. Outro fator determinante do poder entre os pares nessas comunidades primitivas era o uso da força. Nesse sentido, podia mais aquele mais robusto, mais corpulento, dotado de habilidades físicas capazes de favorecê-lo numa disputa “no braço”, “no dente”.

Com a diversificação das nossas condições materiais de existência ao longo da História, destaca-se Marx, em *O capital* (1887), pelas novas maneiras de engendrar a dinâmica do poder que surgiram. Diferentemente das primeiras sociedades, agora o poder emana não apenas da acumulação simplória de bens ou da rude força física. Novas estruturas são criadas para que o poder se legitime e continue a oprimir novas vontades em massa e, dir-se-ia de uma maneira mais perversa, porque, praticamente irrefutável, tamanha a sutileza característica dos novos tipos de controle. Tais estruturas, na nomenclatura marxista, integram o que ele chama de “Super-estrutura” e estariam basicamente representadas por duas frentes: 1) a jurídica (Direito e Estado) e 2) a ideologia (moral, política, religião, artes).

Nessa conjuntura, mais do que nunca, os discursos fomentados nas práticas sociais se afirmam como mecanismos de manutenção do poder, mecanismos de controle e opressão. Tratam-se, pois, de formas mais sutis e “apropriadas” para os dominar, uma vez que tendem a se revestir de uma carapaça “natural”, querendo-se confundir com a

própria e única verdade, maquiando sua propriedade cultural, resultante do fazer humano. Dessa forma, o dominado se deixa dominar praticamente sem a mínima percepção de que está diante de um discurso controlador, com ele colaborando, quase sempre, passivamente. Sendo assim, analisar discursos, investigar que tipos de interesses estão a legitimá-los, perceber seu caráter dominador e suas estratégias de naturalização do real são iniciativas fundamentais para discutir e provocar transformações significativas no campo social.

A pesquisa se propõe a isto: analisar criticamente os discursos e suas relações de poder. Tem-se como objeto os Livros Didáticos de História (usaremos a abreviação LDH) próprios para o 9º ano do Ensino Fundamental. Pretende-se investigar, especificamente, como o fato histórico da Ditadura civil-militar está representado em duas obras didáticas diversas. A primeira se trata de uma produção editada em 2009 pela biblioteca do próprio Exército Brasileiro, pertencente à coleção Marechal Trompowsky, de Aldo Demerval Rio Branco, Maurício de Siqueira, Mallet Soares e Neide Annarumma, intitulada *História do Brasil: Império e República*. A segunda obra, em contrapartida, não possui vínculo algum com o Exército Brasileiro, sendo produzida, em 2011, por uma editora de grande circulação nacional, a Editora Moderna. Escrito por uma única autora, Patrícia Ramos Braick, e tem como título: *Estudar História das origens do homem à era digital*.

Cada obra irá representar discursivamente a Ditadura civil-militar a sua maneira, a partir de posturas ideológicas e de interesses específicos. Convém compará-los, criticá-los, desvendar que ideologias servem, na medida em que selecionam determinado vocabulário, determinada organização sintática, e na medida em que propõem ou não diálogos com outras vozes, outros textos. Faz-se importante problematizar a questão, porque analisar as perspectivas ideológicas dos livros didáticos através da linguagem que esboçam é desvendar as relações de poder latentes em nossa sociedade. Sabe-se que livro didático é uma instância basilar na formação de um povo, nas relações sociais a serem mantidas ou questionadas. São, indiscutivelmente, relevantes construções da memória. Entendemos que, dessa forma, trazê-los à baila com esta perspectiva analítica é intervir na construção das redes de poder presentes na educação brasileira; é, de maneira mais pontual, chamar atenção para o fato de que um episódio fulcral da nossa história, como a Ditadura civil – militar, pode ser construído discursivamente de modos distintos, ao bel-prazer do militar que quer representá-lo como uma “revolução”, ou de quem o nomeia como “golpe”.

O instrumento teórico selecionado, embasando a análise aqui proposta, é o pensamento de Norman Fairclough, linguista britânico, ícone fundador da Análise Crítica do Discurso, ao lado de Teun Van Dijk e Gunther Kress. A obra de Fairclough contribui significativamente para a constituição e desenvolvimento dos Estudos Críticos do Discurso, na medida em que introduz um método analítico diferenciado, o chamado “Modelo tridimensional de análise do discurso”, que coloca as instâncias: 1) texto, 2) prática discursiva e 3) prática social como dimensões integralmente dialéticas e bases para o olhar investigativo do analista de discursos. Segundo o teórico britânico, o texto forma e é formado nas práticas sociais, sendo esses domínios interligados e mutuamente constituídos. Nas palavras de Oliveira & Carvalho sobre a obra do autor:

A imbricação entre discurso e práticas sociais é tão profunda, a complexidade das relações dialéticas que discurso e práticas sociais estabelecem entre si é tão grande, que Fairclough chega a afirmar que o discurso é a língua concebida como uma forma de prática social – daí o discurso ser um dos elementos constitutivos dessa prática. (2013, p. 286).

Uma marca característica do diferencial oferecido por Fairclough à Análise Crítica do Discurso é justamente essa sua preocupação em enxergar a superfície linguística do texto de uma maneira mais pontual, demonstrando como tal materialidade da língua (vocabulário, categorias gramaticais, aspectos de coesão, vozes verbais, seleção do gênero textual, etc.) constitui e é constituída em relação às práticas discursivas e sociais dentro de suas ideologias e questões de poder características. É nesse aspecto particular que a obra de Fairclough contribui decisivamente para o método de análise aqui desenvolvido, pois procurar-se-á observar neste trabalho como o aparato material-linguístico dos livros didáticos manifestam ideologias e relações de poder, solidificando-as ou desconstruindo-as. Busca-se, pois, investigar com que “face” linguística e textual a Ditadura civil- militar é construída enquanto discurso nas duas obras em análise e como esta construção se relaciona com nossas práticas sociais.

Dois outros aspectos serão recortados nesta pesquisa. São eles: o contexto histórico da Ditadura civil-militar, que aqui merece atenção, tendo em vista que suas diferentes representações discursivas serão analisadas nos livros didáticos; os contextos de produção de texto e discurso e a questão do livro didático no Brasil.

Neste ano, 2014, lembramos 50 anos do Golpe militar, que usurpou pela força o poder de um presidente eleito democraticamente e impôs, arbitrariamente, um

cerceamento da liberdade da nação, o qual, naturalmente, reverberou-se nos modos de produzir cultura, educação. Esse episódio da nossa história deixa marcas na nossa memória coletiva, as quais interferem como em que iremos recontá-lo adiante, seja de boca em boca pelas veredas das ruas, seja oficialmente em materiais didáticos utilizados nas escolas. A memória seleciona como criaremos os fatos em discursos, como selecionaremos nossa narrativa. A esse respeito torna-se interessante pensar com Le Goff:

(...) o que sobrevive não é o conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efetuada quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quer pelos que se dedicam à ciência do passado e do tempo que passa. (...) (1992, p. 535).

É fundamental, nesse sentido, aqui, investigar que escolhas e memórias nos discursos dos livros didáticos vão ofertar nas suas narrativas, tendo o poder de construir novas memórias nos sujeitos adiante. Faz-se necessário reconhecer neste trabalho o potencial de criação de “verdades”, de versões legitimáveis, presente nesses livros, e investigar que espécies de verdades estão a formar ou a impor na nossa memória coletiva. Como defende Marisa Grigoletto (1999), tem-se que considerar o pressuposto de o livro didático se apresentar, na maioria das vezes, como um discurso de poder; nesse sentido, “queremos dizer que ele se constituiu, no espaço discursivo da escola, como um texto fechado, no qual os sentidos já estão estabelecidos (pelo autor) para ser apenas reconhecido e consumido pelos seus usuários (professor e alunos)”. Um instrumento didático com tal característica deve sempre estar na alça de uma mira investigativa e questionadora. Aqui se propõe avaliar e questionar tais “verdades” presentes nas obras em análises, tentando-se entender a que interesses sociais e ideológicos elas atendem.

Assim está delineada a presente pesquisa, que está estruturada basicamente em 3 capítulos. O primeiro capítulo se constitui da fundamentação teórica e, nele, serão abordados dois itens: 1) Considerações sobre a Ditadura civil-militar e o Livro Didático e 2) Apresentação dos principais pontos do pensamento de Fairclough úteis ao desenvolvimento da análise proposta (o modelo tridimensional de análise do discurso e as categorias base elencadas para o olhar crítico do analista. O segundo capítulo traz a análise dos dois livros didáticos que se constituem aqui como *corpus* investigativo e,

por fim, serão apresentadas, no último capítulo, as considerações finais sobre a análise dos dados.

## 1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

### 1.1 A DITADURA CIVIL-MILITAR: UMA NARRATIVA CONJUNTURAL E ESTRUTURAL

As desconfianças que recaíram sobre Jango remontavam a tempos antigos, da época em que era ministro do trabalho de Vargas. Desde a atuação deste como ministro do trabalho do presidente, que os setores conservadores da política não viam com bons olhos as negociações e a aproximação entre Goulart e os líderes sindicais. Ele, juntamente com Vargas, era acusado pela direita de querer fundar uma República sindicalista. A “casadinha” política, mas não intencional, entre Jânio Quadros (União Democrática Nacional - UDN) e João Goulart (Partido Trabalhista Brasileiro - PTB) levou-os, respectivamente, ao cargo de Presidente e Vice-presidente da República. Em seu discurso, Jânio prometia solucionar problemas difíceis, como a inflação, a dívida externa e a corrupção que tinham se desenrolado desde os anos 50.

Todavia, após a polêmica condecoração de Ernesto Che Guevara, a mais alta comenda do governo Grã-Cruz da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul, em agosto de 1961, levando à indignação setores conservadores do clero católico, das forças armadas, da imprensa e do líder da UDN, Carlos Lacerda, Jânio passou a ser visto como um político ambíguo, sendo acusado de preparar um golpe de esquerda. Esse episódio marca o rompimento político de Jânio Quadros com Carlos Lacerda. Após sete meses de governo, Jânio renúncia o seu mandato. Durante a anúncio da renúncia, Jango se encontrava em uma missão diplomática na China e não pôde assumir a presidência. Em seu lugar, em caráter temporário, uma junta militar governou o país nesse momento de indecisão política.

A oposição conservadora acusava Jango de ser simpático ao regime comunista. Enquanto ele voltava ao Brasil, fazendo o percurso mais longo, no Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, juntamente com Marechal Henrique Teixeira Lott, enfrentou a resistência de militares e de conservadores que tentavam impedir a posse do vice-presidente. Essa coligação de forças que defendia a legalidade da posse do vice-presidente foi chamada de Rede da Legalidade. Criada por Brizola para difundir através de emissoras de rádio, o discurso da legalidade da posse de Jango, tropas gaúchas do III

Exército, setores da imprensa, sindicatos, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e a CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – que formaram uma espécie de “Liga”, a qual apoiava a posse do presidente eleito.

A solução encontrada pelo Congresso para amenizar o impasse na crise da sucessão presidencial foi alterar o sistema político presidencialista em parlamentarista. Esse sistema limitava significativamente os poderes do presidente, tirando-o da sua prerrogativa de chefe de Estado e de Governo, e transformando-o em mero chefe de Estado. Vale ressaltar que em uma margem de 299 contra 14, o Congresso aprovou o regime parlamentar que seria, em janeiro de 1963, substituído pelo sistema presidencialista.

Começava, ao longo do ano de 1963, a luta do presidente por uma mudança constitucional, com o objetivo de preparar o “terreno” para implementação e aceitação por vias legais, das Reformas de Base. As esquerdas apoiavam tais reformas, mas não sem encontrar resistência por parte dos políticos conservadores e de oligarquias que existiam no parlamento. Outro desafio de Jango era provar ao Congresso que conseguiria controlar a crise econômica que o país enfrentava: a inflação. As reformas de base propostas por ele foram ousadas e inovadoras. Dentre tantas ideias, pensava-se em realizar a inclusão social, o nacionalismo econômico e criar uma abertura para uma participação política mais justa.

Esses planos podem também ser denominados de agenda reformista, tendo em vista que não puderam ser concretizados. Ela aparece em um contexto político interno, no qual o Brasil estava marcado por conservadores e por oligarquias autoritárias que viam a participação popular na democracia como algo ameaçador e com fortes características do comunismo. Para Napolitano (2014), ao assumir o cargo de primeiro – ministro, Tancredo Neves, por sugestão do presidente João Goulart, propôs uma gestão de caráter pluripartidária, gradual e moderada sob o lema da modernidade e do nacionalismo, que ficou denominando de Agenda Reformista.

A agenda reformista do governo Jango desagradava aos conservadores, mas atraía seguidores das diversas diretrizes da doutrina socialista, pois, dentre as reformas propostas, constava na ordem do dia, o voto para o analfabeto, a reforma agrária, o nacionalismo econômico e a legalização do Partido Comunista Brasileiro (PCB). As oligarquias não as viam com bons olhos, porque desejavam a manutenção de seus privilégios políticos e sociais.

Para Napolitano (2014), a conjuntura ideológica internacional dividida entre socialistas e capitalistas, nos anos 50, associada à “agenda reformista” de Jango, que tendia a uma democratização da cidadania e da propriedade, teria impulsionado a direita conservadora brasileira a impedir a concretização das ideias do presidente. Tal impedimento desembocara no golpe civil-militar de 1964, que se configurou como uma medida anticomunista.

Entre impasses, modificações, críticas e resistências no âmbito parlamentar a respeito da aprovação da Reforma agrária, ponto-chave nas Reformas de Base propostas pelo presidente, acrescenta-se uma outra situação que aumentou a insatisfação dos opositores de Jango: insubordinação de sargentos e cabos da Marinha e da Aeronáutica em Brasília. A rebelião dessas praças ocorreu devido à recusa do Supremo Tribunal Federal em aceitar a posse de militares que haviam ganho as eleições para vereador e deputado nas eleições de 1962. Os rebelados foram presos, mas a postura pacífica do presidente diante desse quadro de insubordinação fez crescer as suspeitas da direita sobre uma possível afinidade entre Jango e o comunismo.

A postura política, frequentemente conciliatória do presidente, atendendo e amenizando as tensões entre grupos de esquerda e de direita, causava inquietação e suspeita por parte dos políticos mais conservadores. De um modo geral, civis, militares, liberais e autoritários, empresários e políticos, classe média e burguesa se colocavam contra as reformas de base e viam nelas a porta de entrada do comunismo.

Para entender a prática conciliatória da política dos anos 60 no Brasil, Motta enfatiza que importa perceber:

(...) Que esses paradoxos e contradições derivam da própria ossatura política do regime, resultado da aproximação de grupos ideologicamente distintos, unidos apenas por pauta negativa comum. O regime militar tinha três fontes ideológicas principais: nacionalismo autoritário, liberalismo e conservadorismo (e mais a tradição anticomunista, servindo como elo entre elas), cada uma com nuances e peculiaridades que apontam para políticas diferentes (2014, p.52).

Os jornais constituíram um canal importante para difundir entre a elite conservadora da época, o anticomunismo. Atacavam a administração e as reformas de base do governo Jango, configurando-se como mais uma aliada no *hall* dos conspiradores. A imprensa, difusora de opinião, aliada a órgãos como o IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática) e o Ipes (Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais),

formulou matérias de propaganda de críticas negativas ao governo, que ecoaram nos mais diversos níveis sociais.

Também as forças armadas se encontravam divididas. Havia oficiais de postura conservadora e pró-golpista. Mas, também havia dentre o grupo do oficialato e dos sargentos, cabos e soldados da Marinha e Exército que simpatizavam com o comunismo. Não devemos tomar a equivocada ideia de que todo militar era favorável ao Golpe. Circulava dentre alguns reformistas a ideia de que, caso houvesse a tomada do poder por meio de um golpe, as forças armadas fiéis ao governo controlariam e reverteriam a situação. Contudo, não contavam que muitos comandantes não controlavam nenhuma tropa efetivamente, de modo que, seus poderes representavam aspectos de caráter político ou representativo.

A presença do presidente no Comício da Central do Brasil foi vista pela direita conservadora como uma prova de sua tendência esquerdista. Em resposta a este comício, os conspiradores realizaram a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, que se viam claramente cartazes anticomunistas e de insatisfação da classe média em relação às reformas de base protagonizadas pelo governo.

O general Denys Rubens Bayma, em relato publicado no livro História Oral do Exército, lança as reais intenções dos conspiradores:

O que se pretendia fazer era “um movimento armado, de âmbito nacional, para depor o Sr. João Goulart; e que se contava com o apoio do Governador de Minas, com adesões em São Paulo, no Rio Grande do Sul, Santa Catarina e no Nordeste. (2001. p. 170).

Mas, a insatisfação em relação às medidas políticas e comportamentais do presidente não partia apenas de alguns setores da população civil, militar, do Congresso e da mídia. Os EUA também olhavam com desconfiança o governo brasileiro e, por vezes, intervieram econômica e politicamente no país, no intuito de trabalhar contra o presidente Goulart. Cabe, agora, apontar algumas interferências norte-americanas que tocaram o Brasil com os seus tentáculos. Primeiro, é preciso destacar que, desde 1959, os EUA se preocupavam com a situação de miséria nos estados nordestinos, tendo em vista que este quadro de pobreza seria um campo fértil para a instalação e disseminação do comunismo na América do Sul. Para impedir a contaminação do comunismo pelo nordeste, representado pela entidade das Ligas Camponesas, o governo norte-americano criou programas, como a Aliança para o Progresso, o acordo MEC-USAID (acordo que

incluiu uma série de convênios realizados a partir de 1964, durante o regime militar brasileiro, entre o Ministério da Educação – MEC - e a United States Agency for International Development - USAID – que tinham o objetivo de implantar o modelo norte americano nas universidades brasileiras através de uma profunda reforma universitária), entre outros, além de financiar campanhas políticas de conservadores e anticomunistas em diversos estados brasileiros.

A historiografia recente sobre o Golpe aponta para um apoio “discreto” dos Estados Unidos na conspiração contra Jango. O teor das correspondências que o embaixador norte-americano Lincoln Gordon enviava para os EUA indicava na mente anticomunista do seu narrador, que Goulart planejava fechar o Congresso com apoio das esquerdas.

A partir daí, começava uma articulação organizada entre o embaixador norte-americano, o general Vernon Walters e o general Humberto Castelo Branco que em outros tempos conhecera aquele na Força Expedicionária Brasileira. Essa conspiração não podia mostrar a verdadeira face norte-americana, mas, indiretamente, ela apoiava os conspiradores brasileiros. A própria operação Brother Sam daria suporte logístico aos rebeldes em caso de uma resistência significativa por parte das forças pró-governo. Todavia, uma atitude compulsiva alterou os planos da organização conspiratória embaixada norte-americana e Castelo Branco. Ao ouvir o discurso do presidente João Goulart no Automóvel Club, o general Olímpio Mourão, contando com o aval político do governador de Minas Gerais Magalhães Pinto, tomou a decisão de iniciar a conspiração. Com isso, as outras forças golpistas anteriormente articuladas, foram aos poucos se incorporando ao movimento contra o presidente eleito.

Entretanto, foi do Congresso que saiu a cartada final contra Jango: as forças conservadoras declaram vago o cargo de presidente. João Goulart, possivelmente, temendo encabeçar uma guerra civil, não esboçou nenhum chamamento aos seus correligionários, preferindo sair discretamente do poder. As próximas cenas desta história desembocaram no governo provisório de Ranieri Mazzili, presidente da Câmara dos Deputados. Posteriormente, este passaria a faixa presidencial para Castelo Branco mediante a eleição que ocorreu na Câmara no dia 11 de março de 1964, que aprovou a indicação do general. A partir desta data, a intervenção militar não seria de caráter emergencial e cirúrgica, mas assumiria um caráter de longo prazo, na busca pela legalidade de suas ações.

A cultura do período janguista também era campo de atuação de intelectuais de esquerda comprometidos com engajamento político da população. Artistas e intelectuais simpatizavam com as reformas de base defendidas pelo presidente. A cultura, nessa fase, vivenciava ares de mudança e utilizava-se da cultura popular para enfatizar e incentivar o nacionalismo e, ao mesmo tempo, o modernismo.

Para desmistificar a ideia de uma “Ditabranda” nos primeiros quatro anos de golpe civil-militar, é preciso ressaltar que de 1964 a 1968, antes do AI-5, houve cassações, prisões e abertura de Inquéritos Policiais-Militares (IPM) contra intelectuais, líderes sindicais, políticos e militares que eram comprometidos com o reformismo trabalhista. Contudo, essas primeiras medidas de “limpeza” social e política por parte dos golpistas não se comparam a onda de terror que instaurou com a implementação do AI-5. Ou seja, em um primeiro momento da política do governo militar, era necessário equilibrar as forças sociais. Era preciso garantir o apoio das classes médias, conservadoras, militares e a imprensa que havia apoiado a conspiração golpista. Por outro lado, não seria inteligível reprimir completamente a liberdade de expressão dos setores sociais que não tinham aderido ao golpe.

O governo de Castelo Branco é marcado também pela criação dos quatro primeiros Atos Institucionais. A Lei de Imprensa e uma nova Constituição foram estabelecidas, além, claro, dos inúmeros IPMs que foram responsáveis por prisões de civis e de militares simpáticos ao governo deposto. Assim, estabeleceu uma relação articulada com os EUA. Além de ter contato com o apoio deste país nos preparativos do Golpe, Castelo Branco buscou, acima de qualquer outra coisa, aliar-se economicamente com Washington. Essa medida buscava ter nos EUA um financiador, além de aliar os interesses estrangeiros e nacionais no desenvolvimento econômico. Ainda no governo militar de Castelo Branco, este engendrou medidas políticas para reorganizar a economia brasileira (controlar a inflação), modernizá-la e criar um campo favorável ao investimento de corporações nacionais e internacionais. Como medida de frear os gastos econômicos, cortou os gastos públicos, inclusive o salário dos trabalhadores.

Sob o ponto de vista jurídico e institucional, Castelo Branco tentou legalizar e formular o Golpe de 1964. O seu sustentáculo político basicamente consistia em grupo de militares e alguns civis. Os que em outrora haviam apoiado a conspiração anti-Jango, agora, encontravam-se divididos e desgostosos em relação às medidas, ou falta delas, por parte do novo presidente. Os militares estavam divididos entre os que acreditavam que o governo estava se estendendo demais na presidência, pois, os golpistas, de um

modo geral, tinham em mente que: o novo presidente deveria sanear os problemas e, o quão rápido pudesse, convocaria eleições diretas para presidente. Mas isso não ocorreu.

Existia dentre a classe de oficiais aqueles que pressionavam para que Castelo tomasse atitudes mais punitivas e executasse reformas significativas. As forças militares e civis que articularam o golpe, denominados de “revolucionários” por Napolitano (2014), aliados a Carlos Lacerda, romperam com Castelo Branco em 1965. Neste quadro geral, percebe-se que a oposição crescia consideravelmente contra o presidente. Frente ao crescimento das insatisfações, o Castelo promulgou o AI-2 que, de um modo mais amplo, representou o reforço dos poderes nas mãos do Executivo.

Dentre as determinações deste Ato, consta que o presidente tinha o poder de decisão sobre o Estado de Sítio durante 180 dias, de fechar o Congresso, as Assembleias Legislativas, a Câmara dos Vereadores, suspender o direito dos cidadãos por dez anos, cassar mandatos e intervir nos Estados. Já o AI-3, estabeleceu o fim das eleições diretas para governador abrindo espaço para a nomeação de governadores e de prefeitos nas principais capitais. A criação dos Atos Institucionais significou, além de um maior controle social e político do presidente em relação ao povo, a legitimação das ações do governo mediante via medida legislativa. Nesse período inicial do governo militar, também foi constituído o Conselho de Segurança Nacional que tinha o direito de investigar cidadãos que tivessem ideias contrárias ao regime.

A coligação que havia entre os conspiradores do golpe começou a ruir. Cada grupo em particular tinha suas insatisfações em relação ao governo de Castelo Branco. Alguns taxavam o governo de ser “moderado” e de não assumir uma postura mais dura e repressiva frente à liberdade de expressão e de comunicação. Outros criticavam o alinhamento do governo com os EUA, abandonando assim o aspecto nacionalista.

Políticos como Carlos Lacerda e outros se articulavam contra a longanimidade de Castelo na presidência. Deste modo, a insatisfação em relação às medidas políticas e econômicas de Castelo, aumentava tanto nos setores civis como militares, abrindo assim espaço para grupos de esquerda (radicais e moderadas), como o PCB, o MNR (Movimento Nacional Revolucionário, que eram da linha brizolista) e o VPR (Vanguarda Popular Revolucionária) também se manifestarem contra.

Já no governo de Costa e Silva, buscou-se reconquistar a confiança da classe média e de outros seguimentos sociais que em outrora estivera insatisfeita com Castelo Branco. Do ponto de vista da economia, Costa e Silva baixou as taxas de juros que impossibilitavam o consumo e fazia crescer a inflação. No aspecto do trabalho, o

ministro Jarbas Passarinho reviu a contenção salarial do governo de Castelo Branco. No aspecto da diplomacia internacional, aquele buscou se distanciar do alinhamento com o governo de Washington, e, sob o viés político, os políticos do Congresso continuavam insatisfeitos com as cassações iniciadas no governo de Castelo, e não toleravam o ciclo de militares na permanência do poder Executivo. Agravando ainda mais a situação, cresceu consideravelmente o número de estudantes, clérigos, intelectuais e membros da classe média que se uniram aos grupos sociais de oposição do regime.

O movimento estudantil durante o governo de Costa Silva continuou seguindo a linha repressiva adotada pelo Estado contra aqueles que se opunham ao governo militar. Desde os anos de 1966, os estudantes reagiam contra o Golpe e mobilizavam-se em prol do voto nulo nas eleições daquele ano. Estudantes secundaristas e universitários se articulavam e se mobilizavam formando uma força de ataque e de resistência ao Golpe. Como forma de “barrar” o movimento estudantil, o governo buscou despolitizar os cursos superiores e, por isso, promoveu reformas no currículo universitário, valorizando, nos cursos, os aspectos de formação mais técnica.

Duas mobilizações de grandes proporções merecem destaque. A primeira, a morte do estudante Edson Luís em uma passeata de estudantes, em março de 1968, que desencadeou uma série de manifestações mobilizadas não só por estudantes, como também por intelectuais, pela classe média e até pelos conservadores. Já a segunda, foi uma passeata que se destacou, neste momento político da gestão de Costa e Silva, que é a dos Cem mil, no dia 26 de junho daquele ano. Todas essas manifestações foram reprimidas com violência, ocasionando em prisões e mortes.

Com a proibição das passeatas, os estudantes canalizaram as suas forças em outras vertentes, e, buscaram reorganizar entidades estudantis, como a UNE (União Nacional dos Estudantes). Muitos estudantes migraram para grupos políticos clandestinos que divergiam nos aspectos ideológicos de encarar a resistência. Estavam distribuídos entre a Ação Popular (AP), Partido Comunista do Brasil (PC do B), PCB, Ação Nacional Libertadora (ALN).

Esses grupos estavam basicamente divididos entre resistir e enfrentar a Ditadura por meio da luta armada ou por meios mais pacíficos. O Congresso da UNE, que ocorreu em um Sítio em Ibiúna, São Paulo, em 1968, teve, na sua pauta, dentre outros assuntos, a escolha pela luta armada ou não dentro do movimento estudantil.

O ano de 1968 foi marcado pela criação e aplicação do AI-5. O Estado radicalizou com esta medida a sua postura em relação aos opositores ao regime que cada

vez mais se tornavam numerosos. Também houve a radicalização nos grupos estudantis, operários (que ressurgiram e reorganizaram-se). Acrescido a estes grupos, a classe média, os artistas e os intelectuais passavam a engrossar as fileiras de oposição ao Regime.

Ao falar dos artistas que passaram paulatinamente a criticar e resistir o Regime, faz-se necessário abrir um parêntese, a fim de apresentar brevemente a configuração da cultura nacional pós - 68. A ditadura militar não podia se opor ostensivamente contra a classe média, pois, era dela que saíam grande parte dos intelectuais e artistas que sustentavam politicamente o Regime. A liberdade de expressão e o consumo cultural provinham, em sua maioria, da classe média. Com a criação dos Atos Institucionais e a intensificação da repressão, os intelectuais passaram a criticar a Ditadura. Paradoxalmente, a mesma instituição que perseguia, prendia, abria inquéritos e censurava as obras dos artistas e os intelectuais, além de ser também consumidora dessas manifestações artísticas.

Os militares incentivavam o resgate e a consolidação de elementos nacionalistas que pudessem formar uma espécie de unificação. Contudo, eles também eram atentos às produções artísticas e literárias produzidas por intelectuais e artistas, pois, acreditavam que suas obras serviam de caminho para a difusão de ideias subversivas. Os centros de vigilância do Regime, como o DOPS (Departamento de Ordem Política e Social), o CODI (Centro de Operações de Defesa Interna), a Divisão e Serviços de Censura e as Divisões Públicas do Departamento de Polícia Federal produziam e realizavam investigações, fiscalizando e vigiando de perto as produções artísticas.

Em 1968, criou-se a nova Lei de Censura que visava vigiar peças teatrais e obras cinematográficas, sendo que, a partir de 1969, surgiram Conselhos e Divisões de censura que buscavam aperfeiçoar e sistematizar esses órgãos na tentativa de garantir um maior controle sobre as produções culturais. De um modo geral, a censura buscava controlar e interferir nos conteúdos e na linguagem relacionadas às artes e à comunicação em geral.

Em um primeiro momento, de acordo com Napolitano (2014), de 1964 a 1968, o Regime buscou desfragmentar os “laços” formados pelos intelectuais e o povo, dentro de grupos de alfabetização popular e de transmissão de cultura. Também nesta primeira fase, perseguiram e abriam IPMs contra grupos de teatro. Por outro lado, os artistas intelectuais de tendência socialista viam essa repressão como uma ação anticultural e engrossavam as fileiras da oposição contra o Regime.

Napolitano justifica essa “vigilância” que a repressão engendrava em relação às obras de artistas e intelectuais ao afirmar que:

Era preciso dissolver os elos institucionais e organizativos dos intelectuais e artistas da esquerda, estabelecendo também um regime de “liberdade vigiada” sobre os indivíduos deste campo. Este recurso era fundamental para dissolver os frágeis, porém ameaçadores circuitos e alianças que ligavam intelectuais e artistas de esquerda aos movimentos sociais e populares. Estes sim foram objetos de dura repressão. (2014, p. 102).

Por motivo de doença, Costa e Silva fora afastado da presidência em setembro de 1969 e, em seu lugar, uma junta militar governou o país. O General Emílio Garrastazu Médici assumiu a presidência em outubro de 1969, mesmo ano em que o Congresso reabriria e retomaria as suas atividades. Numa média de 293 votos a 79 abstenções, o Congresso afirmou a escolha dos militares na indicação de Médici para presidente. Como desafio, o novo presidente deveria comandar o país, que estava sob o decreto do AI-5, e, conter o avanço e as ações dos grupos de esquerdas mais radicais, os quais constavam os grupos de guerrilha.

Os nomes mais conhecidos dentre os grupos de esquerda de apoio à luta armada encontram-se o PCBR (Partido Comunista Brasileiro Revolucionário); a AP, transformando-se em luta armada em 1965; VPR (Vanguarda Popular Revolucionária) e a POLOP (Política Revolucionária Operária), ambas formadas em 1967; a ALN, tendo como líder Carlos Marighella; e a Colina (Comando de Libertação Nacional) juntamente com a VPR formaram a VAR-Palmares (Vanguarda Armada Revolucionária - Palmares). Vale ressaltar que alguns dos grupos armados destacados acima tiveram como fundadores líderes dissidentes que, em um primeiro momento, estavam ligados ao PCB.

Dentre as ações realizadas pelos grupos guerrilheiros destaca-se atentados com bombas a jornais conservadores, quartéis e organizações de direita; roubo de armamentos em quartéis; sequestro de embaixadores, como o que ocorreu a embaixadores norte-americano, suíço e alemão, que deveriam ser trocados por presos políticos; além de expropriação de bancos, etc. Enquanto esse grupos concentravam as suas ações na área urbana, o PC do B organizava a guerrilha rural no Araguaia.

O governo Médici é marcado ainda pelo chamado “Milagre Econômico” que significou um crescimento médio anual de 11,2% do PIB (Produto Interno Bruto) do

país, tendo, em 1973, uma variação de 13% e uma média anual inflacionária de 18%. O fruto da aliança político-econômica com os EUA abriu portas para o capital estrangeiro, crescendo significativamente no país, atraindo a instalação de indústrias, como a GM, Ford e Chrysler.

Contudo, faz-se necessário uma análise crítica a esse período denominado pela historiografia de “Milagre Econômico”. Médici elevou a situação econômica do país, no entanto, não canalizou parte desses recursos para as áreas sociais. Deste modo, tínhamos um “milagre” relacionado ao aspecto econômico e um “infortúnio” na área dos programas sociais. Sobre isso, o historiador Boris Fausto nos conta sobre o “milagre que houve,

(...) que perdurou depois dele, foi a desproporção entre o avanço econômico e o retardamento ou mesmo o abandono dos programas sociais pelo Estado. O Brasil iria notabilizar-se no contexto mundial por uma posição relativamente destacada pelo seu potencial industrial e por indicadores muito baixos de saúde, educação, habitação que medem a qualidade de vida de um povo (2009, p. 269).

Com pouca ingerência no que diz respeito a sua sucessão, o presidente Médici foi substituído pelo general Ernesto Geisel, em 1973, tendo em vista que:

Uma emenda à constituição de 1967 modificou forma de escolha do presidente da República. Previu-se a criação de um colégio eleitoral, composto de membros do Congresso e delegados da Assembleia Legislativa do Estado. Geisel foi o primeiro presidente escolhido pelo colégio. Eleito em janeiro de 1974 (...) (Idem, p. 270).

As forças de oposição ao governo ligada à Igreja e aos próprios partidos, juntamente com alguns setores da sociedade, impulsionaram Geisel para o caminho da abertura política. Todavia é importante sinalizar que:

(...) a oposição e a Igreja não era o termômetro mais sensível a indicar a necessidade da distensão. Esse termômetro se localizava nas relações entre as Forças Armadas e o poder. O poder fora tomado pelos órgãos de repressão, produzindo reflexos negativos na hierarquia das Forças Armadas. As funções e os princípios básicos da instituição eram assim distorcidos, trazendo riscos à sua integridade. Para restaurar a hierarquia, tornava-se necessário neutralizar linha dura, abrandar a repressão e, ordenadamente, promover a “volta dos militares aos quartéis.” (Idem, p. 271).

Intercalando entre avanços e recuos, o governo de Geisel é evidenciado pelo fim do AI-5; pela liberação das atividades políticas da Arena e do MDB, bem como o ressurgimento do sindicalismo relacionado à indústria mecânica-metalúrgica na região do ABC paulista; e, pela suspensão da censura aos jornais. Mas também é marcado pela manutenção da repressão e da tortura sobre os opositores ao regime. Como exemplo da permanência da opressão do governo militar aos militantes de esquerda, destaca-se o assassinato do jornalista Vladimir Herzog e do operário metalúrgico Manuel Fiel Filho. Lembrando que uma parte significativa desses acontecimentos tinha como pano de fundo o torpor da Copa do Mundo de 1970, que levava, indiretamente, o cidadão a reviver a milenar política do pão e circo.

Dando prosseguimento a política lenta de abertura, o general João Batista de Figueiredo foi eleito pelo Colégio Eleitoral como sucessor do presidente Geisel. Seu governo é fruto da crise do Petróleo marcada nos anos 70, o qual se viu obrigado recorrer como “pedra de salvação” ao auxílio financeiro do FMI, a fim de que com isso não tivesse que decretar Estado de moratória, como havia feito o México.

No caminho de transição da política repressiva para a democracia, coube ao general Figueiredo orquestrar a Lei de Anistia aprovada pelo Congresso em agosto de 1979. Tal fato contrariava uma das mais importantes bandeiras da oposição à Ditadura civil-militar, pois vinha “abranger os responsáveis pela prática da tortura” (Ibid, p. 280).

Tancredo Neves (PMDB) concorreu às eleições de janeiro de 1985 com o candidato Paulo Maluf (PDS) pelo colégio eleitoral. Todavia, Figueiredo apoiava abertamente a eleição de Maluf. Tancredo Neves, que tinha como vice José Sarney, antigo aliado político dos militares, era membro do partido Arena que, após romper com o PDS, passa a chamar-se PFL (Partido da Frente Liberal). No dia 21 de abril de 1985, é anunciada a morte do presidente eleito Tancredo Neves. Seu substituto, mesmo não sendo o sucessor legal de direito da Constituição de 1967, carecia de autoridade, afinal de contas Sarney era um político formado nas fileiras militares. Assim sendo, contou com apoio de setores do exército que garantissem a sua posse.

Somente em maio de 1985, a legislação restabeleceu a eleição direta para presidente da República. Analfabetos voltaram a ter direito ao voto e os partidos políticos de orientação comunista como o PCB e o PC do B saíram da ilegalidade. Tivemos ainda, em novembro de 1986, eleições para Assembleia Nacional Constituinte que foi presidida pelo deputado do PMDB, Ulisses Guimarães, sendo promulgado em 1988.

Ao longo dessa dissertação, a qual foram apresentados os desdobramentos e seus respectivos engendramentos políticos, econômicos e sociais vivenciados nos vinte e um anos de ditadura civil-militar, observamos que os atores sociais envolvidos (militares e sociedade civil) não iniciaram suas alianças pelo poder, a começar no dia 31 de março de 1964. Como bem elucida o sociólogo Florestan Fernandes:

A ditadura militar tem sido caracterizada por uma peculiaridade: pela (primeira vez) os militares não resolveram apenas dilemas da crise de poder dos políticos e estratos privados civis. Tomaram-no para si. Essa equação é ambígua e mistificadora. Como país de origem colonial e que oscilou, depois da Independência, do neocolonialismo para a dependência (preservando e fortalecendo certas funções sociais coloniais e neocoloniais, nascidas da dominação externa conjuminada com interesses das elites do poder), aqui militares e civis sempre formaram uma comunidade indissolúvel. Possuíam a mesma origem social, malgrado o desnivelamento de “famílias tradicionais”; escolhiam a “carreira das armas” por contingências, reforçando sua estabilidade social; cruzavam o público e o privado em seu proveito; faziam frente comum aos escravos, aos libertos, aos “homens pobre livres”, aos trabalhadores assalariados; viam através de uma mesma ótica a necessidade da opressão e da repressão; usavam o Estado como instrumento de “preservação da ordem” e o “meio legal” de defesa coletiva em disputas defensivas e ofensivas para conter “a gatinha em seu lugar.” (1994 apud TOLEDO, 2014).

## 1.2 ACD HISTÓRICO

A grande marca de todo arcabouço teórico é ser capaz de explicar os fenômenos com generalidade, isto é, traçar um esquema que seja aplicável com efetividade às investigações sobre os objetos de estudo focalizados. Tal propriedade das teorias funciona como um ímpeto que as constituem e minam-nas simultaneamente, pois, ao mesmo tempo em que elas existem para dar conta dos fenômenos apreciáveis, estes, pela sua dinamicidade característica, demonstram a constante impossibilidade as teorias serem perenes, inquestionáveis e definitivamente acabadas. Afinal, entre estas e os fenômenos existe algo inevitável, inegável: o tempo e sua força de mudança implacável. Em *A estrutura das revoluções científicas*, Thomas Kuhn (1962) já assinala esse caráter mutacional da ciência, atrelado à sua condição intrinsecamente histórico-sociológica. A essência da ciência para Kuhn é antes historicista que propriamente formalista.

Sendo assim, as teorias em torno da linguagem não fugiriam à dinâmica das revoluções científicas e, nessa conjuntura particular, os chamados Estudos do Discurso

vieram se contrapor historicamente ao pensamento estruturalista, de base imanentista, apegado ao sistema linguístico desvinculado de sua materialidade social. A esse respeito, Ferreira destaca:

Do ponto de vista político, a Análise do Discurso (AD) nasce, assim, na perspectiva de uma intervenção, de uma ação transformadora, que visa combater o excessivo formalismo linguístico então vigente, visto como uma nova facção de tipo burguês. Ao lado dessa tendência revolucionária, a AD busca desautomatizar a relação com a linguagem, donde sua relação crítica com a linguística. A rigor, o que a AD faz de mais corrosivo é abrir um campo de questões no interior da própria linguística, operando um sensível deslocamento de terreno na área, sobretudo nos conceitos de língua, historicidade e sujeito, deixados à margem pelas correntes em voga na época. (2003, p. 40).

E complementa a autora:

A Análise do Discurso, sempre é bom frisar, soube dar um caráter revolucionário ao modo como abordou o papel da linguagem; bem distante do aspecto meramente formal e categorizador a ela atribuído por uma visão estruturalista mais redutora em sua origem. A linguagem pela ótica discursiva ganha um traço fundacional na constituição do sujeito e do sentido e vai distinguir-se também da condição que lhe confere a psicanálise (Id., op. cit., p. 41).

Desse modo, fica perceptível a inovação que os estudos do discurso oferecem ao cenário da Linguística no final dos anos 60, redefinindo o foco das discussões, que saía de um plano unicamente formal, filiado a um estruturalismo ainda ciclópico, para mirar a linguagem dentro das práticas sociais numa macro-visão repartida em múltiplos olhares direcionados ao sujeito, à sociedade, às relações de poder, que se imbricam dialeticamente às práticas linguísticas.

O marco inicial desse novo horizonte desbravado pela nova preocupação teórica a envolver sujeito, sociedade e linguagem e que se constitui como a fundação da Análise do Discurso é a obra de Michel Peuceux (2009), *Análise Automática do Discurso* (AAD), bem como o lançamento da importante revista *Langages*, organizada por Jean Dubois (1966). Essas obras procuraram resgatar o sujeito, antes descartado na abordagem estruturalista. Os autores baseiam-se em Lacan e Althusser nessa reabilitação do sujeito nas reflexões linguísticas e redefinem o quadro teórico que passa a interligar o inconsciente e também a sociedade como construtores das práticas discursivas.

A natureza, assim, dos estudos dos discursos vem abarcar não apenas um bloco epistemológico, que isolaria a linguagem numa redoma de vidro, mas também trava um diálogo com grande leque de campos do conhecimento – Linguística, História, Sociologia, Psicanálise, Psicologia, Ciências Jurídicas, Economia. A esse respeito, informa Ferreira, que Análise do Discurso não se intitula como disciplina autônoma, tampouco auxilia sua visão:

O que ela visa é tematizar o objeto discursivo como sendo um objeto-fronteira, que trabalha nos limites das grandes divisões disciplinares, sendo constituído de uma materialidade linguística e de uma materialidade histórica simultaneamente. A AD recorta, portanto, seu objeto teórico (o discurso), distinguindo-se da linguística imanente que se centra na língua, nela e por ela mesma, e também das demais ciências humanas, que usam a língua como instrumento para a explicação de textos. (Ibid., op. cit.).

Contudo, não é o caso de se considerar a AD como uma disciplina interdisciplinar, pois, na visão da autora, isso lhe seria conferir apenas um caráter instrumental, minando sua particularidade própria e reduzindo o alcance de sua principal marca – ser uma teoria crítica da linguagem.

### 1.3 ESTUDOS DO DISCURSO

Nesse aspecto, em especial, torna-se oportuno citar Silva (2009), quando a autora aborda a questão da ACD pela perspectiva de um teórico basilar nos estudos do discurso, Teun Van Dijk:

Como se pode ver pelo levantamento de Van Dijk (1997), a ADC é um campo de estudos abrangente, logo sua conceituação não é tarefa simples. Van Dijk (2008, p. 10) sugere que se ampliem as ideias expostas e se fale em estudos críticos do discurso (ECD) em vez de análise do discurso crítica (ou análise crítica do discurso). Para ele os ECD não são um método, mas uma área (uma “transdisciplina”) que usa “qualquer método que seja relevante para os objetivos de seus projetos de pesquisa e esses métodos são, em grande parte, aqueles utilizados em estudos do discurso em geral”. Assim, vê a ADC não como uma área, mas como domínio de práticas acadêmicas distribuído por todas as ciências humanas e sociais” (Idem, p. 82).

Fairclough (2008), por sua vez, não deixa de utilizar o termo interdisciplinar, ao se referir aos estudos do discurso.

Aponta existência de diálogo interdisciplinar entre a ADC e outras áreas de pesquisa e do conhecimento, o que enriquece os processos de análise das mudanças nos discursos. Propõe que os textos sejam analisados de modo interdisciplinar, articulando diferentes discursos, gêneros e estilos que caracterizam um texto em particular. Tudo isso considerando que os textos são normalmente complexos-híbridos ou mistos. Para ele, a visão interdisciplinar contribui para análise linguística detalhada de textos; e ajuda a mapear fronteiras e mudanças ocorridas em diferentes campos sociais, além de levantar suas diferenças semânticas, lexicais e gramaticais. (Idem, p. )

Para além de divergências terminológicas entre os teóricos do discurso, ou além da discussão de que esse campo em particular seja inter ou transdisciplinar, o que fica é a nitidez de sua impossibilidade de se constituir como uma simples disciplina única e estanque. As análises do discurso são constitutivamente marcadas pela pluralidade de perspectivas, pelo diálogo com o múltiplo fazer científico. É justamente esse traço multifacetado que torna os Estudos do Discurso um emblema da ruptura com a linguística de base estruturalista ortodoxa.

É, pois, esse olhar diversificado a respeito do diálogo que a linguagem trava com os demais campos de conhecimento que aqui nos interessa como norte de abordagem das representações discursivas da Ditadura civil-militar nos livros didáticos selecionados como análise da pesquisa.

É também esse caráter que permite a Análise Crítica do Discurso se delinear com a própria característica de criticidade. O sentido do termo crítico, de acordo com Van Dijk (2008) assim deve ser interpretado:

- Relações de dominação são estudadas principalmente na perspectiva do grupo dominado e do seu interesse;
- As experiências dos (membros de) grupos dominados são também usadas como evidências para avaliar o discurso dominante;
- Pode ser mostrado que as ações discursivas do grupo dominante são ilegítimas;
- Podem ser formuladas alternativas viáveis aos discursos dominantes que são compatíveis com os interesses dos grupos dominados (Idem, p. 15)

Essas acepções em torno do traço crítico nesse tipo de análise são aqui fundamentais para o desenvolvimento deste trabalho, uma vez que esses pontos relativos à relação dominante-dominado face às práticas discursivas, presentes nos dois livros didáticos de História aqui analisados, são determinantes para uma investigação

séria, questionadora e passível de oferecer uma contribuição nas maneiras de encarar a Ditadura civil-militar nos textos que circulam no ambiente da educação nacional.

Apresentada a natureza múltipla, dialógica e crítica desse campo de estudos no qual esta pesquisa se pauta, convém apresentar os principais pontos do pensamento do teórico Norman Fairclough aqui escolhido como base teórica de abordagem.

## 1.4 O PENSAMENTO TEÓRICO DE NORMAN FAIRCLOUGH

### 1.4.1 Inovações teóricas

O trabalho de Fairclough (2008) contribuiu decisivamente para o desenvolvimento da linguística britânica no final do século XX, influenciando uma leva de estudiosos tanto do campo específico da linguagem, quanto de áreas coligadas. A Teoria Social do Discurso do autor britânico não deixa de ter aspectos em comum com a vertente francesa de Análise do Discurso, sobretudo, no que concerne à visão de linguagem como prática social, abordada também em perspectiva crítica. Na verdade, a teoria de Fairclough avança em relação aos estudos franceses por propor um exame vertical da linguagem não somente como reprodutora das práticas sociais, das ideologias presentes no campo da sociedade, mas também, principalmente, como peça chave na “Transformação Social”. Tal inovação resulta da visão dialética do teórico sobre o fenômeno da linguagem, que a reconhece tanto como formada, quanto formadora da sociedade.

A transformação social, pois, de acordo com Fairclough, pode decorrer das práticas sociais linguísticas. A esse respeito, em prefácio à obra fulcral do autor, *Discurso e mudança social*, escreve a Professora Doutora em Linguística pela UnB, Izabel Magalhães:

A mudança discursiva ocorre mediante a reconfiguração ou a mutação dos elementos da ordem de discurso que atuam dinamicamente na relação entre as práticas discursivas. Ela pode estender seus efeitos sobre os sujeitos e suas identidades, as relações sociais e os sistemas de conhecimento e crença. Num mundo de grandes transformações como o nosso, essa é, sem sombra de dúvida, uma questão central. (2008, p. 12).

E a autora complementa ainda: “Num país em que a população é com frequência alvo de manipulação por parte de grupos de poder, conhecer o trabalho de Fairclough é uma necessidade” (Ibid).

Sem dúvida, o comentário de Magalhães se faz pertinente. Se, por exemplo, olharmos para o episódio histórico da Ditadura civil-militar como estão narrados no livro didático do Exército e no da Editora Moderna, à luz da Teoria de Fairclough, estaremos questionando as manipulações por parte de grupos dominantes na construção da memória nacional a ser difundida pela nossa educação básica.

Passemos, portanto, a apresentar os pontos principais da teoria desse autor úteis à análise aqui proposta. De forma geral, é possível identificar três pontos centrais que marcam a obra de Fairclough (2008):

- a) práticas sociais e discurso se relacionam dialeticamente;
- b) a presença ou não de consciência que os atores sociais apresentam a respeito dessa relação dialética entre linguagem e prática social;
- c) a importância do discurso nas transformações sociais.

Esses aspectos facultam à sua obra a se apresentar como uma significativa contribuição teórica ao debate sobre linguagem e poder na sociedade. Dentro desse esquema, o autor desenvolveu célebre método do “Modelo Tridimensional do Discurso”. Para entender tal método, faz-se necessário primeiramente definir o que ele entende por discurso. Para Fairclough:

Ao usar o termo ‘discurso’, proponho considerar o uso de linguagem como forma de prática social, e não como atividade puramente individual ou reflexo de variáveis situacionais. Isso tem várias implicações. Primeiro, implica ser o discurso um modo de ação, uma forma em que as pessoas podem agir sobre o mundo e especialmente sobre os outros, como também o modo de representação. [...] Segundo, implica uma relação dialética entre o discurso e a estrutura social, existindo mais geralmente tal relação entre a prática social e a estrutura social. A última é tanto uma condição como um efeito da primeira. Por outro lado, o discurso é moldado e restringido pela estrutura social no sentido mais amplo e em todos os níveis: pela classe e por outras relações sociais em um nível societário, pelas relações específicas em instituições particulares, como o direito ou a educação, por sistemas de classificação, por várias normas e convenções, de natureza discursiva, e assim por diante. Os eventos discursivos específicos variam em sua determinação estrutural segundo o domínio social particular ou o quadro institucional em que são gerados (Idem, p. 90-91).

É importante destacar, contudo, que é possível reconhecer em Fairclough dois sentidos para o termo discurso, um mais abstrato e outro mais estrito. O primeiro diria respeito a uma categoria que abrange não apenas signos linguísticos, mas também os não linguísticos, como imagens, gestos, cores e sons, sendo, portanto, um corpo multimodal, ao passo que o segundo consistiria em maneiras específicas de representar verbalmente a vida social. É neste segundo sentido que será focalizado o termo discurso na presente pesquisa.

Uma ilustração desse segundo sentido de discurso poderia ser encontrada em maneiras distintas e específicas de se verbalizar - nomear o ocorrido em função da ação militar em 1964 no Brasil. Há uma maneira de ver e nomear o fato como “golpe”, maneira utilizada pelos civis que se opuseram ao feito, e uma outra, sustentada pelo próprio exército, seus líderes e seguidores, que utilizam a palavra “revolução”.

Vê-se que cada camada diversa, com seu papel social específico, imprime ao fato histórico seu discurso, sua maneira de constituí-lo na memória e na prática social. É isso que precisa ser elucidado na análise do discurso feita criticamente, questionando-se os motivos ideológicos como estas diferenças discursivas.

Cabe aqui definir também o que, de fato, Fairclough entende como práticas sociais. Portanto, são para ele formas estabilizadas de agir em sociedade, tais como: consultas médicas, notícias em jornais e telejornais, encontros familiares, como os momentos das refeições, aulas no plano escolar e assim por diante. Sendo assim, a prática social seria composta por elementos-chave, os quais estariam interligados mutuamente e não separados entre si. Seriam eles: “(a) atividades; (b) sujeitos e suas relações sociais; (c) instrumentos; (d) objetos; (e) tempo e lugar; (f) formas de consciência; (g) valores; (h) discurso.

Vejam, a seguir, um exemplo desses elementos em ação destacado por Oliveira e Carvalho (2013) em comentário sobre o pensamento de Fairclough: uma aula numa escola pública no Brasil. A **atividade** seria a própria aula; os **sujeitos** seriam alunos e professores; as **relações sociais** diriam respeito ao fato de que aí o professor é a autoridade, que os alunos devem obedecer; os **instrumentos** seriam os materiais didáticos e os recursos audiovisuais; **tempo e lugar** seriam, respectivamente, o período da aula no ano letivo e o espaço da sala na instituição escolar; **formas de consciência** indicariam a presença ou não da consciência das relações de poder existentes e suas causas entre alunos e professores; **valores** podem ser entendidos como o dado de que o professor é o dono da verdade, do conhecimento, devendo nele os alunos acreditarem e

obedecerem; e o **discurso**, nas palavras dos dois autores, “é produzido pelo Estado, reproduzido pelo livro didático e, se aceito, reproduzido pela direção da escola e pelo professor, que podem recusá-lo e oferecerem um discurso de resistência” (Ibid, p. 287). Sendo assim, os alunos podem aceitar ou recusar esse discurso, produzindo um outro de resistência.

Atentando para tais elementos em situações concretas de interação comunicativa e percebendo que estão em relação dialética, é que se faz possível uma análise crítica de discursos, a qual se faz necessária e urgente pelos sujeitos da linguagem. A análise crítica deveria ser prática dos sujeitos, porque se constitui como mecanismo de transformação das consciências e das sociedades. A dinâmica do pensamento de Fairclough caminha nessa direção de transformação social pela abertura das consciências, mediante a crítica das ideologias dominantes postas nos e pelos discursos. Comentemos, na sequência, o raciocínio do autor na dinâmica da análise tridimensional, que pode ser organizada em 3 percepções presentes.

**Percepção 1:** Os discursos impõem poder, mediante a construção de uma falsa consciência: a ideologia. Como já sabido, o poder é uma das características das organizações sociais (DALLARI, 1989), havendo formas brutas de sua imposição, bem como formas mais sutis. A ideologia é, pois, uma maneira de, pelo discurso, provocar o consentimento da dominação sem que os sujeitos assim o percebam. Nas palavras de Fairclough: “A ideologia é o meio principal de fabricação do consentimento” (Idem, p. 4). Seria o principal justamente porque, diferentemente da brutalidade, da violência física, infiltra-se sorrateiramente nas consciências como verdade. A metáfora “lobo em pele de cordeiro” seria cabível para representar o mecanismo da ideologia – ofensivo, porque traiçoeiro: domina sem expor o mecanismo da dominação que está impondo, sem deixar à mostra quem é agente e quem é paciente da dominação. Segue a maneira como o teórico britânico define a ideologia: “pressuposições do senso comum implícitas nas convenções de acordo com as quais as pessoas interagem linguisticamente e das quais as pessoas geralmente não estão conscientes” (Idem, p. 1). Percebe-se, pois, que o nó da questão para o autor em relação à dominação ideológica é justo essa inconsciência dos sujeitos dominados, esse escamotear da imposição de poder. É justamente nesse ponto que Fairclough se distancia de Althusser (1985), pois este desacredita nessa possibilidade de vislumbramento crítico por parte dos sujeitos.

**Percepção 2:** há a possibilidade de construção de uma crítica aos discursos ideológicos dominantes, isto é, de revelar que por baixo da pele de cordeiro está o lobo

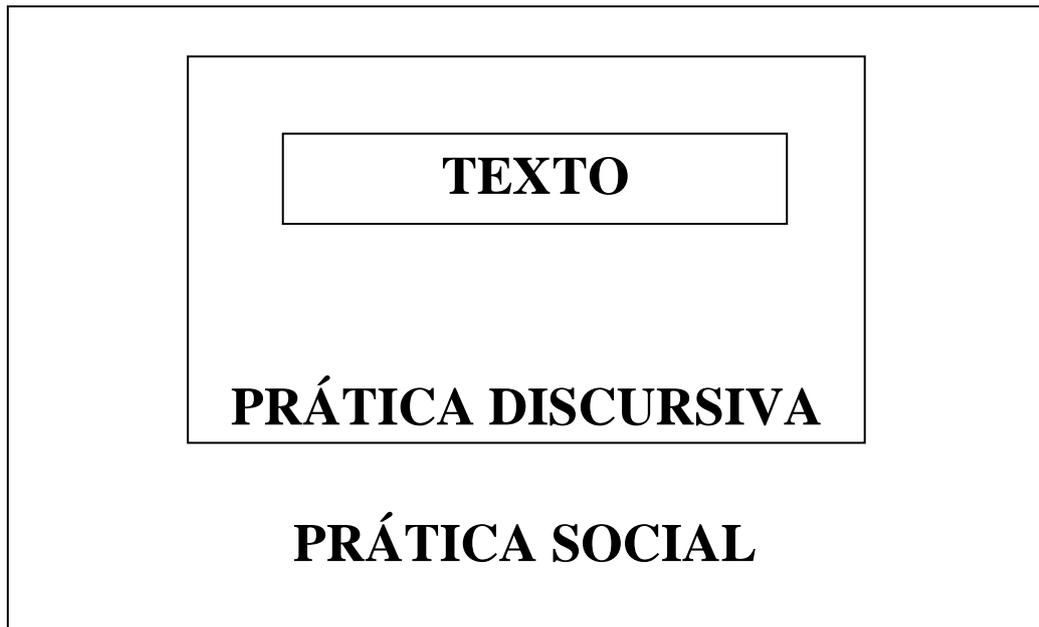
a enganar as consciências. Vê-se que, enquanto intelectual, ele se sente inquietado com a dominação presente nos discursos, acreditando numa possibilidade de apontá-la, de desmontá-la, mediante um olhar crítico. Além de enxergar tal possibilidade crítica, Fairclough quer oferecer, compartilhar essa visão, essa percepção com os sujeitos no processo da linguagem. Ele quer que todos enxerguem a dominação, que todos sejam capazes da crítica, termo que, no seu entendimento particular “implica mostrar conexões e causas ocultas, implica também intervenções – por exemplo, fornecendo recursos por meio da mudança para aqueles que possam encontrar-se em desvantagem” (FAIRCLOUGH, 2008, p. 28).

**Percepção 3:** Tal crítica é viabilizada pelo instrumento teórico por ele pensado e oferecido ao mundo acadêmico: a análise crítica do discurso através do modelo tridimensional. Esta é, portanto, uma saída para a questão da dominação ideológica presente nos discursos, uma vez que viria explicitar os mecanismos de falseamento das consciências nas esferas inter-relacionadas dialeticamente: texto, prática discursiva e prática social. Da subjacência à aparência: as operações ideológicas tornar-se-iam perceptíveis tanto para produtores, quanto para receptores de discursos.

Assim, no próximo subtítulo, seguem-se os principais aspectos conceituais e operacionais do modelo tridimensional de análise do discurso.

### **1.4.2 Modelo tridimensional de análise do discurso**

A figura 1 abaixo ilustra a tridimensionalidade das instâncias focalizadas por Fairclough, representadas uma dentro da outra, travando, assim, um diálogo dialético, o que se justifica pelo fato de que para ele “qualquer evento discursivo é considerado como simultaneamente um texto, um exemplo de prática discursiva e um exemplo de prática social” (Idem, p. 22).



**Figura 1 - Modelo tridimensional de análise.**

Cabe agora apontar como o autor concebe cada dimensão, isto é, o que cada uma envolve no jogo da linguagem na sociedade e, portanto, o que exatamente o analista crítico do discurso deve levar em consideração ao proceder seu exercício reflexivo.

#### 1.4.2.1 A dimensão do texto

Na teoria de Fairclough, quatro itens devem ser contemplados na superfície textual pelo analista. Estes, segundo o autor, estariam dispostos numa escala ascendente. As palavras, que formam o vocabulário de um texto, relacionam-se para formar relações morfossintáticas, tais como frases, orações; estas, por sua vez, ao se agruparem, estabelecem a coesão textual, e toda essa dinâmica consolida a organização da estrutura do texto, isto é, a sua constituição enquanto gênero textual. Comentemos brevemente a importância de cada um dos quatro itens.

##### 1.4.2.1.1 O vocabulário

Afinal, por que o analista deve levar em consideração o vocabulário aparente nos textos? As palavras estão no texto por uma seleção do autor que é agente de uma prática discursiva inserida numa prática social. Sendo assim, o léxico não constitui um texto de maneira aleatória ou neutra, mas é resultado de posicionamentos ideológicos, realizam-

se a partir dos interesses da autoria, do grupo ao qual faz parte, do que se quer comunicar - agir diante do público a receber o texto em questão. Cada palavra num texto significa além daquilo que se mostra num sóbrio verbete de dicionário. Elas “falam”, “gritam” valores e visões de mundo presentes no discurso. Por tal razão, devem sempre estar na alça da mira do analista.

Vários exemplos podem ser citados a esse respeito. Vejamos alguns. Há o que preferem falar em “invasão” portuguesa ao Brasil no período quinhentista, ao passo que outros teimam em utilizar “descoberta”; alguns jornais impressos brasileiros nomearam a ação dos sem-terra de “invasão”, quanto que alguns representantes do próprio movimento usam o termo “ocupação”; em New York, Osama Bin Laden é chamado de terrorista, já no oriente médio, há quem o considere “herói”. Desse modo, percebe-se que criar uma superfície textual é muito mais que aglomerar palavras, criando-se sentidos imparciais, é, na verdade, lapidar ações e interesses, visões e pontos de vistas específicos. É isso que se deve levar em conta ao serem focalizados os léxicos dos textos.

#### 1.4.2.1.2 A gramática

A organização gramatical aparente num texto também revela muito mais que uma ordenação de frases e orações. A esse respeito, Fairclough procurou destacar o diferente papel das frases na voz passiva e na voz ativa.

Ativa é a escolha não marcada, a forma selecionada quando não há razões específicas para escolher a passiva. E as motivações para escolher a passiva são várias. Uma é que ela permite a omissão do agente, embora isso possa ser motivado pelo fato de que o agente é evidente em si mesmo, irrelevante ou desconhecido. Outra razão política ou ideológica para uma passiva sem agente pode ser a de ofuscar a agência e, portanto, a causalidade e a responsabilidade (compare “a polícia atirou em cem manifestantes” com “cem manifestantes foram mortos”. (Ibid, p. 226).

Outro aspecto gramatical enfatizado pelo teórico são as nominalizações (conversão de uma ação em um nome), bastante utilizadas também para escamotear a agência das ações. Vê-se nominalização, por exemplo, quando, em vez de se usar “A seleção brasileira humilhou a torcida nacional na Copa de 2014”, prefere-se dizer que houve uma “Humilhação nacional na Copa de 2014”. Dessa maneira, ao se omitir o

sujeito e a ação, aparentemente, desvincula-se diretamente a ação do time brasileiro ao resultado de derrota, o que é claro, pois, embora o discurso apele, jamais conseguirá desvincular. Contudo, tal fala poderia muito bem ser utilizada, por exemplo, por um membro da equipe técnica brasileira para justamente abrandar a responsabilidade existente pelo vexame do placar de 7x1 para a seleção alemã numa semifinal num campeonato “em casa”, no ano de 2014.

Assim, fica evidente que a organização das orações apresentam significados que vão muito além da acomodação do sujeito e do predicado de maneira inteligível ao leitor-falante. Eles dizem mais, dizem sobre práticas e interesses de grupos. Esses sentidos, portanto, devem ser perseguidos e revelados pela análise.

#### 1.4.2.1.3 A coesão

A coesão, que é a maneira de conexão entre as frases e períodos do texto, é igualmente relevante na análise do discurso. O analista deve ficar atento, sobretudo aos conectores, isto é, preposições, conjunções, sinais de pontuação, ou mesmo vocábulos anafóricos ou catafóricos, que estabelecem a progressão do texto mediante as referências sinalizadas, para buscar significados e interpretá-los.

Vejam os um exemplo do que, socialmente, o uso de um conectivo pode simbolizar. Na frase: “O bar é gay, mas é decente e vale a pena”, o conectivo “mas”, que denota adversidade, indica que o esperado, naturalmente, seria que o bar, por ser “gay”, fosse indecente ou imoral e, implicitamente, indica que lugares assim não valeriam a pena serem frequentados, só que, ao contrário disso, o lugar merece uma visita. Ora, o conectivo “mas” é revelador de uma marca machista e homofóbica que cerca o domínio do discurso. Logo, Fairclough é bastante feliz ao chamar nossa atenção para a análise da coesão no texto.

#### 1.4.2.1.4 A Estrutura Textual

Sobre a estrutura textual, que trata das propriedades organizacionais do texto, segundo a visão de Fairclough, cita-se o parecer de Oliveira e Carvalho:

O analista textual sabe que um gênero textual possui uma forma prototípica. Logo, se ele observa que o texto encontra-se numa forma

híbrida de gêneros, *i.e.*, se ele observa que o texto é apresentado como um gênero, mas contém características de outro gênero, ele precisa construir o sentido que essa decisão estrutural do produtor do texto diz. Por exemplo, se o paraninfo de uma formatura faz seu discurso em forma de cordel, uma interpretação possível dessa hibridização é a resistência desse paraninfo ao gênero do discurso de formatura, que acaba sendo criticado pela hibridização realizada. (2013, p. 296-297).

Logo, a escolha de um gênero “X” em vez de um gênero “Y”, ou mesmo a fusão entre gêneros num mesmo discurso, são ações que devem ser vistas por uma perspectiva analítica que se interesse por investigar o que social e ideologicamente tais seleções e posturas por parte da produção podem revelar.

É munido com esse olhar sobre a superfície material do texto que, de acordo com Fairclough, o analista se torna capaz de operar uma transformação social. São, portanto, tais categorias textuais o cerne de nossa investigação no *corpus* aqui em análise. Quer-se observar como cada livro didático em análise, ao versar sobre a Ditadura civil-militar no Brasil, organiza esses quatro aspectos (vocabulário, gramática, coesão e estrutura textual) nas suas maneiras particulares de construção discursiva.

#### 1.4.2.2 A dimensão da prática do discurso

Essa dimensão, em especial, diz respeito a como serão interpretados a própria produção, a distribuição e o consumo do texto na construção do discurso. Veremos situações que exemplifiquem a interpretação em cada esfera.

Quanto à produção, no caso da análise de um discurso da mídia sobre uma manifestação popular, tal qual aquelas manifestações ocorridas no Brasil em Junho de 2013, iniciadas a título das passagens de ônibus para estudantes e que tiveram maiores proporções. A edição de uma reportagem sobre o evento pode ser um item de observação do analista, que investigará, por exemplo, quais imagens foram enfatizadas, quais receberam mais tempo em foco, quais foram cortadas, que sujeitos sociais entrevistados tiveram sua fala editada. No que tange à distribuição do texto, pode o analista observar como aquele é socialmente posto em circulação por quais vias (televisiva, impressa, on-line, etc)?

Sobre o consumo, pode-se observar se é feito de forma coletiva, como num jornal impresso, se de forma individual, como em uma carta pessoal, se de forma passiva, como nas rotinas cotidianas frente à TV, se de forma ativa, como em artigos

acadêmicos de feministas, que se contrapõem à hegemonia de certo padrão de beleza feminina em revistas semanais para mulheres, por exemplo. Tais formas determinam as escolhas lexicais, gramaticais, de gênero textual e moldam os sentidos a serem buscados na análise frente aos aspectos pragmáticos do discurso na sociedade.

São questões como essas de produção, circulação e consumo que na presente pesquisa serão analisadas quanto aos livros didáticos selecionados para estudos. O que tais domínios determinam na composição da superfície do texto e vice-versa? Como isso se traduz nos discursos de cada livro em relação aos valores e práticas sociais? São essas inquietações que impulsionam nossa curiosidade de pesquisa.

### 1.4.2.3 A prática social

Essa dimensão concerne basicamente ao contexto em que é ocorrida a prática discursiva. Dessa forma, deve o analista atentar para aspectos institucionais a regerem o discurso em sua produção e consumo. Mais especificamente, elementos como quem produz, quem recebe o discurso, onde, como e quando devem ser focalizados.

Nessa dimensão, um aspecto, em especial, deve ser o cerne da análise: o fator ideológico do discurso. Fairclough, ao se voltar para a abordagem da ideologia na esfera do discurso, em muito se influenciou por Gramsci (1986, 1995) e Althusser (1985), definindo-a da seguinte maneira:

As ideologias são significações/ construções da realidade (o mundo físico, as relações sociais, as identidades sociais) que são construídas em várias dimensões das formas/sentidos das práticas discursivas e que contribuem para a produção, a reprodução ou a transformação das relações de dominação (Ibid, p. 177).

Dentro dessa noção de ideologia, Fairclough destaca o fenômeno da “naturalização do discurso”, um fenômeno traiçoeiro, porque pode conduzir os usuários da língua a propagarem ideologias que necessariamente não sejam a eles convenientes, ou mesmo que sejam nocivas a outros indivíduos. O fato é que tudo na cultura é humanamente instituído e nunca natural. É justamente essa a marca humana nas produções das suas práticas e seus respectivos significados em sociedade, só que muitos indivíduos deixam de atentar para isso, mediante certos “discurso naturalizadores”. Vejamos um exemplo: considerar a legalização do casamento homoafetivo como uma

aberração da natureza é um posicionamento ideológico, isto é, cultural, criado, convencionado socialmente por determinados interesses de grupo, tendente a considerar apenas como legítima a heterossexualidade como algo natural e que, assim sendo, não pode ser questionada, violada. Isso é o exemplo de um discurso ideológico, ao modo de muitos discursos religiosos, que fazem da heterossexualidade a única orientação sexual aceita como válida. Naturalizar esses discursos é esconder a veia ideológica e dissimuladora da dinâmica cultural humana que carregam, dinâmica em que tudo é fruto não exatamente da natureza, mas de interesses e práticas humanas.

Especificamente sobre as naturalizações, Fairclough comenta:

As ideologias embutidas nas práticas discursivas são muito eficazes quando se tornam naturalizadas e atingem o status de “senso comum”; mas essa propriedade estável e estabelecida de ideologias não deve ser muito enfatizada, porque minha referência à “transformação” aponta a luta ideológica como dimensão da prática discursiva uma luta para remoldar as práticas discursivas e as ideologias nelas construídas no contexto da reestruturação ou da transformação das relações de dominação. Quando são encontradas práticas discursivas contrastantes em um domínio particular ou instituição, há probabilidade de que parte desse contraste seja ideológico. (2008, p. 117)

Contudo, há uma postura diferenciada do autor em relação às ideologias se compararmos seu pensamento a Althusser (1985) em *Os aparelhos ideológicos do Estado*, por exemplo. Para Fairclough, há sempre a possibilidade de escolha do indivíduo frente aos enunciados. Desse modo, na sua concepção, “Nem todo discurso é irremediavelmente ideológico” e, por isso a ideia de Althusser de “ideologia em geral”, funcionando como um cimento social indissociado da sociedade em si, é por ele contestada. É aí que reside a crença na resistência às ideologias mediante à visão dialética do discurso, analisado criticamente nas três dimensões: texto, prática discursiva e prática social, nos quais reside a contribuição diferencial do teórico aos estudos do discurso: sua visão de transformação social.

Embora o conceito tridimensional do discurso seja uma grande contribuição para a área, não foi imune a críticas por parte de representantes da análise do discurso e da linguística aplicada. As críticas mais contundentes são em torno do conceito de ideologia proposto por Fairclough, que seria reduzido e limitado a um falseamento do real. Os críticos defendem que a ideologia seria um fenômeno muito mais amplo, envolvendo em termos gerais um conjunto de crenças e valores, como quais os indivíduos vivem em sociedade, incluindo nesse domínio, e não se limitando apenas às

ideias falseadas da realidade que terminam por legitimar certo poder político dominante. É o que coloca Zizek (1996), por exemplo. Para a crítica, a ACD seria reducionista igualmente por relacionar as estruturas econômicas às questões de poder observadas dentro das relações de classe. Nesse sentido, o sócio-econômico determinaria o discurso, diante disso que Fairclough é atacado.

Uma contra-corrente de pensadores que defendem a ACD e os pressupostos de Fairclough defendem-no com o argumento de que não há nas análises uma mera redução à economia, uma vez que seu projeto também considera outros domínios como as questões que envolvem gênero, etnia, política. O fato é que, ao abordar a ideologia, o autor abriu espaço para que se pensasse a questão da consciência ou inconsciência, além do que é verdade ou falsidade, dos indivíduos na reprodução de certos valores dominantes em seus enunciados.

Ao produzirem seu mundo, as práticas dos membros são moldadas e forma inconsciente, por estruturas sociais, relações de poder e pela natureza da prática social em que estão envolvidos, cujos marcos delimitadores vão sempre além da produção de sentidos. [...] E assim como uma pessoa pode estar tipicamente inconsciente das suas maneiras de falar, a menos que, por alguma razão, elas sejam submetidas a um escrutínio consciente, essa pessoa pode estar tipicamente inconsciente de quais maneiras de ver ou de quais representações ideológicas subjazem à sua fala. (Ibid, p.100, 120).

Ao afirmar-se que um evento discursivo opera ideologicamente não se está afirmando, em primeira instância, que ele é falso e nem se está reivindicando uma posição privilegiada de quais julgamentos de verdade ou de falsidade possam ser feitos. Está-se afirmando que ele contribui a reprodução de relações de poder. A partir dessa concepção de análise ideológica, ataques à crítica ideológica por causa das suas supostas reivindicações privilegiadas da verdade erram seu alvo (FAIRCLOUGH, 1995, p.18).

Sendo assim, ainda que tenham sido indicadas algumas limitações à sua obra, defende-se aqui que a teoria de Fairclough tem um alicerce confiável e útil à atividade analítica dos discursos em sociedade. É com essa fundamentação teórica que aqui se leva adiante o objetivo de, ao investigar o *corpus* de pesquisa selecionada, oferecer condições de reflexão que possam ensejar algum tipo de transformação social quanto à maneira de se olhar, produzir-se e distribuir-se os livros didáticos de História nesse país.

## 2 METODOLOGIA

Como já explicitado, com base no modelo tridimensional do discurso, de Norman Fairclough, em que interagem dialeticamente as instâncias já igualmente aqui explanadas - texto, prática do discurso e prática social - proceder-se-á à análise.

Dentro da superfície do **texto**, serão analisados os quatro itens, também já citados na Fundamentação Teórica, que Fairclough sinaliza como importantes para a análise crítica do discurso:

- a. Vocabulário;
- b. Gramática;
- c. Coesão;
- d. Estrutura textual.

Dentro da Superfície da **prática do discurso**, serão relacionadas às análises do texto na maneira como seus aspectos se relacionam com produção, circulação e consumo. E, em seguida, será analisado como todo esse conjunto constitui e/ou é constituído pela superfície da **prática social**, no que tange, particularmente, ao contexto e agentes de produção e recepção dos discursos na sua relação com o campo da ideologia e das visões hegemônicas presentes nos esquemas sociais.

Não se opta aqui, entretanto, nem mesmo por fins didáticos de organização textual, por uma metodologia de escrita da análise que separe em sub-tópicos essas três instâncias (texto, prática de discurso e prática social). Ao nosso ver, a importância que aqui é conferida à dialética presente entre eles. Desse modo, cada seção que compõe os discursos didáticos dos dois livros será comentada de maneira linear, sequencial, de forma que serão pontuadas as particularidades que mais nos chamam a atenção para a análise crítica e que, uma vez observadas e apontadas, podem por esta pesquisa ensejar qualquer espécie de transformação social quanto à adoção e uso dos livros didáticos de História, no que concerne às representações da Ditadura civil-militar, no Brasil.

O presente trabalho desenvolvido no programa de Mestrado em Ciências da Linguagem, na vertente de pesquisa *Linguagem, Processos de Organização Linguística e identidade social* procederá sua análise aplicando as metodologias de investigação qualitativa sugeridas pelo Modelo Tridimensional de Norman Fairclough.

Do ponto de vista de seus objetivos, observações, *corpus* e tratamento de informações, pode-se considerar a presente pesquisa como dotada de um cunho exploratório e inserida do modelo de pesquisa qualitativa, pois, assim como a professora Maria Marly de Oliveira (2012), entendemos que “Fazer pesquisa não é acumular dados e quantificá-los, mas analisar causas e efeitos, contextualizando-os no tempo e no espaço, dentro de uma concepção sistêmica”. A autora completa o próprio pensamento afirmando que:

[...] em uma pesquisa dentro de uma abordagem qualitativa é preciso delimitar o espaço e o tempo ou mais precisamente faz-se necessário o corte epistemológico para realização do estudo segundo um corte temporal-espacial (período, data e lugar). (Idem, p.39).

A pesquisa em questão possui cunho exploratório, ainda, porque precisamos “levantar informações, delimitar o campo de trabalho e mapear as condições de manifestação desse objeto”, conforme afirma Severino (2007). Ainda sobre a perspectiva desse autor, precisamos compreender que as análises de conteúdo aqui propostas, e por que não dizer a análise dos discursos materializados nos livros didáticos, revestem-se de um caráter exploratório por metodologicamente oferecerem um tratamento crítico das informações.

Para a realização da pesquisa, optamos por analisar dois livros didáticos do 9º ano do Ensino Fundamental, que apresentam nos seus capítulos a narrativa histórica das ditaduras civis-militares presentes em nosso país no período de 1964 a 1985. O *corpus* da pesquisa é composto especificamente por esses livros. O primeiro livro tem o título de *História do Brasil Império e República*, da Coleção Marechal Trompowsky, escrito pelos autores Aldo Demerval Rio Branco, Mauricio de Siqueira Mallet e Neide Annarumma, editado pela Biblioteca Nacional do Exército e que se encontra na 5ª edição revisada e ampliada. Ressalta-se que, apesar deste livro ser pago pelo Governo Federal, é destinado exclusivamente aos alunos dos Colégios Militares, mantidos pelo Exército Brasileiro, não passando por nenhuma avaliação pertinente aos livros didáticos nacionais com base no Programa Nacional do Livro Didático – PNLD.

O segundo livro integrante no *corpus* do trabalho carrega o título *Estudar História das Origens do Homem à era digital* e é editado pela Editora Moderna, sendo sua primeira edição do ano de 2011. É um livro que, assim como os demais dessa editora, passa pela análise do PNLD e, apesar de sua recente produção, vem

apresentando uma significativa adoção por parte dos professores das diversas escolas públicas do Brasil.

A partir de uma objetiva análise da referida obra, percebe-se que sua abordagem histórica é integrada, com ênfase na apresentação da história política e social de diferentes povos e sociedades. Seu componente curricular desenvolve-se por meio de uma narrativa linear e cronológica da história, oferecendo significativas reflexões e contribuindo, desta forma, para a produção do conhecimento histórico. É um livro que apresenta uma diversidade de fontes documentais e tem uma riqueza nas orientações teórico-metodológicas.

Segundo a avaliação do PNLD de 2014, o livro visa a uma formação cidadã por meio de indicações de ações positivas que valorizam as crianças, os adolescentes, as mulheres e os idosos, como portadores de direitos historicamente conquistados. Nele também, os povos africanos e indígenas são perceptivelmente contemplados sem análises superficiais e preconceitos cristalizados no senso comum de muitos livros.

Os discursos materializados nos dois livros selecionados como *corpus* ratificam-se, e serão analisados a partir do Modelo Tridimensional da Análise do Discurso de Norman Fairclough, pois, como sabemos, a partir dele é possível identificarmos a nítida relação entre linguagem e poder, uma vez que seu trabalho nos leva a entender que as práticas sociais e discursos se relacionam dialeticamente. A presença ou não de consciência que os atores têm apresentam a respeito dessa relação dialética entre linguagem e prática social e a importância do discurso nas transformações sociais são instâncias de análise presentes nesse método desenvolvido por Fairclough e que aqui endossamos.

Abaixo, seguem figuras que representam as capas dos respectivos livros em análise:

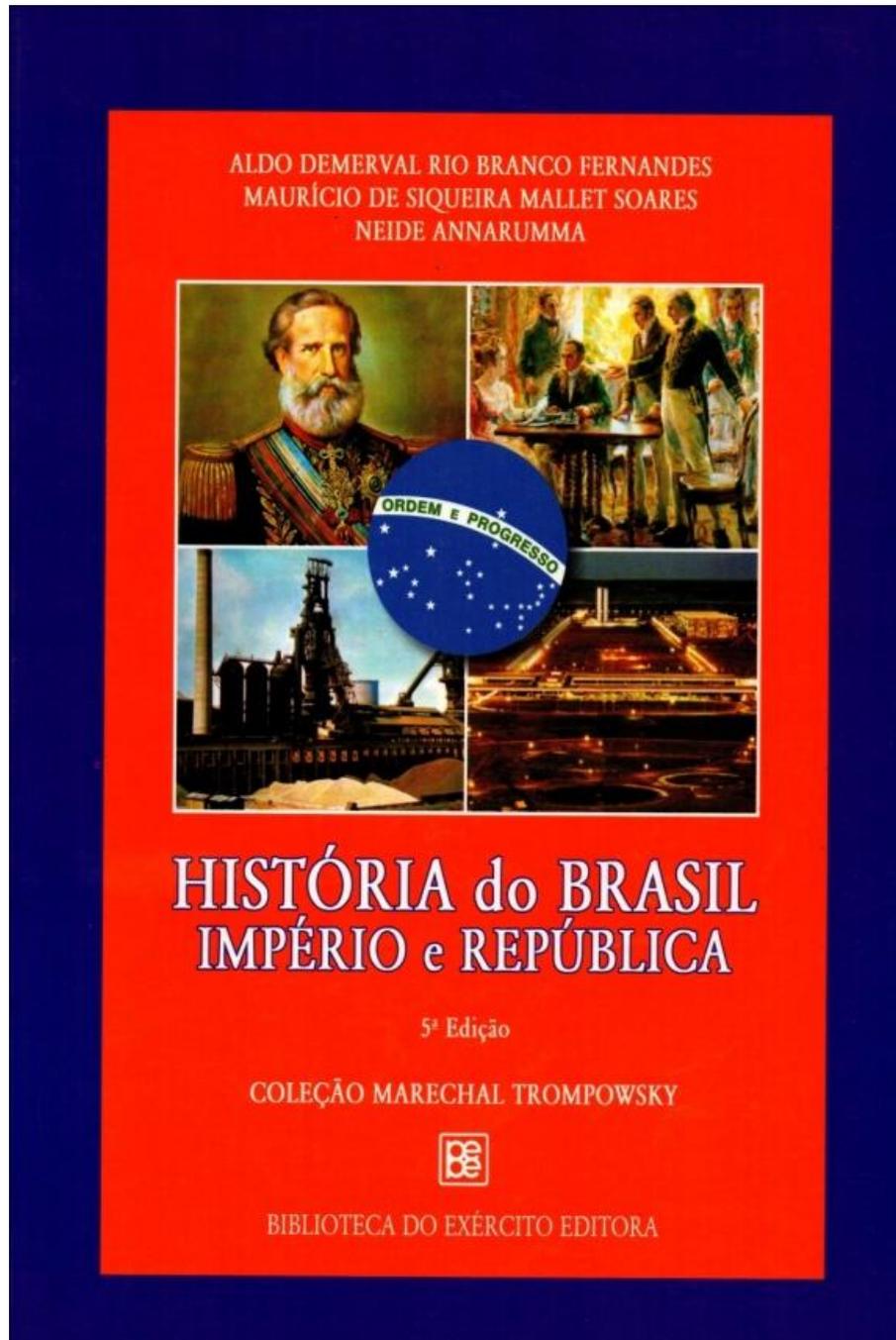


Figura 2 – Livro Didático de História - produzido pela Biblioteca do Exército Nacional



Figura 3 – Livro Didático de História - produzido pela Editora Moderna analisado e aprovado pelo PNLD, de 2014, do Ensino Fundamental para anos finais.

### 3 ANÁLISE DOS DADOS

#### 3.1 SIGNIFICADOS DA DITADURA CIVIL MILITAR NO DISCURSO DO LIVRO DIDÁTICO: HISTÓRIA DO BRASIL: IMPÉRIO E REPÚBLICA

Os textos são feitos por pessoas físicas que não estão isoladas do mundo social e dos papéis que nele assumem enquanto indivíduos e cidadãos. As marcas políticas, as intenções dos falantes inseridos em seus respectivos grupos institucionais ficam no texto. O que intenciona, com que características se constitui e que efeitos atingem um texto assinado por um General de Brigada, um militar? Mais: O que se intenciona, que características e que efeitos apresentam um livro didático editado pelo Exército Brasileiro, escritos por autores do próprio Exército?

Atentemos, inicialmente, para a análise de trechos da apresentação da obra *História do Brasil: Império e República*, de Aldo Fernandes, Maurício Soares e Neide Annarumma, escrita pelo general de Brigada José Carlos dos Santos (Diretor de ensino preparatório e assistencial do sistema colégio militar do Brasil), a fim de angariar pistas sobre essas questões.

Ao assumir recentemente a Diretoria de Ensino Preparatório e Assistencial (DEPA), já pude perceber que não há unanimidade, no âmbito Sistema Colégio Militar do Brasil (SCMB), quanto à adoção de um livro texto único para o ensino da História. Se por um lado tal questionamento é natural e salutar, pois vivemos em um país de arraigada tradição democrática, sob o ponto de vista da DEPA, tal procedimento traz uma série de benefícios.

O primeiro refere-se ao caráter assistencial do SCMB, umas das premissas básicas do Sistema. Ao unificarem-se currículos e limitarem-se as opções de livros didáticos adotados, atende-se à necessidade de apoio à família militar. O aluno, cujo pai é transferido de guarnição à outra, encontra no novo colégio o mesmo uniforme, calendário anual, plano de disciplinas, e inserido nesse contexto, o mesmo material didático, evitando-se gastos desnecessários.

O segundo refere-se ao caráter preparatório do SCMB, segunda premissa básica do Sistema, que busca despertar, no corpo discente, a vocação para a carreira das armas. Dessa forma, é natural que, ao lado do conteúdo construído por meio de pesquisa científica (desprovida, portanto, de motivação política), sejam inseridos textos e ilustrações motivadoras do civismo e amor à Pátria. Tais valores são fundamentais não só para os futuros integrantes das Forças Armadas,

mas também na formação de futuros cidadãos responsáveis e compromissados com a evolução democrática da sociedade brasileira. (2009, p. 5).

No primeiro parágrafo, nota-se que um recurso de coesão do texto, uma conjunção estabelece uma relação de concessão entre as orações, gerando o sentido de que “embora” a diversidade de livros didáticos num mesmo sistema de ensino seja salutar e “democrático”, unificar o ensino com o mesmo material didático ao longo do país traz benefícios. A ideia de concessão põe em destaque os benefícios a serem indicados no parágrafo seguinte, benefícios que pela relação de sentido estabelecida divergem da qualidade “democrático”. Assim, o próprio texto auto denuncia-se ir ao sentido contrário da prática de ensino democrática. Contudo, procura passar a impressão de que esse “afastamento” da democracia traz benefícios. Ora, esse exercício de pensamento está muito próximo ao fato histórico “Ditadura civil-militar”, que suspendeu as bases democráticas em nome de uma ordem necessária à Nação, em 1964, a qual, segundo o discurso militar vinha “sofrendo” com a invasão de um caos econômico e social associado às proximidades do governo de então ao comunismo. Curioso que o argumento do parágrafo seguinte sobre os benefícios de uma unificação didática quer se sustentar a partir de um fenômeno importante e decisivo na lógica de capitalismo em que vivemos: o pragmatismo. Note-se que a democracia didática é “trocada” por uma mera questão de logística a facilitar as possíveis transferências de unidades escolares dos filhos de militares, que, frequentemente, estão em trânsito pelo país. Não é, portanto, um argumento tolo, mas forte, porque toca na veia da sociedade atual, que, muitas vezes, não prioriza um ensino multicultural: pressa, facilidade, pragmatismo. Percebe-se que o uso da expressão vocabular “família militar” reitera uma apelação à aceitação do argumento pragmático, porque o considera uma “necessidade” para a harmonia dessa instituição base da sociedade: a família. Ora, tantos apelos demonstram a necessidade de convencer a comunidade de leitores de que a preservação da família estaria acima de práticas democráticas, outra postura verificada no período do governo militar.

O terceiro parágrafo traz um segundo argumento para convencer o leitor de que a ausência do pluralismo didático (mais democrático) oferece ganhos com a uniformização: a vocação e a formação do militar e do cidadão responsável. O texto dá a entender que sem essa unificação didática, pautada num conteúdo (em termos de textos e ilustrações) que incite o civismo e o amor à pátria, a formação militar poderia

ficar comprometida. E isso sugere que quanto mais monólogo o discurso didático, mais fácil de gerir a formação da massa militar. O interessante é a tentativa de “naturalizar” a ideia de que o conteúdo uniformizado de amor à pátria é necessário para a educação do cidadão no uso da expressão “é natural que”. Ora, nada é natural, como bem nos mostra Michel Foucault, pois tudo é cultural e movido por interesses de grupos e por questões de poder. Naturalizar é uma estratégia de discurso que pretende convencer sem deixar margem para o questionamento. É a tentativa dos autores do livro em análise de alcance da subserviência do leitor aos conteúdos propostos pelo sistema militar, sem, contudo, deixá-lo ciente disso, mas sim, crente de que “colabora” com a nação, com o “compromisso com a evolução democrática da sociedade brasileira”. Mas, uma análise crítica desse discurso, como vimos, revela que sua estratégia argumentativa quer justamente convencer de que se faz uma concessão em se afastar da democracia didática para se alcançar uma ordem imperativa e necessária a um sistema de ensino: o militar, que necessita continuar propagando seus valores.

A tentativa de mascarar e naturalizar a prática cultural presente na uniformização de uma linguagem didática já se mostra na presença da expressão “desprovida, portanto, de motivação política”. Sabe-se que nenhuma linguagem é não social ou apolítica. Tentar apagar esse caráter social da linguagem é mais uma artimanha de um discurso que quer dominar sem querer dar a entender suas intenções de dominação. Repete-se: nota-se aqui mais uma vez a semelhança entre o discurso militar e a prática militar de governo: ditadura que se coloca não como violência à ordem democrática, mas como “resgate” de uma ordem social ameaçada.

O texto de apresentação, no último parágrafo, arrola agradecimentos aos responsáveis pela criação e edição do livro e conclui-se do seguinte modo:

“A equipe, com larga experiência em educação, oferece aos nossos jovens alunos (e por que não dizer também aos pais) uma leitura agradável e instigante, despertando o interesse pelo conhecimento do nosso passado, fator fundamental da cidadania consciente e participativa” (Idem)

Ora, cabe a questão: Como um livro que na própria apresentação se mostra se distanciar de uma pluralidade didática e, portanto, pedagogicamente mais democrática, pretende oferecer contribuição para uma cidadania consciente e participativa? A cidadania participativa necessita do reconhecimento da diversidade, da interação entre os grupos sociais, muito além de um conhecimento sobre o passado. Note-se que o

termo “conhecimento do passado” pressupõe que a História está pronta e acabada, estática, vista como uma narrativa a ser lida e entendida passivamente.

O termo utilizado pelo general escamoteia a ideia de narrativa histórica moderna, uma construção interpretativa, uma seleção e interpretação subjetiva de documentos e fatos. Tal postura da autoria é grave diante de um livro didático de história nas condições teórico-pedagógicas que vivenciamos hoje. O mais grave é que o livro é adotado exatamente como diz a apresentação: de maneira uniforme em todo o sistema de ensino militar.

A seguir, será analisada a parte específica acerca da “Ditadura civil-militar”, que, na verdade, está compreendida em dois capítulos do livro, denominados respectivamente “IV República – 1946-67” e “V República – 1967-88. Vamos ver como esse discurso revela os interesses da instituição do exército brasileiro.

O capítulo “IV República – 1946-67” tece considerações sobre o fim da era Vargas, em 1945, e o governo do seu sucessor, o general Eurico Gaspar Dutra; depois menciona a volta de Vargas pela via democrática, bem como sua saída do poder após suicídio. O capítulo ainda relata os governos transitórios de Café Filho, Carlos Luz e aborda a gestão de Juscelino Kubitschek e seu sucessor Janio Quadros até a mudança de forma de governo de presidencialista para parlamentarista marcada pela posse do Vice João Goulart. Após essa linha de trajetória de governos, é que o capítulo trata especificamente da Ditadura civil-militar sob o intrigante subtítulo “A Revolução de 1964”. Esta seção está organizada nas seguintes subseções: Antecedente, em que se desenvolvem, por sua vez, outros subitens “Antecedentes”, “O governo de Goulart”; “A emenda parlamentarista, a inflação e as reformas”; “A igreja, as Forças armadas e o meio estudantil”; “O auge da crise”; “A revolução”; “Marechal Castelo Branco (1964-67); “A constituição de 1967” e, por fim, “Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG).

O capítulo “V-República -1967-1988” está organizado da seguinte forma: inicia-se com o título geral “Período 1967-88”, subdivididos em subtítulos que apresentam os nomes dos governantes e o respectivo período em que exerceram o poder. São eles: “Costa e Silva (1967-69)”; “Emílio Garrastazul Médici (1969-74)”; Ernesto Geisel (1974-79); “João Batista Figueiredo (1979-85)”; e, por fim, “José Sarney (1985-90)”, que não fez parte do governo militar.

Vamos agora analisar trechos e aspectos particulares das seções, que merecem destaque. De imediato, chama atenção o título carro-chefe do tema: “Revolução de

1964”. Em outros diferentes gêneros sociais que circularam e ainda circulam em vários domínios, o mesmo fato histórico leva o nome de “Golpe de 1964”. Que significados podem guardar o uso da palavra “Revolução” em detrimento da palavra “golpe”? O trecho do *Dicionário de conceitos históricos*, dos autores pernambucanos Silva e Silva, que se inspiram no pensamento de Florestan Fernandes, ajuda a elucidar os significados dessa seleção vocabular por parte do livro didático do Exército:

Durante a própria vigência desses governos militares, os golpes de Estado que lhes deram origem eram chamados de revoluções. Para Florestan Fernandes, o uso da palavra *revolução* como sinônimo de golpe de Estado (principalmente no que dizia respeito ao governo militar brasileiro e a tomada de poder em 64) tem um profundo caráter ideológico. Fernandes concorda que a definição de revolução oferece pouca controvérsia: revolução é um fenômeno social e político de mudanças rápidas e drásticas nas estruturas sociais, em que a ordem social vigente é subvertida. Mas o uso das palavras sempre se remete às relações de dominação, assim, empregar revolução em vez de golpe de Estado para nomear um acontecimento que não transformou as estruturas sociais é uma forma de escamotear a realidade histórica. (2006, p. 264).

Se partirmos desse ponto de vista de Florestan Fernandes, podemos chegar à conclusão, por um raciocínio silogístico, de que ao utilizar “Revolução”, o livro didático de História do sistema de ensino do exército “escamoteia a realidade histórica”. Tal prática num material como um livro didático parece inadequada. A análise do discurso aqui em execução pretende sinalizar tal necessidade para que se concretize o que na nomenclatura de Fairclough se chama “transformação social”.

Faz-se importante destacar que a maioria dos títulos são formados basicamente de substantivos e numerais, em tons sóbrios e objetivos que pouco incitam o debate e a reflexão a partir de possíveis adjetivos ou mesmo metáforas (as quais, uma vez presentes, exigiriam maior inferência do falante e seu conhecimento de mundo) por parte do aluno leitor, que, no caso, parece meramente “guiado” a guardar informações de maneira passiva e pouco questionadora ou mesmo constitutiva dos sentidos do texto.

A narrativa histórica do livro escolhe se iniciar com um apanhado sobre o que supostamente ocorria antes do que os sujeitos-autores denominaram “Revolução de 64”. Cabe indagar o porquê dessa seleção introdutória, questionar para que contextualizar o leitor a respeito dos “antecedentes”. Possíveis respostas podem ser apreendidas a partir da “organização textual” apresentada pela seção.

Nota-se o seu primeiro parágrafo da seção aqui analisada a situação do Partido Comunista Brasileiro, a qual tem seu caráter ilegal reforçado a partir da datação a seu respeito colocada, como se observa no trecho: “Durante o governo do General Eurico Gaspar Dutra, o Partido comunista Brasileiro teve existência legal por dois anos (1945-1947). Aproveitando-se dessa oportunidade, reconstituiu o seu núcleo e fortaleceu-se” (FERNANDES; SOARES; ANNARUMMA, 2009). Ora, se a dita “revolução” ocorre em 64 e diz-se que o PCB foi legal pelo período de 45 a 47, indica, então, a partir dos implícitos, que seu estado é ilegal. O uso da expressão “aproveitando-se” em relação a uma oportunidade para um fortalecimento também merece destaque por igualmente sugerir ‘uma adjetivação’ pejorativa ao comunismo. Na nossa cultura, as palavras ‘aproveitar’ e ‘aproveitador’ possuem em determinados contextos significados indignos, próximos ao oportunismo. Ou seja, o uso do termo, de certa forma, coloca “lenha na fogueira” na maneira de identificar negativamente o comunismo no texto.

Na sequência, o terceiro e último parágrafo da seção informa que cabia a João Goulart ocupar o cargo vago de Jânio Quadros, cuja “decepcionante renúncia” (expressão utilizada no parágrafo anterior), teria frustrado os eleitores e dado origem a um difícil período no Brasil. Tais termos utilizados no livro didático impõem a João Goulart a responsabilidade de uma administração que contivesse tais citadas dificuldades enfrentadas pelo país. Logo após a criação de tal raciocínio de “responsabilização” criado pelo texto, a figura de João Goulart é diretamente associada ao Comunismo. Já no primeiro parágrafo reforçado como ilegal: “Legalmente, cabia a João Goulart, vice-presidente, então em visita à República Popular da China (China comunista), com quem não mantínhamos relações diplomáticas, ocupar o cargo vago” (Idem). Assim, o caminho argumentativo que se estabelece pode levar o leitor a pensar: O comunismo é ilegal. João Goulart visita a China Comunista. Logo: João Goulart, em vez de tomar uma postura que controlasse o período de dificuldade brasileira, aproximasse de condutas ilegais. Tal silogismo parece uma espécie de preparação, de justificativa da necessidade de uma “revolução” nas bases democráticas do país, capaz de impor a “ordem”, da qual a nação carecia para sua harmonia e prosperidade. Em outras palavras, o texto parece ser organizado argumentativamente para legitimar o golpe militar de 1964.

Na seção intitulada “O governo João Goulart”, chama a atenção igualmente tanto o que é dito, quanto o que é omitido pelo discurso. Num único parágrafo, diz-se:

O governo João Goulart encontrou sérias dificuldades em razão da inflação, do insucesso da política das reformas e da oposição feita por significativa parcela da opinião pública, da Igreja e das Forças Armadas. Seu governo não soube enfrentar com firmeza e equilíbrio necessários o extremismo crescente, que na época, se manifestou (Ibid, p. 191).

Nota-se, pois, que, no trecho, procura enfatizar “dificuldades” e “incapacidades” do governo de Goulart. Além disso, a autoria tem a preocupação de reforçar uma necessidade de intervenção nessa situação para suprir a falta de “firmeza” de Goulart. Dessa forma, o discurso do livro didático continua seu exercício de justificar e legitimar a Ditadura civil-militar, tentando levar o aluno-leitor a encará-la como uma verdadeira “revolução”.

Omite-se no parágrafo, ainda, que, legalmente, Goulart não era nesse momento um chefe de governo, mas, sim, um chefe de Estado, pois vigorava no país o regime presidencialista-parlamentarista, porém quem governava era o primeiro ministro, Tancredo Neves, não Goulart. Tal omissão acaba por ocultar que essa mudança de regime foi uma condição imposta para que Goulart assumisse à presidência do país, tendo, dessa forma, seus poderes reduzidos. O uso do termo “governo” em relação a Goulart vem cada vez mais descredenciar e, conseqüentemente, responsabilizá-lo pelas ditas “dificuldades do país” que desencadearam a iniciativa militar de tomada do poder.

A organização do texto, assim, reforça-se, a partir da análise crítica do discurso, e impele para um ato predominante: a justificativa que legitima o golpe militar. Tal iniciativa continua sendo tecida ao logo dos demais itens. Em “A emenda parlamentarista, a inflação e a reforma”, palavras que incitam a criar uma imagem de caos na administração de Goulart, intensificada pela ideia de crescimento do comunismo.

O insucesso da emenda parlamentarista, a vitória no plebiscito e o conseqüente retorno ao presidencialismo, com João Goulart na chefia da Nação, entusiasmaram os comunistas, que já ocupavam importantes cargos administrativos, chefia de entidades estudantis, empresas estatais e sindicatos. (Idem).

Mais adiante, listam-se problemas conjugados que afetariam gravemente a economia do país e, conseqüentemente, a paz pública:

A inflação descontrolada trouxe como consequência o desequilíbrio dos gastos públicos; as greves políticas, desnecessárias e ilegais, ajudariam a desorganizar a economia nacional; as agitações populares, na cidade e no campo comporiam a desagregação política e social. (Idem).

Um ponto que não pode passar despercebido nesse ato permanente do discurso de tentar legitimar o “golpe de 64” é a construção da identidade do partido comunista. Para referenciá-lo no texto, são utilizados expressões e adjetivos que criam uma representação próxima de instâncias como ameaça, ilegalidade, subversão, extremismo em oposição a uma reputação ilibada dos militares. Transcreve-se o trecho: "As Forças Armadas, pela solidez de sua organização e por seu espírito democrático, haveriam de constituir o maior obstáculo às investidas subversivas” (Ibid, p. 191). As expressões ‘espírito democrático’ *versus* ‘investidas subversivas’ (clara alusão ao comunismo) sugerem a criação no texto da dinâmica “mocinhos (militares) contra bandidos (comunistas)”, dinâmica que, como na arte literária e no cinema, interfere nas emoções de leitores e espectadores, manobrando-a. Tal dinâmica simplifica o fenômeno da história, o qual posições de mocinhos e bandidos não correspondem à complexidade característica dos sujeitos da história, que, por sua vez, são construções de linguagem a partir de pontos de vistas de narradores históricos, filhos de espaço e momento particulares. Assim, a obra do Exército aqui analisada estreita a possibilidade da história numa visão maniqueísta, que incita à problematização dos fatos perante aos alunos. O trecho a seguir ratifica a identidade “bandida” do comunismo a partir do uso de alguns termos, como “infiltração”, “alvo”, “líderes”, além de afirmar que os comunistas corrompiam jovens estudantes e religiosos, querendo criar a ideia de que estes só se deixavam levar porque eram ingênuos perante a astúcia e os ardis do comunismo.

Percebendo ser a Igreja, a maior força de oposições a seus objetivos, o Partido Comunista adotou a tática de infiltração em diferentes segmentos da sociedade brasileira nas universidades, colégios católicos, setores do apostolado leigo, seminários e no âmbito dos sacerdotes. O meio estudantil sempre foi um dos alvos prioritários do Partido Comunista, pois representa um potencial celeiro de líderes. Além do mais, o estudante desempenhava um papel de escudo protetor para o Partido Comunista, em face das naturais restrições que os órgãos de segurança encontravam diante de grupos de jovens decididos, que de forma altruística, queriam o bem do Brasil. (Idem).

Em contrapartida, vê-se no trecho seguinte como a ditadura militar tem seu golpe representado como um ato heroico, revolucionário, reinstaurador do bem público, comemorado, inclusive, com um “movimento popular”:

Na noite de 30 de março, seria decidido pelas lideranças democráticas (civis e militares) o início do movimento para o dia seguinte, 31 de março de 1964. Decisivo foi o respaldo político de expressivas lideranças, como os governadores da Guanabara (Carlos Lacerda), São Paulo (Adhemar de Barros) e Minas Gerais (Magalhães Pinto). Este último, a rigor, foi quem erradicou o primeiro pronunciamento, desencadeando o movimento. Sem precedentes nos anais dos levantes políticos sul-americanos, a Revolução foi levada a efeito não por extremistas, mas por grupos moderados e respeitadores da lei e da ordem. Ela foi comemorada no Rio de Janeiro com uma Marcha da Família com Deus pela liberdade, nos mesmos moldes daquela de São Paulo, caracterizando, mais uma vez, o público apoio à verdadeira “contra-revolução” promovida por suas Forças Armadas, em perfeita sintonia com suas aspirações. (Ibid, p.192)

Assim, a dinâmica cinematográfica “bandidos x mocinhos” limita a reflexão dos leitores alunos a respeito da complexidade histórica que envolve o golpe civil-militar de 1964.

Também merecem destaque como são representados na narrativa do livro didático os cinco governos ditatoriais. Este capítulo inicial, “IV República – 1946-67”, finaliza-se com a descrição do governo de “Marechal Castelo Branco (1964-67); comenta “A constituição de 1967” e, por fim, fala sobre “Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG)”. Analisemos alguns trechos significativos dessa finalização.

Ao se referir ao Marechal Castelo Branco, o texto o nomeia como “artífice do movimento”, termo que só enaltece o movimento, equiparando-o a uma obra de arte. Nesta seção, são definidos os atos institucionais, apresentados dentro de uma ótica que os equipara a uma medida necessária ao restabelecimento da ordem. Sua natureza jurídica estaria acima da constituição, assim se estabelecendo não com uma configuração ditatorial e antidemocrática, mas, sim, revestida de estabelecimento da ordem e da paz. Cita-se a definição: “Os atos institucionais constituíram-se em atos de exceção que tiveram por finalidade submeter a constituição em vigor, no que fosse julgado necessário, à nova ordem estabelecida pela Revolução de Março de 1964” (Idem, p.193). As finalidades dos AIS foram listadas pelo discurso, tendo o seu caráter arbitrário sobrepujado por uma suposta ideia de necessidade de ordenar o país em caos econômico, político e social. A arbitrariedade deveria ser aceita e não questionada em

função de uma imperiosa necessidade de organização. É essa ideia de organização que é enfatizada no governo de Castello Branco, como se observa no trecho: “Durante o primeiro ano de governo, a preocupação do presidente Castello Branco concentrou-se na organização de todos os setores administrativos do País, em virtude da situação caótica que lhe foi passada pelo governo deposto” (Ibid, p. 193). Logo em seguida, são arroladas medidas tomadas pelos então presidentes que representam iniciativas para alavancar a situação do Brasil, as quais numericamente são superiores à quantidade de arbitrariedades listadas em relação às medidas dos AIS. Algumas das medidas de “progresso” citadas foram:

- a suspensão de direitos políticos e mandatos de governadores; - a demissão ou afastamento de suas funções de funcionários públicos civis ou militares envolvidos em corrupção e subversão; - a extinção dos partidos até então existentes e criação de apenas dois partidos, Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB); -a criação de dispositivos legais que visavam à realização das eleições estaduais e escolha do novo Presidente da República; - o estabelecimento das condições necessárias elaboração de uma nova Constituição (Idem).

Tal estratégia argumentativa que enfatiza o progresso e esconde a arbitrariedade dos militares, que retiraram direitos fundamentais dos cidadãos em nome da “ordem”, continua a propagar o ato precípua que caracteriza o discurso deste livro didático: legitimar a Ditadura civil-militar, representá-la como um bem necessário naquele momento da História do Brasil. Quando tal ato é publicado num livro didático, está-se diante da tentativa de construção de “verdades” históricas na formação da educação e da memória dos alunos-leitores, os quais devem seguir a ideologia do militar, seus preceitos, valores e versões históricas.

Esse mesmo exercício argumentativo de enaltecer os governos ditatoriais continua no capítulo seguinte, “V-República -1967-1988”, o qual os opositores, que cresciam em função do enrijecimento da sociedade civil contra a ditadura, ganham um novo nome: de comunistas passam a ser chamados “terroristas”. Isso mais uma vez reforça a já citada dinâmica “mocinhos” x “bandidos”. Tenta-se criar no leitor a ideia de que o diálogo entre governo e sociedade civil foi tentado, porém não devidamente recebido.

Os atos institucionais aplicados durante o governo do Presidente Castello Branco reduziram, drasticamente, as funções do Poder

Legislativo. O diálogo proposto pelo Governo não encontrou a necessária receptividade; os grupos políticos opositoristas radicalizaram suas posições e criaram uma Frente Ampla que congregavam, também, políticos cassados pela Revolução de Março de 1964. A preservação da ordem e dos princípios estabelecidos do Governo sofreu novas ameaças com o surgimento de uma força de guerrilha e ações de terroristas (Ibid, p. 197).

Merece destaque a maneira como o AI5 é introduzido no capítulo: “O combate ao terrorismo e a aplicação do AI5” (Idem, p. 197). Vê-se que este ato, também chamado de “O golpe dentro do golpe”<sup>1</sup> por outras narrativas históricas cuja autoria não é militar, por se tratar de um ato ainda mais rígido, mais ofensivo às práticas de um Estado democrático, procura ser discursivamente legitimado pela expressão “combate ao terrorismo”. É significativo ressaltar que quando um aluno de 2014, por exemplo, ouve a palavra terrorismo, ele pode ser capaz de acionar os novos significados que a palavra tem agregado ao longo do processo histórico. É muito comum, dentro do discurso dos EUA, por exemplo, usar o terrorismo como pretexto para invadir e iniciar guerras em países do oriente. Nesses casos, o terrorismo é sempre uma justificativa para atos de barbárie. A prática discursiva do livro didático do exército reproduz essa conduta.

Dentro dessa questão do terrorismo no texto, um trecho chama a atenção: “A atuação de grupos subversivos, além de perturbar a ordem pública vitimou numerosas pessoas, que perderam a vida em assalto a bancos, ataques a quartéis e postos policiais e em sequestros” (Idem, p. 198). Este é o único parágrafo de todo o discurso que menciona mortes e vítimas, todas, segundo a narrativa, padeceu a partir da ação dos ‘subversivos’, ou seja, ‘comunistas’, ‘terroristas’. Em nenhum momento, o texto cita as práticas de tortura, assassinato, sequestro, exílio associados à ação do governo militar. Tal omissão é, a nosso ver, uma maquiagem visível dos fatos históricos, registrados em documentos policiais, fotos de manifestações em praça pública, vídeos que registraram

---

<sup>1</sup> Baixado em 13 de dezembro de 1968 pelo General-Presidente Arthur da Costa e Silva, composto por 12 artigos instaura no Brasil um regime de exceção significativamente mais violento caracterizado por muitos historiadores como o Golpe dentro do Golpe. Observemos excerto do artigo 5 do referido Ato Institucional:

- I – cessação de privilégio de foro por prerrogativa de função;
- II – suspensão do direito de votar e de ser votado nas eleições sindicais;
- III – proibição de atividade ou manifestação sobre assunto de natureza política;
- IV – aplicação, quando necessário, das seguintes medidas de segurança:
  - A) liberdade vigiada;
  - B) proibição de frequentar determinados lugares;
  - C) domicílio determinado.

momentos de tensão, depoimentos recentes oriundos da recente “Comissão da Verdade”<sup>2</sup> e que atestam situações de truculência e horror oferecidas pelo período militar de governo.

Coincidentemente, o livro didático não apresenta materiais dessa natureza no seu conteúdo, isto é, fotos. Só aparecem do busto dos governantes, das benfeitorias tecnológicas dos governos, como hidroelétricas, e de um único movimento de apoio ao golpe de 1964, “A marcha da Família com Deus pela liberdade”, não havendo nenhuma menção a imagens da época que retratassem os demais conflitos civis em rua; nenhuma menção à música ou à artista que contestaram as práticas antidemocráticas da Ditadura civil-militar. Toda essa omissão significa que o não dito teria muito a revelar: violência, arbitrariedade, violação de direitos humanos individuais e sociais. Entendemos, por isso, que o livro didático do exército tenta apagar fatos históricos da própria história, como os “anos de chumbo” vivenciados pelo Brasil, a possibilidade do aluno-leitor desenvolver uma consciência crítica sobre a própria história, a própria memória nacional.

É interessante ainda registrar aqui a maneira como o governo Médici, conhecido como o mais “duro”, “violento”, do período militar, é representado. Lista-se apenas o desenvolvimento econômico alcançado pela gestão e utilizam-se eufemismos para mencionar o seu caráter ditatorial violento; justifica-se sua “dureza”, mais uma vez pela necessidade de se restabelecer a ordem nacional ameaçada por terroristas.

A atuação de grupos subversivos, além de perturbar a ordem pública vitimou numerosas pessoas, que perderam a vida em assaltos e bancos, ataques a quartéis e postos policiais e em sequestros (Ibid, p. 198).

Outro ponto a ser destacado na representação do governo Médici é a menção ao “milagre brasileiro”: “projetou-se internacionalmente e nos transformou na oitava economia do mundo, situação muito diferente encontrada pela revolução de março de

---

<sup>2</sup> **Lei nº 12.528, de 18 de novembro de 2011.**

**À presidenta da República.** Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei: Art. 1º É criada, no âmbito da Casa Civil da Presidência da República, a Comissão Nacional da Verdade, com a finalidade de examinar e esclarecer as graves violações de direitos humanos praticadas no período fixado no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, a fim de efetivar o direito à memória e à verdade histórica e promover a reconciliação nacional. Art. 2º A Comissão Nacional da Verdade, composta de forma pluralista, será integrada por 7 (sete) membros, designados pelo Presidente da República, dentre brasileiros, de reconhecida idoneidade e conduta ética, identificados com a defesa da democracia e da institucionalidade constitucional, bem como com o respeito aos direitos humanos.

64, quando o presidente Castelo Branco encontrou a nação à beira do caos” (Ibid, p. 199). Nota-se mais uma omissão do discurso: o fato de que tal milagre foi possível à custa de um grande endividamento, de modo que quando ocorre a célebre “Crise do petróleo” nos anos 70, essa dívida ganha ainda maiores proporções.

Quanto aos demais governos de Ernesto Geisel e João Batista Figueiredo, permanecem a mesma estratégia de organização textual: listagem e enaltecimento do desenvolvimento vivenciado pelas gestões e omissão dos aspectos antidemocráticos da Ditadura civil-militar. Ambos os governos são descritos no texto como responsáveis pela tentativa de “retorno aos padrões democráticos normais”. O texto usa as seguintes palavras quanto a Geisel: “Esse governo realizou notável esforço no sentido de fazer reformas que permitissem retorno à normalidade democrática, de forma lenta, gradual e progressiva” (Ibid, p. 200). Ora, o discurso só menciona o esforço do governo em retomar a democracia, e pouco espaço confere às manifestações do povo pelas diretas já.

Sobre o presidente Figueiredo, o texto diz:

[...] sentia-se moralmente comprometido com a anistia e o retorno dos exilados políticos, porque seu pai, o então Coronel Euclides Figueiredo participou ao lado dos paulistas, da Revolução Constitucionalista de 1932; fora exilado e, posteriormente, anistiado pelo presidente Getúlio Vargas (Idem, p. 202).

Assim, novamente, as práticas democráticas que retornariam ao sistema político do país estão associadas mais a uma iniciativa pessoal do governante militar do que as pressões populares contra a ditadura da época, ou seja, a voz do povo e sua luta contra a opressão militar é no texto sufocada. Tal seleção de organização do texto pode estar vinculada à “imagem de autoridade imaculada” que a autoria do livro didático quer passar a respeito dos militares ao leitor-aluno. Isso possivelmente para que os aprendizes militares se tornem menos questionadores e mais obedientes à soberania do exército.

Segue um trecho de como as *Diretas já* são apresentadas, diga-se de passagem, em um único e curto parágrafo, o que atesta a pouca atenção a elas conferida pelo discurso, sendo este o último tópico do tema Período Militar:

Em 1983, teve início a campanha pelas eleições diretas para a escolha do presidente e vice-presidente da República (Diretas já). Seu objetivo era contestar a legitimidade das eleições indiretas, realizadas em 1985,

para escolher o substituto do Presidente João Figueiredo. Apesar da grande aceitação popular pelas eleições diretas, sua realização não foi concretizada; o político mineiro Tancredo Neves e o maranhense José Sarney foram eleitos pelo Colégio Eleitoral (eleições indiretas) para a Presidência e a Vice-Presidência da República. Ainda que eleito, Tancredo Neves não tomou posse, porque faleceu (Idem, p.202).

De imediato, duas coisas chamam a atenção: 1) uma incoerência cronológica na descrição do fato histórico, pois como as *Diretas já* podem ter nascido em 1983 “com o objetivo de” contestar a legitimidade de eleições indiretas de 1985?; 2) As *Diretas já* surgiram, na verdade, para dar a população a possibilidade de escolher de forma direta o seu presidente. Assim, ela é retratada bem mais em seu caráter de “contestação”, de “rebeldia” a uma ordem pré-estabelecida, do que com a sua feição de luta popular, de um movimento em massa de adesão social pela democracia usurpada por décadas. Tal representação cria uma memória militar do fato histórico, “ciclópica” e “enviezadora” da memória do leitor-aluno.

Concluída a análise do exemplar do livro didático de autoria militar *História do Brasil: Império e República*, foi possível constatar as seguintes características da obra enquanto livro didático a versar sobre o episódio da Ditadura civil-militar no Brasil:

- a) Apresentação da obra revela caráter ideológico e monológico da obra, que prioriza aspectos práticos no campo da distribuição das obras em detrimento da diversidade de vozes que permeiam o campo da narrativa histórica;
- b) O uso do termo “revolução” em vez de “golpe” de 1964 possibilita ao leitor a construção da ideia de que a intervenção militar seria necessária ao restabelecimento da ordem, justificando, assim, a suspensão da democracia no país;
- c) A representação, por meio da organização textual no que tange a sequenciação dos argumentos, do governo Goulart como ineficiente, associado a práticas ilegais, como o comunismo, responsável pelo caos social então supostamente observado;
- d) Os termos ‘subversão’, ‘comunismo’ e ‘terrorismo’, ao longo do texto, ganham status de sinônimo e são utilizados para a justificativa e a legitimação dos Atos Institucionais, suspensórios da ordem democrática. A prática militar, quando referenciada no texto em

análise, é sempre que possível retratada discursivamente como operada em nome da ordem, tendo seu caráter antidemocrático e violento eufemizado.

e)A criação da lógica “mocinhos (militares) x bandidos (comunistas, opositores, terroristas)”, cujo efeito é retórico sobre a mente do aluno-leitor;

f)Os Atos Institucionais são representados como medidas de ordem, urgentes e necessárias à paz pública, revestindo-se de uma aura de legitimidade e ocultando-se do discurso e do seu caráter arbitrário, cerceador;

g)Os governos militares são sempre retratados a partir do desenvolvimento econômico que promoveram, de modo que são omitidas do discurso as práticas de tortura e violência dos militares contra civis.

h)O processo de retorno à democracia é construído discursivamente nos dois últimos governos militares como uma espécie de “presente” concedido pelos presidentes ao povo, sendo diminuída a existência de pressões populares e engajamento da sociedade civil pelas *Diretas já*, movimento que, inclusive, é brevemente comentado em um único parágrafo, não recebendo a devida atenção que deveria por parte de um livro didático de História – isto é, apresentado como fato histórico notável, levado pela mão do povo, recebendo da obra ilustração fotográfica de caráter documental.

i)Os dois capítulos da obra analisada apresentam reduzida variedade de gêneros textuais em sua composição. Figuram paralelamente à narrativa histórica apenas fotografias com suas respectivas legendas dos governantes, de obras públicas e uma única foto protagonizada pela sociedade na Marcha da Família com Deus pela Liberdade (movimento de crítica ao governo Goulart por parte da Direita reacionária).

j)Um único documento histórico não aparece no texto para ilustrar e contribuir para a construção de sentidos do discurso. Nele, prevalece uma voz, como um monólogo, autoritária, como que a proferir uma única verdade possível e sem direito a problematizações por parte do aluno-leitor, que parece ser convidado a aceitar passivamente a narrativa.

### 3.2 SIGNIFICADOS DA DITADURA CIVIL MILITAR NO DISCURSO DO LIVRO DIDÁTICO: ESTUDAR HISTÓRIA: DAS ORIGENS DO HOMEM À ERA DIGITAL

A apresentação da obra, *Estudar História: das origens do homem à era digital*, de Patrícia Braick, publicada em 2011, já demarca o perfil dialógico e instigador à reflexão nela presente. Vejamos alguns trechos:

Os livros desta coleção foram feitos para os jovens alunos do século XXI que, como você, vivem em um mundo conectado pela internet e pelos telefones celulares, dominado pelas imagens e pela explosão de informações que chegam via web. São tantos os conteúdos armazenados nos 130 milhões de sites disponíveis até o momento na internet que, quando você vai pesquisar um assunto, fica desorientado com a imensidão de opções que aparecem. (Ibid, p.3).

Nesse primeiro parágrafo da apresentação, percebe-se que o livro didático procura dialogar com as novas linguagens e práticas discursivas advindas das transformações tecnológicas operadas pelo fenômeno da Internet. Traço este que o torna enriquecedor na formação do aluno-leitor, pois trava diálogo com a modernidade necessária às perspectivas da educação atual.

No segundo parágrafo, o livro conduz o seu leitor a ser reflexivo, através de uma sintaxe interrogativa que sugere questionamentos pertinentes ao ato de estudar:

E você, admirado com esse mundo tecnológico, se pergunta: “Para que serve a escola?”; “Por que preciso estudar?”; “Por que é importante estudar história?”. Algumas respostas você mesmo daria: “Para dominar o uso da nossa língua, para aprender a resolver problemas, ler e compreender textos, etc.”. Tudo isso está correto. Mas hoje, diante de tantas novidades da ciência e da indústria, a escola tem também o desafio de ajudá-lo a ser sujeito e não objeto das novas tecnologias. (Idem, p.3).

Como se observa, nesse parágrafo, a autora Patrícia Braick, sinaliza que sua obra contemplará um aspecto que é da mais alta relevância para o ensino-aprendizagem de História, qual seja: pensar no aluno-leitor como sujeito dessa História que ele está aprendendo. Rompe-se, assim, com o parâmetro de ensino-memorista, passivo-estático, em que o aluno não constrói os sentidos mediante à investigação crítica dos fatos históricos. É no terceiro parágrafo que essa veia crítica do aluno é convidada a compor

os passos da obra, como se percebe no trecho: “[...] não basta saber operar as ferramentas de pesquisa na internet. É necessário, sobretudo, saber avaliar e selecionar criticamente as informações armazenadas para utilizá-las corretamente no cotidiano” (Idem, p. 3).

O caráter dialógico e diversificado em vários gêneros em sua composição expositiva também é uma marca assinalada do livro pela autora na Apresentação:

Foi pensando em tudo isso que desenvolvemos os livros desta coleção. Aqui você vai encontrar diferentes tipos de leitura tirinhas, sugestões de filmes, roteiros para navegação em sites, infográficos, entre muitas outras coisas que vão ampliar seu gosto pela leitura, instigar sua curiosidade pelo conhecimento e ajudá-lo a ampliar seu gosto pela leitura, instigar sua curiosidade pelo conhecimento e ajudá-lo a atuar criticamente na sociedade, compreendendo a importância de ser um cidadão solidário, tolerante, participativo e amigo da natureza (Ibid, p.3)

Dessa maneira, esse livro didático demonstra-se em consonância com os Parâmetros Curriculares Nacionais, no que concerne aos objetivos gerais do ensino de História.

Espera-se que ao longo do ensino fundamental os alunos gradativamente possam ampliar a compreensão de sua realidade especialmente confrontando-a e relacionando-a com outras realidades históricas, e, assim, possam fazer suas escolhas e estabelecer critérios para orientar suas ações. Nesse sentido, os alunos deverão ser capazes de:

- Identificar relações sociais no próprio grupo de convívio na localidade na região e no país e outras manifestações estabelecidas em outros tempos e espaços;
- Situar acontecimentos históricos e localizá-los em uma multiplicidade de tempos;
- Reconhecer que o conhecimento histórico é parte de um conhecimento interdisciplinar;
- Compreender que as histórias individuais são partes integrantes de histórias coletivas;
- Conhecer e respeitar o modo de vida de diferentes grupos, em diversos tempos e espaços, em suas manifestações culturais, econômicas, políticas e sociais;
- Questionar sua realidade, identificando problemas e possíveis soluções, conhecendo formas políticos-institucionais e organizações da sociedade civil que possibilitem modos de atuação;
- Dominar procedimentos de pesquisa escolar e de produção de texto, aprendendo a observar e colher informações de diferentes paisagens e registros escritos, iconográficos, sonoros e materiais.

- Valorizar o patrimônio sociocultural e respeitar a diversidade social, considerando critérios éticos;
- Valorizar o direito de cidadania dos indivíduos dos grupos e dos povos como condição de efetivo fortalecimento da democracia, mantendo-se o respeito às diferenças e a luta contra as desigualdades (1998, p.43).

É esse aspecto reflexivo e questionador que um livro didático deve, nos dias de hoje, moldados pela relação com a internet e toda uma tecnologia digital numa sociedade dita “da informação”, oferecer ao processo de ensino-aprendizagem.

Vejamos agora como, de acordo com esse perfil dialógico, diversificado e questionador, traçado já na apresentação, a Ditadura civil-militar é representada no discurso da obra.

De imediato, chama a atenção o capítulo que aborda o tema, “Os governos militares no Brasil, é acompanhado do subtítulo: “Os anos de chumbo”. Trata-se claramente de uma construção metafórica que tenta encarnar e expor os significados densos, sombrios que revestem esse período da História nacional. A seleção da metáfora induz a construção desses sentidos pelo leitor-aluno, porque o convida a acionar seus conhecimentos de mundo para construir os sentidos do texto.

Perspectivas parciais também podem ser universalizadas quando usamos metáforas. Lakoff e Johnson (2002, p.45) explicam que as metáforas estão infiltradas na vida cotidiana, não somente na linguagem, mas também no pensamento e na ação. Sendo assim, nosso sistema conceptual é metafórico por natureza. Isso significa que os conceitos que estruturam os pensamentos estruturam também o modo como percebemos o mundo, a maneira como nos comportamos no mundo e o modo como nos relacionamos com outras pessoas de acordo com nossa experiência física e cultural (REZENDE & RAMALHO, 2013, p.86)

Sendo assim, ao utilizar a metáfora “Os anos de chumbo” já na nomeação do capítulo, a obra convida o aluno a pensar o fato histórico nessa perspectiva particular, como algo que teve peso, e peso pode machucar, massacrar pessoas, vida, e, no caso, a democracia. Fairclough (2001a) já sugere que esse caráter seletivo do uso da metáfora indica uma forma particular de dizer, identificar e representar elementos no discurso. Na sua visão,

Todos os tipos de metáforas necessariamente realçam ou encobrem certos aspectos do que representam. Fairclough (2001a, p.241) registra que quando significamos algo por meio de uma metáfora e não de

outra estamos construindo nossa realidade uma maneira e não de outra, o que sugere filiação a uma maneira particular de representar aspectos do mundo e de identificá-los; daí a importância dessa categoria para a análise do significado identificacional em textos (REZENDE & RAMALHO, 2013, p.88)

Além disso, a metáfora tem uma grande força retórica e é uma forma de construção do conhecimento e de aproximação entre a produção e a recepção do texto. Como Sadinha coloca:

As metáforas são recursos retóricos poderosos e são conscientemente usadas por políticos, advogados, jornalistas, escritores e poetas, entre outros, para dar mais ‘cor’ e ‘força’ a sua fala e escrita. Elas também são meios econômicos de expressar uma grande quantidade de informação. Ao mesmo tempo, são um modo simples de expressar um rico conteúdo de ideias, que não poderia ser bem expresso sem elas. As metáforas também criam uma relação de proximidade com o ouvinte, o leitor ou a plateia, pois ao ‘entender’ a metáfora, o leitor passa a ser cúmplice do falante (2007, p.13-14)

Desse modo, ao utilizar metáforas, a obra manifesta nitidamente uma visão particular do fato histórico, subjetiva, sua, que se coloca como uma das maneiras de ver o fato e não a maneira verdadeira de ver a história. Tal prática discursiva é leal à ideia de discurso histórico moderno: filho do sujeito-autor do seu tempo, de seu contexto.

Em seguida, após a subtitulação do capítulo e a maneira particular de representar a Ditadura civil-militar como “Os anos de chumbo”, chama a atenção à estratégia expositiva de iniciar a apresentação do tema. Braick (2011), na introdução do texto, surge com um convite à leitura da letra de um trecho da música “Apesar de você”, composta por Chico Buarque, em 1970, que traz versos como “apesar de você / amanhã há de ser/ outro dia” e “Como vai proibir/ quando galo insistir/ em cantar”, em diálogo com os fatos “de chumbo” da Ditadura civil-militar. Logo após a citação da letra, a autora introduz um questionamento dirigido ao leitor-aluno “Você conhece essa música?”. E, na sequência, explica a relação entre a produção artística e os mecanismos de censura impostos pelo governo militar. Diz ela: “As músicas e as informações divulgadas pelos meios de comunicação eram controladas pelos censores do governo, que proibiam qualquer forma de manifestação contra o regime” (Idem, p. 235). Dessa maneira, observa-se que a primeira alusão à Ditadura civil-militar, após a identificação com “Os anos de chumbo”, é atrelada à censura que esta impunha às manifestações do povo.

Braick continua o texto a comentar a letra de Chico Buarque, fazendo isso com uma sintaxe mais uma vez instigadora da reflexão por parte do leitor-aluno.

[...] Podemos perceber que o autor fez algumas críticas à ditadura de forma velada, como se o tema da canção fosse uma briga entre namorados. Você consegue identificar quais são essas críticas? Inicialmente, Apesar de você não sofreu qualquer tipo de censura. No entanto, um jornal do Rio de Janeiro publicou uma nota afirmando que o “você” da canção referia-se ao presidente Médici, e não a suposta namorada canção. Após a repercussão da nota, a música foi proibida. (Idem, p. 235).

Sobre a presença das letras de músicas em livros de História, cita-se Arnaldo Contier:

Os sentidos enigmáticos e polissêmicos dos signos musicais favorecem os mais diversos tipos de escuta ou interpretações – verbalizadas ou não – de um pública ou de intelectuais envolvidos pelos valores culturais e mentais altamente matizados e aceitos por uma comunidade ou sociedade. A partir dessas concepções, a execução de uma mesma peça musical pode provocar múltiplas “escutas” (conflitantes, ou não) nos decodificadores de sua mensagem, pertencentes às mais diversas sociedade, de acordo com uma perspectiva sincrônica ou diacrônica do tempo histórico. (1991, p.151).

Assim sendo, percebe-se que a estratégia de introduzir o conteúdo com a música é uma maneira de interagir e dialogar com as visões de mundo do sujeito-leitor, o que torna a obra didática mais rica, na medida em que transforma a construção do aprendizado em História em algo processual, dinâmico, polissêmico e polifônico.

E o convite ao conhecimento do aluno na construção do estudo de História continua com mais questionamentos operados pelo discurso do livro didático, como “Você conhece outras músicas de protesto? Você acha que essas músicas contribuem para conscientizar as pessoas que as ouvem?” (BRAICK, 2011, p. 235). A autora conclui a introdução do texto deixando claro o objetivo do capítulo: “estudar o regime militar no Brasil e perceber a relação entre esse difícil período da nossa história e o contexto da Guerra Fria”, postura que situa o leitor-aluno da ação principal ofertada pela obra: o processo de ‘estudar’ e não meramente de memorizar. Ela utiliza o verbo ‘perceber’, o que também sugere um processo não tão mecânico como ‘memorizar’. A autora representa e identifica a ditadura militar com a seguinte expressão: “esse difícil período da nossa história”, o que se associa à metáfora do peso “Os anos de chumbo” e

o que ajuda a construir para o leitor uma imagem com fatos densos e problemáticos na nossa história.

Por falar em imagem, esta é utilizada na introdução do texto, que retrata vozes e atores sociais censurados, oprimidos, violentados e que, ao mesmo tempo, lutaram, em meio a repressão militar. Há também fotografias que registram a violência militar contra os civis nas ruas.



**Figura 4 – Primeira página inteira do capítulo Os governos militares no Brasil do livro Estudar História: das origens do homem à era digital, página 234.**



EVANDRO TEIXEIRA/AGÊNCIA JB

❑ Cavalaria da polícia militar avança contra estudantes na porta da Igreja da Candelária, no Rio de Janeiro, em 4 de abril de 1968.

**Figura 5 – Fotografia do capítulo Os governos militares no Brasil do livro Estudar História: das origens do homem à era digital, página 235.**



Manifestação pela anistia aos exilados e presos políticos realizada na cidade do Rio de Janeiro, em agosto de 1979.

**Figura 6 – Fotografia do capítulo Os governos militares no Brasil do livro Estudar História: das origens do homem à era digital, página 235.**

A presença dessas figuras no discurso atesta o caráter polifônico e preocupado em trazer documentos históricos que ilustrem para o leitor-aluno os fatos ocorridos nos governos militares. A esse respeito, defende-se o pensamento de Kossoy:

Esta incursão hermenêutica, multidisciplinar, passa justamente pela “desmontagem” do processo de construção que teve o fotógrafo ao elaborar uma foto, pelo eventual uso ou aplicação que esta imagem teve por terceiros e, finalmente, pelas leituras que dela fazem os receptores ao longo do tempo nessas várias etapas da imagem, ela foi

objeto de uma sucessão de construções mentais interpretativas por parte dos receptores, os quais lhe atribuíram determinados significados conforme a ideologia de cada momento. [...] É a nossa imaginação e conhecimento operando na tarefa de reconstituição daquilo que foi. Situamo-nos, finalmente, além do registro, além do documental, no nível iconológico: o iconográfico carregado de sentido. É este o ponto de chegada. (1998, p. 43).

Desse modo, ao utilizar as figuras, a autora dialoga com o imaginário do leitor e autossustenta seu discurso quanto ao poder retórico de interação. A obra se torna mais dinâmica e interativa, facultando um processo de ensino-aprendizagem construído em parceria ativa, produção-recepção, afastando, portanto, uma leitura passiva e mecânica.

Na sequência da Introdução, o texto desenvolve uma subseção intitulada de “Os militares no poder”. Trata-se de uma narrativa com a versão da autora para a tomada do poder por parte dos militares.

Em 31 de março de 1964, o então presidente do Brasil, João Goulart, foi derrubado por um golpe militar, que contou com o apoio dos setores mais conservadores da sociedade brasileira. Iniciava-se assim, o regime militar no Brasil, um dos períodos mais autoritários e repressores da história do nosso país. (BRAICK, 2011, p. 236).

Atente-se para a construção da voz verbal na passiva “o então presidente João Goulart foi derrubado por um golpe militar”. A frase coloca como paciente João Goulart e topicaliza seu cargo de presidente, de modo que o agente da “derrubada” é a expressão metafórica “golpe militar”. As palavras ‘derrubar’ e ‘golpe’ estão no campo da metáfora espacial, que na nossa cultura associa a posição “baixo” com negatividade, coisa que interliga a prática militar com o campo do “baixo”. Palavras que rondam a negatividade e a assinalam com caráter grave também completam o trecho “Iniciava-se, assim, o regime militar no Brasil, um dos períodos mais autoritários e repressores da história do nosso país” (Idem, p. 236). Sobre essa relação entre a metáfora espacial, no caso, a relação entre a metáfora e os termos *baixo* e *golpe*, destaca-se o que Resende e Ramalho colocam:

Também organizamos conceitos em relação a uma orientação espacial, no caso do uso de metáforas orientacionais em que conceitos recebem uma orientação espacial não arbitrária, baseada na nossa experiência física e cultural. Muitos dos nossos conceitos fundamentais são organizados em termos de metáforas especiais, pois nossa experiência física e cultural fornece muitas bases possíveis para metáforas espaciais. Exemplo disso são como “hoje estou me sentido

para baixo” Lakoff e Johnson (2002, p. 61-62) explicam que, na cultura ocidental, espacialização para cima é experienciada em termos do que é bom. Isso serve para ilustrar o caráter cultural da metáfora (2013, p.87).

Desse modo, a autora quer chamar a atenção para o fato de que o presidente levou um “golpe”, isto é, foi vítima (paciente) de uma prática negativa (já que o baixo está associado ao negativo no campo da metáfora espacial na nossa cultura), apontando, pois, para uma ação arbitrária e inconstitucional praticada pelos militares. As razões para o golpe, assim, são reproduzidas no livro didático:

Os militares alegavam que ficariam no poder até a eliminação da “ameaça comunista” e o restabelecimento da ordem no país depois seriam organizadas eleições para que os cidadãos escolhessem um novo presidente. Entretanto, não foi isso que aconteceu. (BRAICK, 2011, p. 236)

Nota-se o uso do verbo “alegavam” a denotar serem as palavras proferidas uma fala “do outro” cuja veracidade não está garantida ou mesmo desmentida completamente, o que põe o fato em suspensão, isto é, não se dá muito crédito à palavra militar. O uso das aspas em “ameaça comunista” também sugere que “o outro” (militar) considera os comunistas como uma ameaça, mas não atesta o fato, contrariamente, o destitui de crédito no discurso. Essas marcas do discurso até aqui delineiam uma imagem da Ditadura civil-militar: algo pesado, do mal, baixo, cuja palavra merece desconfiança.

No parágrafo seguinte, a autora assinala como a ação militar fere a ordem jurídica através dos Atos Institucionais, na obra, representados como uma violação à democracia:

Em 9 de abril, uma junta militar decretou o Ato Institucional (AI-1) o primeiro de uma série de decretos que fortaleciam o poder dos militares e os autorizavam a tomar medidas que violavam a Constituição. (Idem, p. 236)

O último parágrafo desta subseção arremata a representação dos AIs como medidas arbitrárias, visando a centralização do poder:

Entre 1964 e 1969 foram promulgados, ao todo, dezessete Atos Institucionais, Eles serviram para legitimar o regime e centralizar ainda mais a administração do país nas mãos dos militares. Os Atos

Institucionais foram editados por militares pertencentes aos altos escalões do exército, da marinha, da aeronáutica ou pelo próprio presidente da república. (Ibid, p. 236)

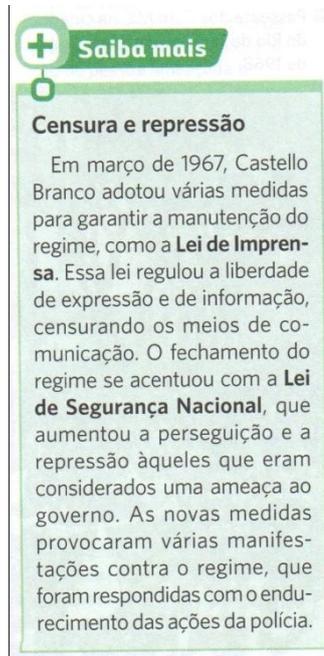
A seção é concluída com uma imagem de ocupação militar nas ruas do Rio de Janeiro, fotografia que ocupa metade da página, o que sugere a importância conferida ao ato e à imagem dos militares no poder, tomando praticamente toda a página do livro, assim como tomaram todo o poder do povo. Esse recurso visual denuncia as intenções desse texto didático: tornar visível com bastante evidência os atos truculentos e violentos do golpe militar.

A seção seguinte do livro, “O governo Castelo Branco”, descreve a gestão do primeiro presidente militar, a qual tem sua marca de desenvolvimento nacional citada, contudo, é enfatizada a tendência à presença de manobras políticas que minassem o comunismo no país como o foco principal do governo. Segue um trecho: “O principal objetivo era desarticular setores da esquerda à ‘ameaça comunista’” (Idem, p. 237). Isso faz com o que a escrita da autora Patrícia Braick indique que o carro chefe desse governo não era o povo ou melhorias nacionais, mas, sim, a manutenção do poderio militar.

Faz-se relevante, ainda, quanto a esta seção a menção à criação do SNI: “Para investigar a situação política do país e coletar dados daqueles que eram considerados subversivos, foi criado o **Serviço Nacional de Informações (SNI)**”. Destaca-se aqui a construção “eram considerados subversivos”. Percebe-se que o verbo ser na passiva aponta para o fato de que “aqueles” eram vistos como subversivos, o que não atesta que assim o sejam verdadeiramente, pelo contrário, põem em dúvida essa visão dos fatos, descredibilizando mais uma vez a maneira militar de representar os opositores à ditadura. Tal postura discursiva sugere a mesma dinâmica “mocinhos x bandidos” observada na análise do livro didático de autoria do exército, porém, agora, os mocinhos injustiçados seriam os comunistas e os bandidos seriam os militares: autoritários, violentos, anti-democráticos.

Ainda dentro da seção sobre o governo Castelo Branco, há uma subseção intitulada “O regime se fortalece”, a qual é composta por uma sucessão de parágrafos que cometam a ordem crescente dos Atos Institucionais do I ao IV, construindo um raciocínio de que, na medida em que os atos se sucediam, maior era o cerceamento da liberdade do povo e maior era a força do regime militar em razão dessa opressão democrática. O que mais chama a atenção, contudo, nesta subseção, é a presença de um

*box* explicativo que destacado em cor verde para o aluno, traz informações sobre a censura e a repressão dessa fase da nossa História.



**Figura 7 – Box da sessão Saiba Mais, página 237.**

Atente-se para o uso da expressão “perseguição” no *box* e, novamente, do verbo ser na passiva em “aqueles que eram considerados uma ameaça ao governo”. Mais uma vez fomentando a construção da lógica discursiva “mocinhos (oposição) x bandidos (militares)”, a partir do ponto de vista da autora.

O próximo governo a ser comentado pela obra é o de Costa e Silva, sob o título metafórico “O general ‘linha dura’”. Mais uma vez, a metáfora aparece no texto didático para sugerir o caráter violento e repressivo da gestão militar, tentando criar tal imagem, através do recurso figurativo, na mente do leitor-aluno. Segue um trecho deste tópico que merece destaque: “Costa e Silva prometeu governar para o povo, dialogar com a classe trabalhadora e investir em educação. Seu governo, porém, ficou marcado pelo crescimento dos movimentos de oposição e pela violência da repressão policial” (Ibid, p. 238). O uso do conectivo adversativo “porém”, assinala que o contrário da “promessa” foi o ocorrido, denunciando que o governante rompeu com sua palavra. Isto mais uma vez descredencia a imagem do governo militar, torna-a negativa na nossa cultura em que “a palavra é sagrada”, “promessa é dívida”, e quem deve é desonesto. Cria-se, pois, uma imagem negativa do poder militar, baseada na ideia de decepção, descumprimento do dever e da palavra.

A seção é finalizada com um novo subtópico intitulado “Manifestações contra o regime”, o qual traz à tona as reações do povo, do movimento estudantil, dos trabalhadores, dos intelectuais e artistas contra a opressão militar, a qual é recebida com maior violência e repressão ainda, como assinala o trecho: “após o evento, o governo iniciou uma operação que prendeu a maioria dos líderes do movimento”. Sendo assim, percebe-se que o discurso da autora do livro didático, Patrícia Braick (2011), a todo momento enfatiza o caráter opressor do regime militar e não esconde, pelo contrário, evidencia com ênfase à reação popular, constantemente recebida com mais “dureza”. Tal tendência discursiva de enfatizar esse aspecto fica também marcada nas figuras visuais que compõem a página, as quais retratam manifestantes estudantis pichando muros em apoio à greve de metalúrgicos e a passeata dos cem mil, no Rio de Janeiro, em 1968, isto é, a voz do povo em oposição ao governo ditador grita mais alto nessa obra. Observe-se como as figuras ganham um espaço significativo na página:



**Figura 8 – Página inteira do capítulo Os governos militares no Brasil, do livro Estudar História: das origens do homem à era digital, página 238.**

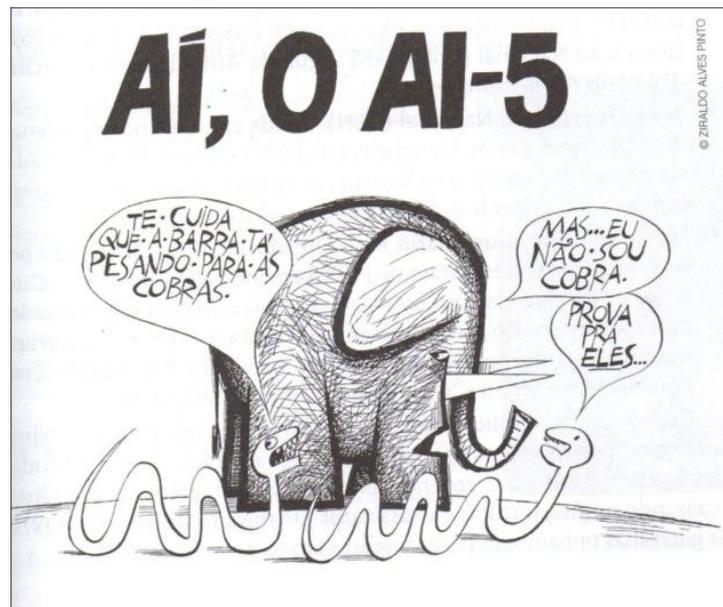
A autora continua a ressaltar o caráter problemático da gestão militar, criando mais uma subseção na sequência que comenta exclusivamente: “As greves de Contagem

e Osasco, destacando mais uma vez o caráter violento do exército: “A repressão dessa vez foi ainda mais intensa: a polícia agiu violentamente, expulsou os trabalhadores das fábricas, invadiu o sindicato dos Metalúrgicos de Osasco e efetuou dezenas de prisões” (Ibid, p. 239). Percebe-se que o discurso no uso da expressão “ainda mais intensa” dá pistas de que gradativamente vai representando a Ditadura civil-militar como cada vez mais violenta. E paralelamente à tal representação de opressão, cresce igualmente a imagem de um seguimento opositor que resistiu, que questionou, que lutou, ainda que sendo silenciado pela barbárie, Percebe-se uma silhueta discursiva centrada num binômio ação “militar- reação popular”. A obra didática mais uma vez apresenta mais de um lado da moeda histórica, não centralizando a descrição dos fatos a partir da postura desenvolvimentista do governo acerca de obras públicas. Problemas, autoritarismo e sangue, pluralidade de atores sociais sendo protagonistas dos fatos é o que aparece no texto didático.

Na sequência da obra, salta aos olhos o fato de que o AI-5 recebe uma seção exclusiva que o comenta. Nela, ele é representado como uma instância mutiladora da democracia, instituidora da opressão e da violência contra a liberdade popular, com a finalidade exclusiva de garantir o poder militar.

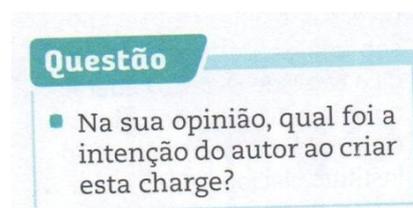
Como o congresso se recusou a punir o deputado, o governo decretou, em 13 de dezembro de 1968, o AI-5, o mais violento e repressor dos atos institucionais. Com o AI-5, o Congresso foi dissolvido e o presidente da república ganhou amplos poderes. Depois disso o governo intensificou a cassação de mandatos parlamentares e a perseguição a pessoas consideradas subversivas (Idem, p.238).

Entretanto, o que mais chama a atenção a respeito de como a autora constrói sua narrativa em torno do AI-5 é o fato de que o faz utilizando variados gêneros para instruir aos leitores-alunos sobre a questão. Logo abaixo dos parágrafos expositivos, aparece a seguinte charge de Ziraldo, extraída da obra “1964 – 1984: 20 anos de prontidão”:



**Figura 9 – Charge de Ziraldo de crítica à decretação do AI-5, retirada da sua obra 1964-1984: 20 anos de prontidão, página 239.**

Próximo a esta charge, aparece um enunciado de questão que surge num pequeno *Box* em cor verde:



**Figura 10 – Box da sessão Questão, página 239.**

O qual questiona o leitor-aluno sobre a sua interpretação a partir do trabalho do chargista. Na lateral superior da página, ainda aparece um esquema, descrevendo as medidas determinadas pelo Ato Institucional, de tal modo que a sua prática antidemocrática e repressora recebe ênfase no discurso;

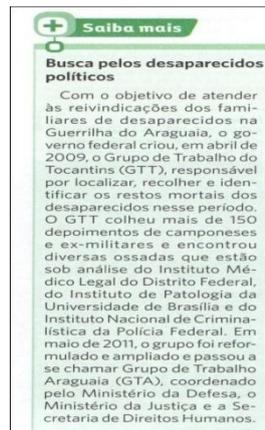
Tal diversidade de gêneros só reforça a tendência dialógica do texto didático da autora, preocupada em reunir uma maior gama de fontes de conhecimento para “abrir a mente” do aluno-leitor sobre o fato histórico, sem bitolá-lo a uma visão monóloga e “ciclópica” da História. Esta prática reforça a possibilidade de um ensino-aprendizado mais ativo, no sentido de que convida o aluno a ser sujeito ao processo, na medida em que oferece mais fontes e questionamentos.

É interessante notar que após comentar de tal modo o AI-5, como ato mais violento do governo militar, a autora traz na sequência uma exposição da oposição, caracterizada agora proporcionalmente à violência militar, como “A oposição armada”. São comentados movimentos como a “Guerrilha Araguaia”; Vanguarda Popular Revolucionária (VPR); Ação Libertadora Nacional (ALN); Movimento Revolucionário de 8 de Outubro. O trecho a seguir sobre este último movimento merece destaque:

Com o objetivo de obter recurso para combater o Regime, os guerrilheiro organizavam assaltos a bancos, sequestros e atentados contra autoridades ligadas a ditadura. O governo combateu violentamente as guerrilhas realizando prisões, torturas e assassinatos (BRAICK, 2011, p. 240).

Percebe-se o seguinte movimento argumentativo: a autora cita os atos ilegais provocados pela oposição, mas os coloca como medidas necessárias à defesa da democracia e à luta popular contra a opressão, ato que discursivamente tenta justificar a postura ilegal dos guerrilheiros, afastando uma imagem de “bandidos” que pudesse se formar em torno deles. Na linguagem cinematográfica, os guerrilheiros seriam semelhantes a um Robin Hood, que comete ilegalidades em prol da justiça para os oprimidos. Ainda fica evidente, ao final do trecho que após mencionar o caráter de resistência presente nos atos de guerrilha, o discurso tenta denunciar que esses sujeitos sociais da oposição são verdadeiras vítimas da violência militar. Mais uma vez se percebe formada, nesta organização textual, a lógica “mocinhos” (oposição) x “bandidos” (militares).

A página ainda acrescenta visualmente um *box* com informações mais recentes sobre as discussões em torno do período militar. Esse versa sobre a criação em 2009 do GTT.



**Figura 11 – Box da sessão Saiba Mais, página 240.**

Vê-se a preocupação da autora através do *box* de fazer uma ponte entre passado e presente; tenta-se, assim, mostrar ao aluno que “Estudar História” é um ato permanente, contínuo, a partir do hoje e não ancorado no mofo de um passado naufragado. As águas da História são vivas em constante mutação, mostra Braick (2011) ao fazer uso do *Box*.

Tal vivacidade fica evidenciada com a presença no topo da página de uma fotografia a retratar escavações realizadas na fazenda Tabocão, no município São João Domingos do Araguaia, Pará, em agosto de 2009, as quais buscavam ossadas de guerrilheiros do Araguaia. A presença da imagem aponta para o fato de que o discurso da História nunca se encontra pronto, acabado, pelo contrário, é da sua natureza estar sujeito a reescrituras constantes, na medida em que novos olhares procuram novas versões dos fatos. Essa iniciativa do livro didático assinala sua dinamicidade dialógica com o presente, impulsionando o aluno a percorrer pelo próprio caminho do aprendizado ao tempo que o constrói, e não simplesmente chegar a até ele, como quem chega ao pódio de um campeonato de atletismo.

Chega aqui o momento de destacar como Governo Médici é representado ao se utilizar o subtítulo: “O auge da repressão”. A autora intensifica a percepção do aumento da violência no período. A construção que aborda a Operação Bandeirante se trata de uma oração com conectivos que denotam uma relação de sentido de finalidade a declarar qual o objetivo de sua criação: reprimir mais e mais, “havia sido criada em julho de 1969 para aumentar a repressão e eliminar os focos guerrilheiros” (Idem, p. 241). O recurso coesivo de finalidade com o termo “para”, apresentado no início do parágrafo, demonstra aquilo que a autora pretende priorizar como imagem representativa do governo Médici, aquilo que deveria, pois, ser notado pelo leitor-aluno

de maneira fulcral: a usurpação da liberdade e a presente contínua violência contra a democracia. E, em seguida, o parágrafo continua listando os feitos repressores do militar:

Em 1970, foram criados o Destacamento de Operações e Informações e o Centro de Operações de Defesa Interna, conhecidos como DOI-CODI. Milhares de opositores do regime foram perseguidos, torturados ou perderam a vida nas mãos desses organismos de repressão criados pelo regime militar. Leia, a seguir, o depoimento de um estudante que foi preso e torturado no Engenho Noruega, em Pernambuco de 1969 (Ibid)

Note-se que a autora introduz o gênero depoimento em caráter de documento histórico para revestir de autoridade a sua argumentação anterior a criar a imagem de Médici como responsável pelo “auge da repressão”. O artifício está dentro da ideia apresentada por Fairclough (2008) de que as vozes selecionadas para compor a argumentação discursiva revelam o posicionamento ideológico da autoria e do texto. Assim sendo, ao convidar para o livro didático a voz de um cidadão que sentiu na pele a violência da repressão imposta pelo governo Médici, Braick (Idem) está demonstrando a necessidade de ver a história pelo prisma da vítima, do dominado, coisa que oferece didaticamente um olhar que pretende apontar o que muitos livros didáticos negligenciam: o lugar do oprimido. É com esse lugar que o texto apresenta compromisso, missão. É a esta questão ideológica, comprometida, que seu projeto didático está filiado.

Depois que o Petrônio chegou eles começaram a nos espancar com barras de ferro [...] e correias de ventilador de carro [...]. E depois nos levaram lá para fora do Engenho, penduraram, amarraram cordas em volta dos calcanhares, penduraram cada um de nós dois passando a corda por uma linha que tinha uns 2 ou 3 metros de altura e continuaram espancando e deram banho de álcool e ameaçaram tacar fogo e também o revólver enfiando no ouvido e puxando o gatilho mas sem bala no revólver. Depois [...] eles então cortaram as cordas e nós caímos de cabeça no chão [...] (2011, p.241)

Imediatamente, ao lado do depoimento, encontramos mais um *box* informativo a oferecer dois movimentos interessantes no processo de estudar a Ditadura civil-militar:

- a) Informações sobre como a Constituição Federal atual condena e proíbe a tortura; e,
- b) Questionamentos que incitam a reflexão do aluno sobre as próprias informações

colocadas: “O que isso significa? O que deve ser feito quando o próprio Estado pratica esse tipo de violência?”

A autora ainda oferece uma visão do cinema como contribuição ao estudo, postura que mais uma vez reforça o caráter dialógico com outros gêneros e modalidades de produção artística que pensaram a Ditadura civil-militar.

## Governo Médici: o auge da repressão

Em agosto de 1969, o presidente Costa e Silva afastou-se do governo devido a problemas de saúde, e uma segunda junta militar assumiu o comando do país. Em outubro, o general **Emílio Garrastazu Médici** foi eleito pelo Congresso Nacional o novo presidente do Brasil.

Médici institucionalizou a **Operação Bandeirantes (Oban)**, que havia sido criada em julho de 1969 para aumentar a repressão e eliminar os focos guerrilheiros. Em 1970, foram criados o Destacamento de Operações e Informações e o Centro de Operações de Defesa Interna, conhecidos como DOI-CODI. Milhares de opositores do regime foram perseguidos, torturados ou perderam a vida nas mãos desses organismos de repressão criados pelo regime militar. Leia, a seguir, o depoimento de um estudante que foi preso e torturado no Engenho Noruega, em Pernambuco, em 1969.

As relações entre a Igreja e o Estado tornaram-se tensas durante o governo do general Médici. A Igreja era o único setor social que tinha permissão de opinar “abertamente” sobre as ações do governo durante a ditadura. Contudo, em novembro de 1969, alguns religiosos, como Frei Betto (Carlos Alberto Libanio Cristo), foram acusados de apoiar a ALN e de hospedar guerrilheiros nos conventos. Esses religiosos foram perseguidos, presos e torturados. Alguns setores da Igreja, como padres da arquidiocese de Porto Alegre, protestaram contra as prisões e prestaram solidariedade aos religiosos. O filme *Batismo de sangue* é um importante documento sobre a ditadura militar no Brasil, e um dos poucos filmes que mostram aspectos das tensões entre a Igreja e o Estado.

### Lembranças da ditadura

“Depois que o Petrônio chegou eles começaram a nos espancar com barras de ferro [...] e correias de ventilador de carro [...]. E depois nos levaram lá para fora do Engenho, penduraram, amarraram cordas em volta dos calcanhares, penduraram cada um de nós dois passando a corda por uma linha que tinha uns 2 ou 3 metros de altura e continuaram espancando e deram banho de álcool e ameaçaram tacar fogo e também o revólver enfiando no ouvido e puxando o gatilho mas sem bala no revólver. Depois [...] eles então cortaram as cordas e nós caímos de cabeça no chão. [...]”

Depoimento de Luis Medeiros de Oliveira prestado ao Comitê Brasileiro pela Anistia [1979]. In: Arquidiocese de São Paulo. *Brasil: nunca mais*. 26. ed. Petrópolis: Vozes, 1991. p. 223-224.

#### Questão

- A atual Constituição do Brasil determina que ninguém será submetido a tortura nem a tratamento cruel ou desumano, além de definir a prática de tortura como um crime inafiançável e imprescritível. O que isso significa? O que deve ser feito quando o próprio Estado pratica esse tipo de crime?

#### Vale a pena assistir

**Batismo de sangue**  
Nacionalidade: BRA  
Direção: Helvécio Raton  
Ano: 2006  
Duração: 110 min

**O cinema nas aulas de história**  
Leia, no **Suplemento do professor**, orientações para o trabalho em sala com este filme.

O filme narra a história de cinco frades dominicanos, entre eles Frei Betto e Frei Tito, que tiveram contato com militantes da luta armada no combate ao regime militar. Ao longo do filme, você vai ver como esses religiosos apoiaram a Ação Libertadora Nacional, liderada por Carlos Marighella, e acabaram sendo presos e torturados. O filme baseia-se na obra *Batismo de sangue*, de Frei Betto, que relata suas memórias sobre esse período obscuro da história brasileira.



ESTERIAN AVELAR/IMÉRIA FILMES

▪ Cena do filme *Batismo de sangue*, de 2006.

241 ■

**Figura 12 – Página inteira do capítulo Os governos militares no Brasil, do livro Estudar História: das origens do homem à era digital, página 241.**

Sobre a importância desse tipo de inserção cinematográfica numa obra didática:

As imagens merecem estar em sala de aula porque sua leitura nunca é passiva. Elas provocam uma atividade psíquica intensa feita de seleções, de relações entre elementos da mesma obra, mas também com outras imagens e com representações criadas e expressas por outras formas de linguagem. A imagem fílmica situa-se em relações a outra, ausente, que se relaciona à realidade que se supõe representada (ABUD, 2003, p.188).

O próximo recorte dado pela autora ao governo Médici se relaciona aos aspectos econômicos do governo deste. O título utilizado é “‘Milagre’ econômico”. Note-se que as aspas acabam por manobrar o ato de suspender o caráter literal do termo milagre, negando a própria ideia, que se reveste do “bem”, do “divino”, do “cristão”, ironizando-o. Os três parágrafos que narram o fato são:

Durante o regime militar, Antônio Delfim Netto, ministro da Fazenda de 1967 a 1974, implementou uma política econômica que impulsionou o crescimento econômico do Brasil. O governo isentou investidores estrangeiros de alguns impostos, concedeu créditos para empresários e controlou rigidamente os reajustes salariais dos trabalhadores.

A nova política econômica brasileira beneficiou, principalmente, setores privados, a indústria automobilística, a construção civil e agropecuária. O resultado foi o aumento do poder aquisitivo das classes média e alta, o que acelerou o consumo e ampliou o mercado interno. A partir de 1968, o PIB do Brasil cresceu continuamente, até atingir a taxa de 13% em 1973, e a inflação começou a declinar.

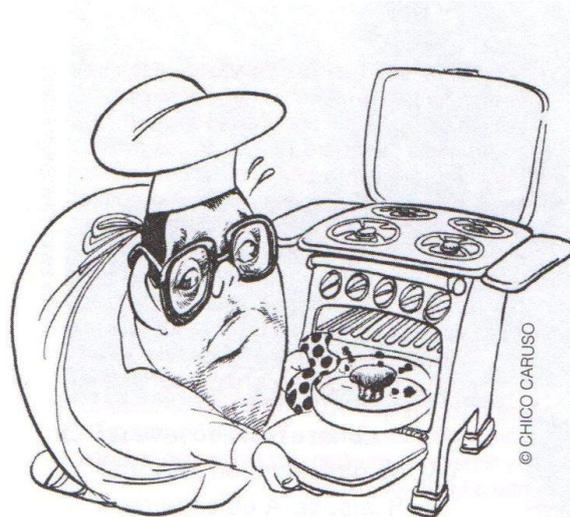
Porém o “milagre econômico” não beneficiou todos os brasileiros. A política econômica do período, de fato, trouxe estabilidade para o país, mas foi responsável por elevar a concentração de renda e o custo de vida dos brasileiros, aumentando a desigualdade social. A concentração de recursos na Região Sudeste acentuou a miséria em regiões brasileiras que já sofriam os efeitos de sucessivas crises econômicas. (BRAICK, 2011, p. 242)

Note-se que o primeiro parágrafo reforça a ironia de milagre, a não ser quando destaca a quem realmente o governo concede benefícios – não ao todo, mas a uma minoria “investidores estrangeiros (isenção de impostos)”, “empresários (concessão de créditos)”. Na verdade, a grande maioria trabalhadora teve seus salários “reajustados” e “controlados”. Destaca-se a disparidade dos vocábulos ligados ao domínio da economia quando se olha para a elite e quando se olha para os oprimidos.

No terceiro parágrafo citado acima, o uso do conectivo “porém” atesta o sentido de contrariedade à expectativa de um verdadeiro milagre econômico, ressaltado pela autora. O que ela quer sinalizar é o engodo embutido nessa ideia de milagre (traço que mais uma vez reforça o sentido do uso por ela das aspas no título da questão). Tal

prática discursiva desmascara o que está por trás das intenções militares ao propor uma virada na economia brasileira: lucros para uns, prejuízos para outros, tudo isso envolto pela palavra santa, pela metáfora cristã, lema do discurso militar da época, intencionando escamotear os demônios da ditadura: “milagre”.

A crítica ao “milagre econômico” por parte da obra didática é coroada com a presença da charge de Chico Caruso, publicada no *Jornal do Brasil*, em outubro de 1979, que satiriza a perspectiva ideológica do então ministro da economia Delfim Neto, que utilizava a metáfora do bolo. Por isso, ele ser necessário “fazer o bolo crescer para dividi-lo depois”, isto é, era preciso paciência para colher frutos do plano econômico militar. A metáfora era uma forma de ludibriar o povo descontente com os prejuízos, enquanto a elite enchia a pança. Segue a charge:



**Figura 13 – Charge de Chico Caruso, página 242.**

Percebe-se o desenho do próprio Delfim Neto, satirizado com uma roupa de padeiro e com feições contrariadas ao ver que a sua metáfora é uma ilusão: o bolo que fica pronto no forno, depois de todo o tempo que se esperou por ele, fica pequeno e insuficiente para todos. Assim, a charge desmascara a metáfora e coloca para o leitor-aluno, através da imagem, a versão do fato “milagre econômico”, que o equipara a um falseamento do real, para além de qualquer tentativa duvidosa de isso ser maquiado por uma retórica metafórica de um ministro. Vê-se, assim, mais uma utilização de uma variedade de gênero textual, dando suporte aos argumentos críticos da autora sobre o período militar. Desse modo, o aluno tem a possibilidade de refletir sobre os fatos a partir de mais fontes textuais, o que diversifica o processo de estudo e aprendizagem.

Tal dinâmica pedagógica é reforçada pelo questionamento recorrente no discurso da obra, que mais uma vez se faz notório logo abaixo da figura da charge por meio de um *box*, contendo a questão a desafiar o aluno: “Relacione a charge e a letra da música com ‘o milagre brasileiro’” (Ibid, p. 242).

A letra musical citada pela autora aparece logo abaixo, numa nova seção do texto intitulada “Brasil, ame-o ou deixe-o”. Nesta seção ela discorre sobre uma prática que marcou a administração militar: a propaganda política, pautada pela criação de slogans e anúncios publicitários que tentavam criar uma imagem de um Brasil de igualdade entre todos, de um futuro promissor. A autora cita a utilização por parte dos militares da vitória da seleção brasileira de futebol na Copa de 70, no México, como o exemplo desse país vitorioso e unido num só (recorre-se a uma ilustração fotográfica da final do campeonato, enfocando Tostão e Pelé a comemorar um gol). Recorta-se um trecho da canção exposto pela autora: “De repente é aquela corrente pra frente/ parece que todo o Brasil deu a mão/ todos ligados na mesma emoção/ tudo é um só coração” (Ibid, p. 242). Assim, Braick chama atenção para as tentativas ardilosas de mascaramento do real, de escamoteamento das desigualdades sociais, das dificuldades enfrentadas pelo povo, pela classe trabalhadora.

Sobre a representação do Governo Médici pela autora, observa-se que ela, como recurso didatizante, lança mão de uma “estante de gêneros”, de uma variedade de universos discursivos que vão além do tipo textual expositivo, para demonstrar ao leitor-aluno marcas base da administração do militar: a opressão, o ufanismo, a propaganda ideológica a sustentar e maquiagem a tirania.

O próximo tópico debatido no livro didático é a “Abertura lenta, gradual e segura” prometida pelo governo Geisel. O que, contudo, recebe destaque no texto é o chamado “Pacote de abril” e sua política, a qual “o mandato do presidente aumentou de 5 para 6 anos e um terço dos senadores passaram a ser eleitos pelo voto indireto” (Idem, p. 243). Assim, chama-se atenção para o caráter ditador do regime governamental.

No trecho abaixo, percebe-se que a obra associa a iniciativa de abertura política às pressões de movimentos e grupos sociais revoltados com a ditadura Geisel, como o movimento estudantil e grevista, desvinculando qualquer ligação entre essa abertura política e a iniciativa própria e espontânea dos militares. A abertura, assim, não aparece representada como um “presente” concedido ao povo, como o discurso militar sustentava ser, mas, sim, um resultado da luta popular contra a opressão.

O final dessa seção traz um *box* intitulado “Saiba mais”, versando sobre a temática “A morte de Herzog”. O recurso didático conta que o jornalista sofreu tortura durante um interrogatório e foi encontrado morto. Diz a autora ainda o seguinte: “As autoridades militares negaram o assassinato e afirmaram que Herzog havia cometido suicídio” (Ibid). As palavras “negaram” o assassinato e “afirmaram” o suicídio, assim faz o leitor ser levado a crer que a versão militar se trata de retórica, não de “verdade”. É como se ela estivesse afirmando para o leitor-aluno: “isso foi o que o discurso militar afirmou, não o que ocorreu na realidade; é nisso que eles queriam que o povo brasileiro acreditasse”. É curioso notar o seguinte fato: os militares veicularam na mídia a imagem do jornalista morto, exatamente numa cena que sugeria um enforcamento, imagem a qual não foi a selecionada pela autora para ilustrar o *box* informativo a respeito de Herzog, que nele aparece numa imagem digna, que o retratava à mesa, no seu cotidiano profissional habitual de jornalista. Tal seleção semiótica, recusa e critica o simbolismo imagético que a ditadura quis criar em torno no jornalista. É, portanto, uma postura crítica da obra didática perante a visão militar de figurar o jornalista torturado. A autora, ainda, faz questão de assinalar que a morte de Herzog, que recebeu um culto ecumênico a reunir milhares de pessoas, transformou-se “um marco nas manifestações políticas contra a ditadura militar” (Idem, p. 243). Isso só reforça a necessidade do livro didático em ressaltar a presença da opressão, da tortura e da indignação do povo, vítima do regime militar. É esse o jeito de Braick escrever a História: crítica, polifônica, desconstrutora do discurso ideológico militar.



**Figura 14 – Box da sessão Saiba Mais, página 243.**

Ainda no campo da imagem, a página traz mais uma charge, de Ziraldo, a satirizar a propaganda política do regime militar:



**Figura15 – Charge de Ziraldo satirizando a propaganda política do regime militar, retratada da obra 1964-1984: 20 anos prontidão – página 243.**

A presença do gênero, de marca crítica e humorística, acentua ainda mais a preocupação crítica da autora no tratamento da questão militar.

“O plano Nacional de desenvolvimento” é o que, na sequência, é comentado no livro, e a autora, imediatamente na primeira frase sobre a questão, destaca as suas limitações: “O ‘milagre econômico’ logo mostrou sua fragilidade”, ressaltando o aumento da dívida externa brasileira em função da questão do petróleo. Braick (2011) coloca o “Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento” como uma tentativa de combate à crise internacional, mas enfatiza a sua inoperância, sobretudo por, no parágrafo de conclusão da seção, introduzir um comentário pelo conectivo “entretanto”, a destacar a natureza contrária do plano econômico ao que se esperava, como segue o trecho abaixo:

No entanto, o crescimento foi menor do que se esperava, pois a dívida externa continuou aumentando, dificultando os investimentos. Além disso, no final do governo Geisel, as taxas de inflação continuavam altas, atingindo 40% em 1978 (Idem, p. 243).

O tópico seguinte na obra didática é “A lei da Anistia”. O texto menciona a última presidência militar, que é a de Figueiredo, e comenta a criação da lei em 28/ 08/ 1979 da seguinte forma na conclusão da seção: “Muitas pessoas que haviam sido exiladas puderam voltar ao país, e aqueles que haviam sido acusados de crimes políticos foram anistiados. A anistia também beneficiou todos os militares e civis acusados de

prática de tortura” (Ibid, p. 244). Cabe notar que a última oração que fecha a seção aponta o benefício de torturadores militares com a anistia. Tal estratégia faz com que a memória do leitor-aluno, que possivelmente tende a guardar o que é dito nas leituras das palavras mais próximas, seja levada a guardar a informação, assim, digamos, “mais fresca”, de que a lei pode não ter sido assim tão justa, de modo que tal decreto foi uma espécie de faca de dois gumes: ao mesmo tempo em que libertava as vítimas, assim o fazia com os algozes.

A página termina com uma espécie de seção cujo cunho é de indicação de leituras. A autora recomenda o acesso a sites e links que oportunizam o leitor-aluno e conhecer mais sobre esse período da História do Brasil.

A grande preocupação do II PND foi o problema energético. E desse período a criação do Programa Nacional do Alcool (Pro-Álcool), que procurou diminuir os efeitos da crise do petróleo, além da construção da Usina Binacional de Itaipu e o programa nuclear brasileiro, que aumentariam a oferta de eletricidade no país.



**Plano Nacional de Desenvolvimento**

O “milagre econômico” logo mostrou sua fragilidade. Em 1973, uma guerra contra Israel levou os países árabes exportadores de petróleo a elevar o preço do barril em até 300%. O Brasil, dependente dos créditos internacionais, sofreu um impacto imenso: a inflação cresceu e a dívida externa se multiplicou.

Procurando combater os efeitos da crise internacional do petróleo, o governo Geisel criou o Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), que priorizou investimentos em indústrias de base, energia, comunicação e portos. O Estado passou a ser o principal investidor nos setores petrolíferos, energéticos e de insumos básicos.

No entanto, o crescimento foi menor do que se esperava, pois a dívida externa continuou aumentando, dificultando os investimentos. Além disso, no final do governo Geisel, as taxas de inflação continuavam altas, atingindo 40% em 1978.

**A Lei da Anistia**

Após ter iniciado o processo de abertura política, Geisel passou o governo para o general **João Baptista Figueiredo**, último presidente militar do Brasil. Figueiredo assumiu a presidência em março de 1979, no momento em que o país estava à beira de uma recessão econômica e de uma crise política.

Para atenuar a situação, Figueiredo deu início a um plano econômico que tinha como objetivo controlar a inflação e retomar o crescimento, ao mesmo tempo que acelerou o processo de transição democrática.

Em 28 de agosto de 1979 foi decretada a **Lei da Anistia**, um grande passo em direção ao fim da ditadura militar. Muitas pessoas que haviam sido excluídas puderam voltar ao país, e aqueles que haviam sido acusados de crimes políticos foram anistiados. A lei beneficiou também todos os militares e civis acusados de prática de tortura, o que gera muita polêmica até hoje.

**Charge de Luiz Gê sobre a Lei da Anistia, publicada no jornal Shopping City News, em julho de 1979. Você consegue identificar a crítica presente na charge?**

Segundo pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), e divulgada em 29 de fevereiro de 2012, apenas 24,3% dos entrevistados alegaram conhecer a Lei da Anistia. Entre estes, 22,2% acreditam que apenas os agentes da repressão devem ser punidos; 11,4% querem punição apenas para os grupos armados da esquerda; e 33,4% defendem investigação e punição para todos os envolvidos. Professor, esses dados podem ser discutidos com a turma durante a resolução do exercício 6, da página 252.

**Navegue neste site**

**Memórias Reveladas**

O Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil, também conhecido como Memórias Reveladas, foi criado em 2009 sob a coordenação do Arquivo Nacional, com o objetivo de disponibilizar para consulta diversos documentos sobre a ditadura militar brasileira. Com a ajuda do(a) professor(a), dividam a sala em três grupos e façam uma visita ao site para saber um pouco mais sobre a história do nosso país.

1. Acessem o site [www.memoriasreveladas.arquivo-nacional.gov.br](http://www.memoriasreveladas.arquivo-nacional.gov.br).
2. Cliquem no link **Memórias**, na parte superior à direita e, em seguida, entrem em **Multimídias**.
3. Cliquem sobre o multimídia de nome **Linha do tempo**. Cada grupo ficará responsável por abrir, observar, ler e analisar um dos ícones referentes aos períodos de **1964-1969, 1970-1979 e 1980-1985**.
4. Façam anotações sobre o que estudaram e descubram no material multimídia. Conversem com os colegas e, posteriormente, apresentem essas informações em um painel para expor em sua escola. Afinal, o projeto Memórias Reveladas possui o seguinte slogan: “Para que não se esqueça, para que nunca mais aconteça”.



**Estação Pinacoteca, edifício do extinto Dops, em São Paulo, em foto de 2008. O prédio abriga hoje o Memorial da Resistência, dedicado a preservar a memória da resistência à ditadura no Brasil.**

244

Figura 16 – Página inteira do capítulo Os governos militares no Brasil do livro Estudar História das origens do homem à era digital, página 244.

A sugestão da autora reforça o caráter de aluno-pesquisador, de construtor do processo de estudo. Além de enriquecer as fontes de informação, enriquece também a prática da aprendizagem e, sobretudo, oportuniza o aluno ao “fazer histórico”, na medida em que o põe diante de documentos históricos a serem objetos de uma problematização.

“A formação de novos partidos políticos” é mencionada por Braick (2011) na página seguinte, que também recorta numa seção particular “A campanha pelas Diretas já”. A esse respeito a autora retrata a figura do deputado Dante de Oliveira, responsável pela proposição de “uma emenda constitucional que propunha o restabelecimento da eleição direta para presidente do Brasil” (Idem, p. 245), o que acaba dando ensejo ao movimento pelas *Diretas já*. A autora cita a diversidade de sujeitos sociais envolvidos no movimento, demonstrando ser a democracia a vontade do povo em suas várias representações, como fica claro no trecho: “Imensos comícios e passeatas foram realizados no país inteiro, com a adesão de trabalhadores, estudantes, músicos, intelectuais, jornalistas e diversos setores da sociedade” (Idem, p. 245). Uma fotografia com a imagem de Brasília sendo tomada pelo povo nessa luta compõe a página e ajuda a construir os sentidos verbais do texto, ratificando o que o discurso da autora quer passar: a força popular indignada com a opressão militar e sedenta por democracia.

Braick (2011), nas duas páginas seguintes, dedica-se a comentar como o setor artístico se envolve na crítica ao regime militar e na luta pela democracia. Isto é, seu discurso continua a possibilitar que novos e diversificados grupos sejam personagem da história na reconstrução da democracia nacional. Ela fala do cinema novo e de Glauber Rocha, do teatro de oficina de José Celso Martinez Corrêa, do teatro de arena, que os destaques são Jean Francesco Guarnieri e Augusto Boal, outra modalidade teatral de resistência; fala de Zuzu Angel e sua “moda política”, a protestar a morte do filho, vítima da violência militar. No campo da música, recebem destaque as músicas de protesto de Chico Buarque e Geraldo Vandré, o tropicalismo de Caetano Veloso e a contribuição de nomes, como Gilberto Gil, Gal Costa, Maria Bethania, e os membros dos “Mutantes”, Rita Lee e os irmãos Sérgio e Arnaldo Batista. Todos eles estão presentes em fotografias espalhadas ao longo da página.

É importante pensar que o fato de a autora abrir esse espaço significativo para a arte na luta contra a opressão democrática e contra a violência tirânica dos líderes militares, ela está afirmando a relevância dos movimentos estéticos no campo da

transformação política. Tal prática é louvável, porque abre a mente do leitor-aluno para a interação entre os vários campos de produção de sentidos e conhecimentos nas práticas sociais.

É igualmente louvável o fato de Braick (2011) elaborar uma nova seção de duas páginas intitulada “Enquanto isso...” para retratar como demais países da América Latina também vivenciavam ditaduras, tais como o Chile e a Argentina. A iniciativa é um ganho, porque enriquece o debate, alastrando-o para as relações entre o Brasil e seus vizinhos latinos, oportunizando comparações históricas e, pois, um processo de estudo mais dinâmico, mais completo, mais crítico. E a seção, além de apresentar imagens do povo estrangeiro nas ruas, induz ao questionamento, ao propor um *box* de questões, como: “Cite semelhanças e diferenças entre a ditadura militar Chilena e Argentina”; “Como as imagens se relacionam com a história política do Chile e da Argentina das décadas de 1970 e 1980?” (Ibid, p. 249).

O capítulo sobre a ditadura militar é fechado com uma seção de “Atividades”, disposta a seguir:

ATIVIDADES
Faça em seu caderno

**Compreender os conteúdos**

1. Atividade em dupla. Respondam às questões a seguir sobre o golpe militar no Brasil, em 1964.
  - a) Quais foram os argumentos utilizados pelas forças armadas do Brasil para justificar a intervenção militar na política brasileira?
  - b) Identifiquem os diferentes setores da sociedade brasileira que apoiaram o golpe militar de 1964.
  - c) Por que os Estados Unidos apoiaram o golpe militar no Brasil?
2. Redija um pequeno texto sobre as principais medidas políticas e econômicas tomadas pelo presidente Humberto Castello Branco.
3. No caderno, ordene as sentenças para que elas formem um texto contínuo e coerente.
  - a) O desmantelamento da guerrilha não calou as vozes contra a ditadura. No final dos anos 1970, o governo Figueiredo, pressionado pela mobilização popular e pela crise econômica, aprovou a Lei da Anistia, que permitiu o retorno dos exilados políticos ao país.
  - b) O golpe de 31 de março de 1964 derrubou o governo de João Goulart e iniciou uma ditadura militar no Brasil, marcada pela repressão política e pelo alinhamento do país ao governo dos Estados Unidos.
  - c) Enquanto o governo aumentava a repressão, a luta contra a ditadura se radicalizava, surgindo vários grupos que adotavam a luta armada para combater o governo. A repressão à guerrilha foi violenta.
  - d) A campanha das diretas foi a última e mais expressiva mobilização contra o regime militar no Brasil. Mesmo decretando a falência do regime, a campanha não foi capaz de decidir a sucessão do presidente João Figueiredo.
  - e) A centralização política promovida pelos militares e a crescente supressão das liberdades democráticas foram efetuadas com a publicação de decretos e Atos Institucionais, sendo a edição do AI-5 o ponto mais alto do autoritarismo do governo.
4. Cite e explique duas medidas do ministro da fazenda Delfim Netto durante o período chamado “milagre econômico” brasileiro.

5. Por que a expressão “Esse é um país que vai pra frente” tornou-se um slogan político no início da década de 1970? Qual era o significado da expressão “Brasil, ame-o ou deixe-o”?

**Ampliar o aprendizado**

6. Atividade em grupo. O frade dominicano Tito de Alencar Lima, conhecido como Frei Tito, atuava na defesa dos movimentos sociais e na luta contra o regime militar. Em novembro de 1969, ele foi levado à sede da Operação Bandeirantes (Oban) para ser interrogado. O texto a seguir, publicado por Frei Betto, é um relato de Frei Tito sobre um de seus momentos na prisão. Reúna-se com um grupo de colegas e, juntos, respondam às questões.
 

“Ao chegar à Oban, fui conduzido à sala de interrogatórios. A equipe do capitão Maurício passou a acarear-me com duas pessoas. O assunto era o congresso da UNE em Ibiúna, em outubro de 1968. Queriam que eu esclarecesse fatos ocorridos naquela época. Apesar de declarar nada saber, insistiam para que eu ‘confessasse’. Pouco depois levaram-me para o pau de arara. Dependurado, nu, com mãos e pés amarrados, recebi choques elétricos, de pilha seca, nos tendões dos pés e na cabeça. Eram seis os torturadores, comandados pelo capitão Maurício. Davam-se ‘telefones’ [tapas nos ouvidos] e berravam impropérios. Isso durou cerca de uma hora.”

BETTO, Frei. *Batismo de sangue: os dominicanos e a morte de Carlos Marighella*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983. p. 229.

  - a) Citem uma passagem do relato de Frei Tito que exemplifica a arbitrariedade instaurada pelo regime militar no Brasil.
  - b) De que maneira os militares legalizaram os crimes praticados contra os direitos humanos nos porões da ditadura?
  - c) A Lei da Anistia, aprovada em 1979, beneficiou tanto os presos e exilados políticos quanto os agentes do Estado acusados de crime de tortura. Recentemente, o debate sobre a anistia aos torturadores retornou à cena política brasileira. Qual é a opinião de vocês sobre o assunto? A lei deve beneficiar os dois lados ou, como ocorreu na Argentina, os torturadores devem ser punidos? Discutam essa questão com os colegas.

■ 250

**Figura 17 – Página inteira do capítulo Os governos militares no Brasil, do livro *Estudar História: das origens do homem à era digital*, página 250.**

7. Leia o trecho da reportagem a seguir para responder às questões.

“Às 11h34 deste 15 de janeiro, explode o grito parado no ar durante 21 anos [...]. A multidão se abraça e chora, ergue os braços e pula, rompe os cordões de isolamento, atravessa as rampas proibidas e escala a cúpula do Senado, agitando faixas e bandeiras.

Trio elétrico, bumba-meu-boi, charanga do Atlético Mineiro, samba, frevo e maracatu, bandeiras do Brasil [...], dos partidos comunistas, do PMDB [...], gente moça e velha, de terno ou de calção, cantando e dançando, um homem grita: a liberdade chegou. [...].

Um último susto: o carro de bombeiros liga a sirene, mas é só para poder levar uma jovem que desmaiou de alegria, primeira vítima da democracia nascente.”

KOTSCHO, Ricardo. *Folha de S.Paulo*, 16 jan. 1985. p. 7.

a) Identifique as expressões que o autor utiliza para anunciar o fim do regime militar no Brasil.

b) Qual era a situação política do Brasil no início da década de 1980?

c) De acordo com o texto, em janeiro de 1985, a população brasileira festejava o início de um regime democrático. No entanto, as eleições diretas para presidente da república ocorreram quatro anos depois. Explique por quê.

**História feita com arte**

8. Atividade em dupla. Durante o regime militar brasileiro, era muito comum a produção de charges que criticavam o autoritarismo do governo. Nos dias atuais, esse período da história do Brasil ainda inspira muitos artistas. Observem atentamente as charges a seguir e expliquem as críticas presentes em cada uma. Em seguida, estabeleçam uma relação entre elas.



À esquerda, charge de Chico Caruso, 1º lugar no 3º Salão Internacional de Humor de Piracicaba, 1976. Acima, charge de Leandro Franco, 2011. A Comissão da Verdade é um projeto que visa esclarecer casos de violação de direitos humanos durante as ditaduras militares na América Latina. Ela cumpre uma das ações previstas no Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3).

251

**Figura 18 - Página inteira do capítulo Os governos militares no Brasil, do livro Estudar História: das origens do homem à era digital, página 251.**

Percebe-se uma marca central nas questões: incitação ao questionamento, à reflexão. A maioria das questões são discursivas, levando a esse tipo de raciocínio. Propõem-se uma análise crítica de textos em vários gêneros, tais como “relato pessoal” de personagens do fato histórico, trechos de reportagens e charges. Assim, toda a sugestão de atividade reverbera aquilo que o livro se propôs a ser, como está dito com seu próprio título: “Estudar História”. E mais: as questões estão em consonância com a própria dinâmica didática da narrativa histórica de Braick (2011): questionadora, plural, polifônica.

Trata-se, aqui, nesta análise, portanto, de uma obra didática que orienta a reflexão do aluno-leitor sobre a História “das origens do homem à era digital”, fazendo-o ser sujeito crítico do próprio processo de aprendizagem.

A partir do exposto sobre a obra, podem-se, assim, listar suas marcas principais enquanto discurso:

a) Possui uma apresentação que já anuncia o caráter dialógico que permeia toda a obra, atenuada com as transformações tecnológicas na linguagem e no ensino da História, o qual o aluno é encarado como sujeito ativo, constantemente convidado à reflexão crítica;

b) Refere-se ao fato histórico, como “Golpe de 1964”, “Anos de chumbo”, ao ditador Costa e Silva como “General linha dura”, e faz uso de demais metáforas que terminam por construir a imagem da Ditadura civil-militar como um episódio marcado por um peso negativo e violento à sociedade brasileira;

c) Introduz, em meio à exposição didática, letra de música de Chico Buarque, demonstrando um caráter instigador da reflexão crítica do leitor-aluno, mediante uma polifonia discursiva;

d) Utiliza a fotografia como um recurso dinamizador da aprendizagem, ao expor, por exemplo, imagens que retratam a participação popular em manifestações de rua, a repressão militar, o jornalista Wladimir Herzog em um momento de dignidade moral à sua mesa de trabalho, e não simplesmente a sua imagem morto. Tal recurso propõe um dialogismo com o imaginário do leitor, afastando uma leitura passiva, mecânica e monológica do fato histórico;

e) Utiliza o verbo “alegar” em diversas situações, tendo os militares como sujeito da ação, gerando o seguinte efeito: questiona-se e põe-se em suspensão a natureza verídica do que por eles era dito, o que conduz o leitor-aluno a duvidar e problematizar bem mais a versão militar para os fatos;

f) A voz passiva aparece, no texto, em determinada situação comentada na análise, da seguinte forma: os militares estão relacionados ao agente, para denotar a responsabilidade das ações do exército na repressão e na derrubada da democracia;

g)A voz passiva analítica, destacada na análise, é utilizada para questionar e desconstruir a visão dos comunistas como subversivos e como uma ameaça ao governo. Ao assim proceder, a obra constrói a lógica hollywoodiana “mocinhos” x “bandido” da seguinte maneira: estes seriam os militares e aqueles, os comunistas;

h)O uso dos conectivos adversativos ‘mas’ e ‘porém’ nas construções aqui apontadas terminam por assinalar a contrariedade das ações militares ao que eles haviam prometido à população, sendo, portanto, um mecanismo de denúncia da disparidade entre discurso e prática militar, descredenciando perante o leitor a imagem destes e ratificando sua tirania característica;

i)Os Atos Institucionais são representados como uma violação à Constituição Federal e à democracia, como instrumento da violência e repressão militar;

j)A violência e a repressão contra civis, mortos e torturados, é denunciada na obra, que, para tanto, propõe ‘boxes’ com informações e questionamentos a esse respeito, instigando a visão crítica do aluno. Além disso, expõe fotografias das escavações, à procura de vestígios de corpos no local onde ocorreu a Guerrilha do Araguaia, e ainda traz um depoimento de uma vítima de tortura no período militar;

k)A oposição armada é representada no texto com o seguinte movimento argumentativo: legitimam-se os atos ilegais dos opositores como instrumentos necessários à luta contra a opressão e em prol do retorno à democracia;

l)Apresentação do cinema, dos músicos, da arte, cultura e estética, em geral, como “atores sociais” relevantes dentro do processo histórico;

m)Uso das aspas na expressão “milagre econômico” como recurso de ironia e questionamento perante a gestão econômica militar;

n)Presença constante, no texto didático, de questionamentos perante os fatos históricos narrados, levando os alunos a uma postura mais proativa diante do objeto em estudo;

o)O retorno à democracia é representado como resultado de uma luta popular, das ações de oposição do povo brasileiro insatisfeito e unido contra a Ditadura civil-militar;

- p)A anistia é tratada no texto, fazendo-se menção crítica ao fato dos próprios torturadores serem perdoados;
- q)Há, na obra, indicações de leitura para o aluno. Ainda são recomendados sites, links, biografias, sendo tal sugestão uma forma de torná-lo mais investigador e autor do próprio discurso histórico;
- r)Introduz-se, no texto, uma seção intitulada “Enquanto isso...”, que traz informações sobre a ditadura em outros países da América Latina. A iniciativa põe em prática o conceito de simultaneidade da História, fazendo o leitor perceber e comparar as características específicas das ditaduras vivenciadas em torno do Brasil;
- s)Predomina, no texto, uma variedade de gêneros como instrumentos da reflexão crítica do aluno: música, depoimento, reportagem, charge a qual é a que predomina;
- t)Os exercícios propostos pelo livro didático revelam que estudar História pode ocorrer de uma forma questionadora e polifônica, sendo o aluno sujeito ativo do processo de ensino-aprendizagem.

## CONSIDERAÇÃO FINAIS

Até o presente momento desse trabalho, acredita-se que já se mostram claras as diferenças entre as duas obras. Contudo, ainda que possa soar redundante, segue-se um quadro comparativo que assinala de modo mais didático tais particularidades de cada uma.

<b>MILITAR</b>	<b>MODERNA</b>
1. Discurso “monológico” e autoritário, colocando-se como dono da “verdade” histórica.	1. Discurso dialógico, polifônico, conduzindo o aluno à construção crítica do fato histórico.
2. Refere-se ao fato histórico narrado como “Revolução”, impondo tal conceito ao leitor-aluno, sem qualquer menção a um questionamento crítico a respeito.	2. Refere-se ao fato narrado como “Golpe militar de 1964, “Anos de Chumbo”, utilizando-se do campo metafórico e, dessa maneira, instigando a participação do imaginário do leitor na construção do sentido histórico.
3. Reforça a imagem do comunismo como algo ilegal, negativo, subversivo, que representa uma ameaça ao governo.	3. Desconstrói a imagem pejorativa do comunismo, legitimando-se os atos ilícitos da oposição armada como uma forma de luta necessária à dissolução da opressão e violência militar contra civis e contra a democracia.
4. Recria-se no discurso a lógica cinematográfica Hollywoodiana: bandidos (comunistas) x mocinhos (militares) como estratégia argumentativa.	4. Recria-se a mesma lógica, mas com os significados permutados; bandidos (militares) x mocinhos (comunistas, oposição armada, luta popular).
5. Os Atos Institucionais são representados como um instrumento necessário à ordem e paz pública.	5. Os Atos Institucionais são representados como um instrumento de opressão e violência contra civis e contra a democracia.

<p>6.Assinala-se o desenvolvimento econômico nos governos militares, omitindo-se qualquer menção à repressão, à violência contra civis.</p>	<p>6.Assinala-se na representação dos atores sociais governantes militares o caráter censor, violento, antidemocrático e tirânicos de suas gestões.</p>
<p>7.O retorno à democracia é representado como um tipo de “presente” para o povo, concedidos pelos governantes, sendo minimizada a existência de lutas populares contra a Ditadura civil-militar.</p>	<p>7.O retorno à democracia aparece como resultado das lutas populares, da união da massa oprimida contra a tirania do exército.</p>
<p>8.Apresenta mínima variedade de gêneros textuais em sua composição, figurando paralelamente à narrativa histórica apenas fotografias seguidas de suas respectivas legendas que enaltecem as figuras militares e seus feitos em obras públicas.</p>	<p>8.Apresenta uma rica variedade de gêneros textuais: letra de música, reportagem, depoimento pessoal, boxes informativos e questionadores, predominando a criticidade do gênero charge, gama que reforça o caráter polifônico, dialógico e dinâmico do livro didático frente ao ato de estudar História.</p>
<p>9.Não há no texto documento histórico exposto ao leitor que ilustre ou ajude na construção dos sentidos do discurso. Nele, prevalece um caráter “monológico” que não oportuniza maiores problematizações ao leitor, tornando-o passivo diante da narrativa.</p>	<p>9.O texto é repleto de documentos históricos: fotografias de manifestações, escavações, atores sociais, relatos, os quais conferem ao leitor reais possibilidades de refletir sobre os fatos narrados.</p>
<p>10.Ausência de exercícios que instiguem a reflexão do aluno sobre o tema exposto e de qualquer outro suplemento de leitura que possa ajudá-lo a estudar fora da obra didática, expandindo seus horizontes de leitura.</p>	<p>10.Presença de exercícios e questionamentos instigadores da reflexão, investigação, pesquisa e do contato crítico com diversos gêneros textuais, como relato, charges, reportagens, entre outros. Além da presença de sugestões de leituras suplementares em meios virtuais, que põem o aluno face às vantagens didáticas dos meios eletrônicos</p>

	<p>modernos e podem facultar o leitor a construir o fato histórico de maneira diversa. Oportuniza-se, inclusive, na obra, a possibilidade de comparação entre as ditaduras brasileira e de demais países latino-americanos em seção anexa do livro didático.</p>
--	--

A presente dissertação de mestrado teve como objetivo analisar criticamente, à luz do pensamento de Norman Fairclough, os discursos de dois livros didáticos de História distintos, apontando como cada um representou discursiva e ideologicamente o fato histórico Ditadura civil-militar. O primeiro livro analisado, *História do Brasil: Império e República*, tratou-se de uma produção editada pelo Exército Brasileiro, sendo da autoria de Aldo Demerval Rio Branco; já a segunda obra estudada, *Estudar História: das origens do homem à era digital*, foi escrito por Patrícia Braick, carregando o nome de uma editora de destaque e de grande circulação no cenário das publicações didáticas brasileiro, a Editora Moderna.

A pesquisa foi escrita em três capítulos. No primeiro, discutiu-se inicialmente o fato histórico Ditadura Civil Militar, em seguida expôs-se o pensamento teórico aqui selecionado como guia reflexivo: a Análise Crítica do Discurso de base Inglesa na vertente proposta por Norman Fairclough. O segundo capítulo demonstrou como o livro didático do Exército representou discursivamente a Ditadura Civil Militar, elaborando-se, ao final da explanação, uma enumeração didática e de recapitulação das principais práticas discursivas e posturas ideológicas presentes na obra. O terceiro capítulo ocupou-se do livro didático da Editora Moderna, seguindo a mesma lógica de primeiramente a análise e, em seguida, a finalização da seção analítica com a listagem numerada das peculiaridades de seu discurso. Por fim, no momento, encerra-se, trazendo um quadro comparativo entre as obras.

Assim, uma das preocupações principais da pesquisa foi avaliar especificamente como cada obra se relaciona com a questão da ideologia e da legitimação ou crítica ao poder do sujeito social Exército e da figura do governo militar. Entre tantos aspectos verificados nas análises, o quadro comparativo acima disposto claramente apontou que o livro didático do exército enaltece como heróis os militares e omite a opressão democrática popular, a violência imposta a civis em desacordo com a Ditadura,

sustentando uma didática discursiva “monológica”, autoritária, sem propor a reflexão crítica por parte do leitor-aluno, ao passo que o livro didático de Patrícia Braick assume exatamente a via contrária.

A autora propõe uma abordagem dialógica, trazendo vários gêneros textuais e vozes plurais para a problematização do tema e a instigação do aluno a olhar a tirania militar, a censura, a limitação de direitos individuais, o peso, enquanto anos de chumbo que foram a oprimir a liberdade e a cidadania do povo brasileiro. Tudo isso recheado de títulos metafóricos a sugerir a necessidade do conhecimento de mundo do leitor na construção dos sentidos do texto, bem como de atividades dinâmicas e ligadas ao acesso de outros espaços de pesquisa digitais, mais próximos da realidade de estudo dos alunos de hoje.

Para além de demonstrar o discorrido nas análises, a presente pesquisa ousa em querer ser reconhecida como um instrumento de “Transformação Social”, da maneira como Fairclough entende a expressão, isto é, como capaz de operar nos usuários da língua e das obras estudadas uma reflexão crítica questionadora, que repense práticas de ensino de História no mundo cotidiano pelo Brasil afora.

Pretende-se levar o nosso leitor a, a partir do estudo, questionar o fato de o Exército ostentar tal visão do fato Ditadura civil-militar, notavelmente ideológico, estando acima de programas como o PNLD (Programa Nacional de Livro Didático), que, caso aplicado à publicação militar, como deveria ser a regra geral na Educação Nacional, possivelmente não encontraria espaço nos colégios militares. Além disso, o presente trabalho pode servir como o indicador de uma necessidade urgente: denunciar essa prática burladora do PNLD e exigir igualdade a rigor frente a todas as publicações didáticas, porque estas são responsáveis por algo inestimavelmente sério: a formação das pessoas como conscientes da própria História de seu país, como alunos, profissionais, pais, mães e, sobretudo, eleitores preparados para viver em uma sociedade democrática de direito.

Com o desejo de que mais e mais mentes pensassem sobre o Ensino de História, sobre o papel do livro didático e sua relação com o PNLD, sobre como obras didáticas estão criando representações ideológicas da Ditadura civil-militar, sobre como escolas, professores e alunos deveriam lidar com a educação no país, é que este trabalho se ergueu nos três capítulos aqui dispostos. Sabe-se que a formação desse alicerce crítico não está encerrado nessa conclusão, porque não existem limites para o pensamento reflexivo; contudo, acredita-se que se apresentou aqui um, entre tantos outros possíveis,

estudo com as intenções de chamar a atenção para essa realidade do livro didático de História no país e a necessidade de sua transformação nas práticas de ensino atuais pelo bem comum.

## REFERÊNCIAS

- ARRIGUCCI JR., Davi. **O escorpião encalacrado**: A poética da destruição em Julio Cortázar. São Paulo: Cia das Letras, 1995.
- ABUD, K. A construção de uma didática da História: algumas ideias sobre a utilização de filmes no ensino. In: **História**. São Paulo, n. 22 (1), 2003.
- \_\_\_\_\_; SILVA, A.; ALVES, R. **Ensino de História**. São Paulo: Cengage Learning, 2010.
- ALMEIDA, A. **O Regime Militar em festa**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2013.
- ALTHUSSER, L. **Aparelho Ideológicos de Estado**. Trad. Walter Evangelista, Maria Laura Viveiros de Castro. Rio de Janeiro, RJ: Edições Graal, 1ª ed., 1985.
- ALVES-MAZZOTTI, A. J. **O método nas ciências naturais e sociais**: pesquisa quantitativa e qualitativa. 2. ed. 4. Reimp. São Paulo, 2004.
- BAKHTIN, M. **Estética da Criação Verbal**. Trad. Paulo Bezerra. 5ª Ed. – São Paulo, SP: Editora WMF Martins Fontes, 2010.
- \_\_\_\_\_. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. Trad. Michel Lahug, Yara Frateschi Vieira. 13ª Ed – São Paulo: Hucitec, 2009.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: edições 70, 1995.
- BITTENCOURT, C. **Ensino de história: fundamentos e métodos**. 2ª Ed. – São Paulo, SP: Cortez, 2008.
- BRAICK, P. **Estudar História: das origens do homem à era digital**. – 1ª Ed. São Paulo, SP: Moderna, 2011.
- BRANDÃO, H. **Introdução à análise do discurso**. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2012.
- BRASIL, MEC/SEF. **Parâmetro Curriculares Nacionais – História**. 3º e 4º Ciclos do Ensino Fundamental. Brasília: MEC, 1998.
- \_\_\_\_\_, Ministério da Educação. **Guia de livros didáticos: PNLD 2014: História: Ensino fundamental anos finais**. Brasília: MEC, 2013.
- CAMPOS, A. **A comissão nacional da verdade e a operação condor**. Recife, PE: Carpe Diem – Edições e Produções, 2012.
- CARLONI, K. **Forças armadas e democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

CARRETERO, M. **Documentos de Identidade: A construção da memória histórica em um mundo globalizado.** Trad. Carlos Henrique Lucas Lima. Porto Alegre, RS: Artmed, 2010.

CASSIANO, C. **O mercado do livro didático no Brasil do século XXI: A entrada do capital espanhol na Educação nacional.** 1ª Ed – São Paulo, SP: Editora Unesp, 2013.

CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D. **Dicionário de análise do discurso.** Trad. Fabiana Komesu. 3ª Ed. - São Paulo: Contexto, 2012.

CHIAVENATO, J. **O golpe de 1964 e a ditadura militar.** – 3ª Ed – São Paulo, SP: Moderna, 2014.

CONTIER, Arnalado Daraya. **Música no Brasil: história e interdisciplinaridade – algumas interpretações (1926-1980).** In: Anais do SIMPÓSIO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROFESSORES DE HISTÓRIA – HISTÓRIA EM DEBATE: PROBLEMAS, TEMAS E PERSPECTIVAS, 16, 22-26 jul. 1991, Rio de Janeiro, p.151-89.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Elementos de Teoria Geral do Estado.** São Paulo: Saraiva, 20ª edição, 1998.

DENYS, Rubens Bayma. **Depoimento.** In: MILITARES e política na Nova República/ Organizadores Celso Castro e Maria Celina D’Araujo. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 2001. p. 77-91.

DIJK, Teun A. van. **Discurso e poder.** Tradução de Judith Hoffnagel et al. São Paulo: Contexto, 2008.

EFKEN, Karl-Heinz. **A teoria da ideologia em Antonio Gramsci.** Dissertação de mestrado. Centro de Filosofia e Ciências Humanas, UFPE, Recife – PE, 1993.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social.** Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 2001

\_\_\_\_\_. **Language and Power.** New York: Longman, 1989.

\_\_\_\_\_. **Critical Discourse Analysis: papers in the critical study of language.** London: Longman, 1995.

\_\_\_\_\_. Discurso, mudança e hegemonia. In: Pedro, E.R. (Org.) **Análise crítica do discurso: uma perspectiva sociopolítica e funcional.** Lisboa: Caminho, 1997, pp 77-104.

\_\_\_\_\_. **Discurso e mudança social.** Brasília: Universidade de Brasília, 2001a.

\_\_\_\_\_. **Discurso e mudança social.** Brasília: Universidade de Brasília, 2008.

\_\_\_\_\_. A análise crítica do discurso e a mercantilização do discurso público: as universidades. In: MAGALHÃES, C. (Org.) **Reflexões sobre a análise crítica do discurso.** Belo Horizonte: Faculdade de Letras, UFMG, 2001b. p. 31-81.

\_\_\_\_\_. **Analusing Discourse: textual analysis for social research.** London, Routledge, 2003a.

FARIA, A. C. de. **Manual prático para elaboração de monografias: Trabalhos de Conclusão de Curso, dissertações e Teses / Ana Cristina de Faria, Ivan da Cunha, Yone Xavier Felipe.** 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes; São Paulo: Editora Universidade São Judas Tadeu, 2007.

FAUSTO, B. **História do Brasil.** 13ª Ed. – São Paulo, SP: Editora Universidade de São Paulo, 2009.

FERNANDES, A.; SOARES, M.; ANNARUMMA, N. **História do Brasil: Império e República.** – 5ª Ed. rev. e ampl. – Rio de Janeiro, RJ: Biblioteca do Exército, 2009.

FERREIRA, M. C. L. **O quadro atual da análise de discurso no Brasil.** Revista LETRAS, n. 27. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, jul./dez., 2003, p. 39-46. Disponível em: [http://w3.ufsm.br/revistalettras/artigos\\_r27/revista27\\_3.pdf](http://w3.ufsm.br/revistalettras/artigos_r27/revista27_3.pdf)> Acesso em: 20 set. 2011.

FICO, C. **Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e Ditadura Militar.** 2ª Ed. – Rio de Janeiro, RJ: Record, 2012.

\_\_\_\_\_. **O grande irmão: da operação *Brother Sam* aos anos de chumbo. O governo dos Estados Unidos e a ditadura militar.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

GONZAGA, F. **Redação Científica: como entender e escrever com facilidade.** São Paulo: Atlas, 2011.

GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura.** Trad.: Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

\_\_\_\_\_. **Concepção dialética da história.** Trad.: Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.

GRIGOLETTO, Marisa. **Leitura e Funcionamento Discursivo do Livro Didático.** In: CORACINI, Maria José (Org.) **Interpretação, autoria e legitimação do Livro Didático.** Campinas, SP: Pontes, 1999.

JUNIOR, Jonadab Mansur. **Os gêneros discursivos e a produção escrita nos livros didáticos de Inglês.** Dissertação de mestrado. Mestrado em Ciência da Linguagem, UNICAP, Recife – PE, 2014.

KOSSOY, Boris. **Fotografia e Memória: reconstituição por meio da fotografia.** In: SAMAIN, Etienne (Org.) **O fotográfico.** São Paulo: Hucitec/CNPq, 1998.

KUHN, T. S. **The structure of scientific revolutions.** Chicago: University of Chicago Press, 1962.

LE GOFF, Jacques. **Documento/Monumento.** In:\_\_\_\_\_. **História e Memórias.** Campinas, SP: Unicamp, 1992.

MAGALHÃES, I. Prefácio. In: FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social**. Brasília: Universidade de Brasília, 2001, p. 11-14.

MARCUSCHI, L. **Linguística de texto: o que é e como se faz?** São Paulo, SP: Parábola Editorial, 2012.

\_\_\_\_\_. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo, SP: Parábola Editorial, 2008.

MARX, K. **O capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

MAUD, C. **A política nos quartéis: revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira**. Trad. André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

MAUÉS, F. **Livros contra a ditadura: editoras de oposição no Brasil, 1974-1984**. 1ª Ed. – São Paulo, SP: Publisher, 2013.

MORAES, D. **A esquerda e o golpe de 64**. 3ª Ed – São Paulo: Expressão Popular, 2011.

MOTTA, R. P. S. **As universidades e o Regime Militar**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

NAPOLITANO, M. **História do Regime Militar Brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2014.

OLIVEIRA, L. A.; CARVALHO, M. A. B. Fairclough. In: OLIVEIRA, L. A. (Org.) **Estudos do discurso: Perspectivas teóricas**. São Paulo: Parábola Editorial, 2013.

OLIVEIRA, M. **Como fazer pesquisa qualitativa**. 4º Ed – Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso**. Trad. Eni Puccinelli Orlandi, Lourenço Chacon Jurado Filho, Manoel Luiz Gonçalves Corrêa, Silvana Mabel Serrani. – 4ª Ed – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009.

REIMÃO, S. **Repressão e resistência: censura a livros na Ditadura Militar**. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2011.

REIS, A. **Ditadura e democracia no Brasil**. 1ª Ed. - Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

RESENDE, V.; RAMALHO, V. **Análise de discurso crítica**. 2ª Ed. - São Paulo, SP: Contexto, 2013.

\_\_\_\_\_. **Análise de discurso (para a) crítica: o texto como material de pesquisa**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2011.

SANTOS, E. **Poder e dominação no Brasil: A Escola Superior de Guerra**. Porto Alegre, RS: Sulina; Nova Hamburgo: Feevale, 2010.

SARDINHA, T. **Metáfora**. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 23ª edição ver. E atual. – São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, F. C. O. **A Construção Social de Identidades Étnico-Raciais**: uma análise discursiva do racismo no Brasil. tese de doutorado. Instituto de Letra, UnB. Brasília – DF, 2009.

SILVA, K.; SILVA, M. **Dicionário de conceitos históricos**. 2ª Ed – São Paulo: SP, Contexto, 2006.

TOLEDO, C. N. **Visões críticas do Golpe – Democracia e Reformas no Populismo**. Campinas, São Paulo: Unicamp, 2014.

TRASK, R. **Dicionário de linguagem e linguística**. Trad. Rodolfo Ilari. 2º Ed – São Paulo: Contexto, 2008.

ZIZEK, Slavoj. O espectro da ideologia. In: \_\_\_\_\_. (Org.). **Um mapa de Ideologia**. Trad.: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996, p. 7-38.

## **ANEXOS**

**ANEXO 1** – Página inteira referente à apresentação do livro *História do Brasil Império e República* da 5ª edição revisada e ampliada da Coleção Marechal Trompowsky, dos autores Aldo Demerval Rio Branco Fernandes, Maurício de Siqueira Mallet Soares e Neide Annarumma com edição da Biblioteca do Exército.

## Apresentação

A presente edição da *História do Brasil: Império e República* traz algumas novidades em relação à anterior. Com a entrada em vigor, em 1º de janeiro de 2009, do Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, o texto foi revisto e atualizado. O último capítulo (VI República – período de 1988 até os dias atuais) foi ampliado, com a inclusão de texto inédito referente ao 1º mandato do Governo Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2007).

Ao assumir recentemente a Diretoria de Ensino Preparatório e Assistencial (DEPA), já pude perceber que não há unanimidade, no âmbito Sistema Colégio Militar do Brasil (SCMB), quanto à adoção de um livro texto único para o ensino da História. Se por um lado tal questionamento é natural e salutar, pois vivemos em um país de arraigada tradição democrática, sob o ponto de vista da DEPA, tal procedimento traz uma série de benefícios.

O primeiro refere-se ao caráter assistencial do SCMB, uma das premissas básicas do Sistema. Ao unificarem-se currículos e limitarem-se as opções de livros didáticos adotados, atende-se à necessidade de apoio à família militar. O aluno, cujo pai é transferido de uma guarnição à outra, encontra no novo colégio o mesmo uniforme, calendário anual, plano de disciplinas e, inserido nesse contexto, o mesmo material didático, evitando-se gastos desnecessários.

O segundo refere-se ao caráter preparatório do SCMB, segunda premissa básica do Sistema, que busca despertar, no corpo discente, a vocação para a carreira das armas. Dessa forma, é natural que, ao lado do conteúdo construído por meio de pesquisa científica (desprovida, portanto, de motivação política), sejam inseridos textos e ilustrações motivadoras do civismo e amor à Pátria. Tais valores são fundamentais não só para os futuros integrantes das Forças Armadas, mas também na formação de futuros cidadãos responsáveis e comprometidos com a evolução democrática da sociedade brasileira.

Por fim, não há como deixar de ressaltar o apoio inestimável da Biblioteca do Exército Editora e a qualidade do trabalho desenvolvido pelos autores, Coronel do Magistério do Exército Aldo Demerval Rio Branco Fernandes, Capitão QCO Maurício de Siqueira Mallet Soares, Professor de História do Colégio Militar do Rio de Janeiro, e Professora Neide Annarumma, ex-docente daquele tradicional estabelecimento de ensino por mais de 23 anos. A equipe, com larga experiência em educação, oferece aos nossos jovens alunos (e por que não dizer, também aos pais) uma leitura agradável e instigante, despertando o interesse pelo conhecimento do nosso passado, fator fundamental da cidadania consciente e participativa.

General de Brigada José Carlos dos Santos  
Diretor de Ensino Preparatório e Assistencial

**ANEXO 2** – Página inteira do capítulo IV República – 1946-67, do livro História do Brasil Império e República da 5ª edição revisada e ampliada da Coleção Marechal Trompowsky, dos autores Aldo Demerval Rio Branco Fernandes, Maurício de Siqueira Mallet Soares e Neide Annarumma com edição da Biblioteca do Exército, página 177.

## IV República – 1946-67



Brasília, 1960

### SÍNTESE

Em 1946, entrou em vigor uma nova Constituição, e as eleições realizadas conduziram ao poder, como Presidente, Eurico Gaspar Dutra.

Em 1951, para substituir Gaspar Dutra, Getúlio Vargas foi eleito Presidente da República, mas, em 1954, faleceu tragicamente. Seu mandato foi concluído pelo Vice-Presidente Café Filho, pelo Deputado Carlos Luz (Presidente da Câmara dos Deputados) e pelo Senador Nereu Ramos (Presidente do Senado). Ainda na Presidência de Café Filho foram realizadas eleições presidenciais, vencidas por Juscelino Kubitschek.

Em 1960, foi eleito para a Presidência da República o candidato da União Democrática Nacional, Jânio Quadros, que renunciou ao cargo em 1961. Foi substituído pelo Vice-Presidente João Goulart, deposto do poder pela Revolução de Março de 1964. Tem início o período em que a Presidência da República foi exercida pelos militares.

Depois da Revolução de Março de 1964, a Constituição de 1946 foi mantida, mas recebeu muitas emendas; em 1967, foi promulgada a V Constituição Republicana, que vigorou até 1988.

Durante a IV República (1946-67), a conjuntura política internacional foi dominada pela disputa ideológica entre EUA e URSS — a Guerra Fria —, que se manifestou no Brasil com governos identificados com a democracia e com o comunismo. A política interna durante alguns governos foi marcada pela instabilidade que culminou com a Revolução de Março de 1964. A construção de Brasília e a transferência da capital trouxeram profundas mudanças e permitiram a interiorização do país, expansão da fronteira agrícola e início da integração da Amazônia ao contexto nacional.

**ANEXO 3** – Página inteira do capítulo IV República – 1946-67, do livro História do Brasil Império e República da 5ª edição revisada e ampliada da Coleção Marechal Trompowsky, dos autores Aldo Demerval Rio Branco Fernandes, Maurício de Siqueira Mallet Soares e Neide Annarumma com edição da Biblioteca do Exército, página 178.

## HISTÓRIA DO BRASIL

**OBJETIVOS**

- Identificar as características da Constituição de 1946.
- Identificar as características dos principais partidos políticos.
- Identificar as principais medidas do governo Dutra.
- Explicar a gestão de Getúlio Vargas como presidente eleito.
- Descrever as causas e consequências do suicídio de Getúlio Vargas.
- Identificar os motivos da instabilidade política entre os governos Vargas e Kubitschek.
- Justificar a construção de Brasília e a transferência da capital do país.
- Identificar as principais medidas do governo Jânio Quadros.
- Explicar a grave tensão social do governo João Goulart.
- Identificar as causas e consequências do Movimento de 1964.
- Apontar as realizações do governo Castelo Branco.
- Identificar as principais características da Constituição de 1967.

**ASSUNTOS****IV República – 1946-67**

– Considerações Iniciais

**Período 1946-56****Eurico Dutra (1946-51)****Constituição de 1946****Getúlio Vargas**

- A Oposição do governo Vargas
- A Criação do BNDES, Eletrobrás e Petrobras
- A Queda nas Exportações de Café. A Inflação
- A Crise no Populismo
- O Suicídio de Vargas

**Governo de Transição: Café Filho,****Carlos Luz e Nereu Ramos**

- As Eleições
- A Carta Brandi
- A Economia

**Período 1956-67****Juscelino Kubitschek**

- A Estabilidade Política
- A Instabilidade Política
- O Plano de Metas

**Jânio Quadros**

- O governo de Jânio Quadros
- O Parlamentarismo

**João Goulart****A Experiência Parlamentarista (1961-64)**

– A Revolução

**A Revolução de 1964**

- Antecedentes
- O governo de João Goulart
- A Emenda Parlamentarista, a Inflação e as Reformas
- A Igreja, as Forças Armadas e o Meio Estudantil
- O Auge da Crise
- A Revolução

**Castelo Branco**

- Atos Institucionais
- O governo Castelo Branco
- Principais Realizações
- A Constituição de 1967
- O Plano de Ação Econômica do Governo

**CONCEITOS BÁSICOS**

Indústrias de Base  
Plano de Metas  
Protecionismo

ANEXO 4 – Página inteira do capítulo IV República – 1946-67, do livro História do Brasil Império e República da 5ª edição revisada e ampliada da Coleção Marechal Trompowsky, dos autores Aldo Demerval Rio Branco Fernandes, Maurício de Siqueira Mallet Soares e Neide Annarumma com edição da Biblioteca do Exército, página 179.

IV REPÚBLICA – 1946-67

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Os anos de 1945 e 1946 foram marcantes para o Brasil. No curto espaço de tempo entre a deposição de Vargas, em 29 de outubro de 1945, e a promulgação de uma nova Constituição, em 18 de setembro de 1946, ocorreram fatos decisivos para a evolução de nosso processo histórico.

Em 1945, Getúlio Vargas foi deposto, formaram-se novos partidos; tomou posse o substituto de Getúlio Vargas, Ministro José Linhares. Entre as maiores preocupações do antigo

mo o Partido Comunista do Brasil (PCB) — indicaram seus candidatos. O PSD e o PTB foram formados sob a orientação de Getúlio Vargas. O General Eurico Gaspar Dutra concorreu às eleições como candidato do PSD e foi apoiado pelo PTB. A UDN, ao contrário, era o principal foco de oposição a Vargas e apresentou como candidato o Brigadeiro Eduardo Gomes, antigo líder do tenentismo. O engenheiro Yedo Fiúza foi o concorrente do PCB no pleito eleitoral.



José Linhares

As eleições transcorreram com absoluta normalidade, e o candidato vitorioso foi o General Eurico Gaspar Dutra, antigo Ministro da Guerra de Getúlio Vargas e por este apoiado nas eleições.

Leitura Complementar

Os políticos que trabalharam na Constituinte de 1945 estavam divididos em dois grupos. O que era formado por membros da UDN desejava a liberdade de mercado e a diminuição da intervenção estatal na economia; o outro grupo, composto por políticos do PTB e PCB, queria manter a intervenção estatal na economia, além das conquistas sociais realizadas no governo de Getúlio. Quando pronta, a Constituição de 1946 tendeu aos dois lados: era federativa, liberal e democrática, mas manteve as conquistas sociais de Vargas. Em 1947, o registro do PCB foi cassado pelo Governo por causa de uma série de greves que ocorreram no país; no ano seguinte, também foram suspensos os mandatos dos políticos desse partido, inclusive o do Senador Luís Carlos Prestes.



A queda de Vargas

presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro José Linhares, estava a realização de novas eleições.

Os principais partidos recém-criados — o Partido Social Democrata (PSD), o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e a União Democrática Nacional (UDN), ao lado de outros menores, co-

**ANEXO 5** – Página inteira do capítulo IV República – 1946-67, do livro História do Brasil Império e República da 5ª edição revisada e ampliada da Coleção Marechal Trompowsky, dos autores Aldo Demerval Rio Branco Fernandes, Maurício de Siqueira Mallet Soares e Neide Annarumma com edição da Biblioteca do Exército, página 180.

#### HISTÓRIA DO BRASIL

#### PERÍODO 1946 A 1956

Durante o período 1946-56, governaram o Brasil o General Eurico Gaspar Dutra (1946-51), Getúlio Dorneles Vargas (1951-54) e Café Filho (1954-56).

#### General Eurico Dutra (1946 a 1951)

Depois da posse presidencial, em 31 de janeiro de 1946, iniciaram os trabalhos da Assembleia Constituinte, que culminaram com a promulgação da *Constituição de 1946*, em 18 de setembro, vigorando até 1967.

Os novos governadores eleitos tomaram posse nos respectivos estados; os prefeitos, nos municípios. As assembleias legislativas e as câmaras municipais retornaram à normalidade constitucional.

Com a redemocratização e o fim do Estado Novo, surgiram vários partidos políticos; entretanto, o Partido Comunista do Brasil retornou à situação de ilegalidade por decisão do Tribunal Superior Eleitoral, em 1947, com o argumento de que era antidemocrático; na verdade, foi uma manifestação da Guerra Fria no Brasil. No ano seguinte, o Poder Legislativo cassou o mandato dos parlamentares eleitos pelo PCB, inclusive do Senador Luís Carlos Prestes, ex-chefe da coluna que levou seu nome.

O governo do General Dutra transcorreu em perfeita normalidade política.

As diretrizes econômicas do novo governo seguiram o caminho do *neoliberalismo* dominante na época. Foram eliminadas as restrições à importação existentes no Governo Vargas, o que resultou em um aumento repentino na entrada de bens supérfluos, como automóveis, bebidas, roupas, eletrodomésticos e artigos de luxo. Esse fato determinou a *extinção das reservas monetárias* acumuladas durante a guerra. Só a importação de gasolina praticamente dobrou: cresceu 101% em um ano.

Algumas indústrias foram beneficiadas pela liberação das importações, porque puderam tra-

zer maquinária para modernizar suas instalações, o que não era possível durante a guerra. Mesmo assim, em 1947, o Governo voltou atrás na sua política econômica; limitou as importações e procurou selecionar somente aquelas que seriam úteis à industrialização. Só no final desse período de governo, enfim, foi retomado o planejamento econômico do Estado, com a elaboração do Plano SALTE, que estabelecia metas a serem atingidas nas áreas de saúde, alimentação, transporte e energia (as iniciais do plano). Não foi completamente implementado, mas procurava influenciar o próximo governo.

Getúlio Vargas, embora deposto, não teve os direitos políticos cassados, e sua candidatura foi registrada nas eleições de 1945. Mesmo afastado da política, foi escolhido como Presidente de Honra do PSD e do PTB. Eleito pelo PTB, integrou a Assembleia Constituinte na condição de senador.

#### A Constituição de 1946

A instalação de uma Assembleia Constituinte e a aprovação da nova Constituição foram os fatos políticos mais importantes no início do governo do Presidente Eurico Gaspar Dutra. Muitos países em todo o mundo se encontra-

vam também em processo de redemocratização e elaboravam novas leis magnas, tal como Alemanha, Itália, Polônia e França.

Não havia, como nas constituições anteriores, um anteprojeto para a Constituição de 1946. A elaboração des-



General Eurico Gaspar Dutra

sa nova Constituição liberal baseou-se nas constituições — promulgadas como ela — de 1891 e 1934; em matéria socioeconômica e no que se

**ANEXO 6** – Página inteira do capítulo IV República – 1946-67, do livro História do Brasil Império e República da 5ª edição revisada e ampliada da Coleção Marechal Trompowsky, dos autores Aldo Demerval Rio Branco Fernandes, Maurício de Siqueira Mallet Soares e Neide Annarumma com edição da Biblioteca do Exército, página 181.

IV REPÚBLICA – 1946-67

referia à Justiça do Trabalho, a Constituição de 1937 lhe serviu de fonte.

Foi uma constituição que assegurava as eleições diretas e os direitos e garantias individuais. Isso era importante, pois ela foi promulgada depois do período ditatorial de Vargas, em uma fase conturbada, ao término da Segunda Guerra Mundial. No entanto, manteve muitas das características da fase autoritária, com relação às questões trabalhistas. Os sindicatos permaneceram atrelados ao Ministério do Trabalho, tal como antes.

A Constituição de 1946 estabelecia também a autonomia municipal, propiciando condições para que os municípios gerissem a si próprios.

Enfim, sua principal contribuição foi a de dar à população melhores condições para a participação política. No período de sua vigência, a Constituição proporcionou ativas manifestações da população urbana; as cidades tornaram-se os espaços privilegiados das eleições e disputas políticas. O Brasil se transformava política, social e economicamente.

A Constituição de 1946, em grande parte, baseou-se nas constituições de 1891 e 1934, aproximando-se mais desta que daquela. Não obstante, é preciso salientar que a própria Carta Constitucional de 1937 serviu de fonte ao projeto, sobretudo na parte referente ao Poder Judiciário e à matéria econômico-social. No mais [a Constituição] estabelecia o cunho democrático das instituições, com eleições diretas e independência de poderes; com o Poder Legislativo composto de duas câmaras: Câmara dos Deputados e Senado Federal; o Poder Judiciário plenamente garantido; o Poder Executivo controlado nos limites do regime presidencialista... Enfim, restabelecia as garantias individuais e os direitos sociais de quantos viviam e nasciam em terras do Brasil.

Fonte: SILVA, H. *Os Presidentes*. São Paulo: Grupo de Comunicação Três, 1983-84.



#### Getúlio Vargas (1951 a 1954)

No decorrer do governo Dutra, o ex-Presidente Vargas planejava o retorno ao poder, embora em novas bases:

À altura de 1949, a paciente estratégia de Vargas começou a dar frutos. Misturando discrição, magnanimidade e tato, ele conseguiu ir mudando a sua imagem de Vargas ditador para a de Vargas democrata. Os políticos da UDN descobriram que meros ataques aos erros do Estado Novo traziam resultados diminutos. A retórica de 1945 soava cada vez mais irrelevante aos problemas de 1950. (...) A estratégia de Vargas era clara: manter a lealdade dos tradicionais caciques do interior, pelo PSD, ao mesmo tempo que conseguia força eleitoral nas cidades, por meio do PTB.

Fonte: SKIDMORE, T. *Brasil: de Getúlio a Castello*. Rio de Janeiro, 1975.

**ANEXO 7** – Página inteira do capítulo IV República – 1946-67, do livro História do Brasil Império e República da 5ª edição revisada e ampliada da Coleção Marechal Trompowsky, dos autores Aldo Demerval Rio Branco Fernandes, Maurício de Siqueira Mallet Soares e Neide Annarumma com edição da Biblioteca do Exército, página 182.

HISTÓRIA DO BRASIL



Getúlio Vargas

Getúlio Vargas havia percebido o rumo das transformações socioeconômicas da sociedade brasileira, que se tornava rapidamente mais complexa e mais urbana. Seu discurso era, então, de crítica à democracia sem igualdade social e por uma economia nacional industrializada.

Em outubro de 1950, Vargas — candidato pelo PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), coligado ao PSP (Partido Social Progressista, do ex-interventor paulista Adhemar de Barros) — foi eleito Presidente da República, com 48% dos votos.

Entre as questões políticas ocorridas no governo de Getúlio Vargas, cabe destacar:

- forte oposição da UDN (União Democrática Nacional);
- política econômica nacionalista: criação da Petrobras, Eletrobrás e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico;
- insucesso da política social posta em execução;
- oposição sempre crescente das Forças Armadas;
- crise no populismo de Vargas.

#### **A oposição ao governo Vargas**

A oposição feita pela UDN, que já se iniciara no Estado Novo, queria impedir a posse de Vargas, sob a alegação de que para isso era necessária maioria absoluta dos votos (50% mais um).

Porém, o argumento foi rejeitado pelo Tribunal Superior Eleitoral. Os militares também apoiaram a posse do presidente eleito.

O Ministério de Vargas era basicamente conservador; tinha inclusive um ministro da UDN. Contudo, sua política econômica defendia a intervenção do Estado na economia, para promover a industrialização do País.

#### **A criação do BNDE, Eletrobrás e Petrobras**

O novo Ministro da Fazenda, Horácio Lafer, elaborou grande plano de investimentos, de um bilhão de dólares, nas áreas de indústrias de base, transporte e energia, com a participação de investidores americanos. Foi o *Plano Lafer*, autorizado pelo Congresso em 1952. Foi criado, nesse mesmo ano, o BNDE — o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, que seria incumbido de reunir o dinheiro necessário à industrialização, porque os americanos não estavam interessados em investir nem em energia nem em transportes. Para organizar e administrar os investimentos em energia, criou-se a *Eletrobrás*.

Restabeleceu-se o protecionismo a setores da indústria brasileira, para ativar o seu crescimento. Era estimulada, somente, a importação de maquinaria industrial.

Foi justamente a modernização da economia que levantou as maiores polêmicas durante o segundo governo Vargas. Desde o governo anterior, em outubro de 1947, existia o Estatuto do Petróleo, que definia o caráter de utilidade pública da matéria-prima. Para decidir o que deveria ser feito, formaram-se dois grupos: um favorável ao monopólio total do petróleo pelo Estado; outro que desejava a participação das empresas privadas, interessadas na exploração da riqueza mineral, como a americana *Standard Oil*. O local dos principais debates sobre o petróleo foi o Clube Militar, com o General Horta Barbo-

**ANEXO 8** – Página inteira do capítulo IV República – 1946-67, do livro História do Brasil Império e República da 5ª edição revisada e ampliada da Coleção Marechal Trompowsky, dos autores Aldo Demerval Rio Branco Fernandes, Maurício de Siqueira Mallet Soares e Neide Annarumma com edição da Biblioteca do Exército, página 183.

IV REPÚBLICA – 1946-67

sa em defesa do monopólio estatal, e o General Juarez Távora pela participação das empresas particulares em até 40%, a fim de manter-se o controle pelo Brasil.

Fora do recinto do Clube, os civis também se empenharam no assunto; foi organizada uma campanha, com o lema “O petróleo é nosso”. Se a



O petróleo é nosso

imprensa (os grandes jornais) era contra o monopólio, a União Nacional dos Estudantes (UNE), o ex-Presidente Artur Bernardes e o ilegal Partido Comunista (PCB) faziam campanha a favor.

Por fim, o Presidente Vargas enviou ao Congresso, em dezembro de 1951, um projeto de lei para a criação da *Petrobras*. Depois de demorados debates no Congresso, a lei foi promulgada em outubro de 1953. A *Petrobras* tornou-se uma empresa estatal de economia mista, encarregada de pesquisar, extrair e refinar o petróleo no Brasil, em regime de monopólio.

#### **A queda nas exportações de café. A inflação**

As políticas socioeconômicas, em geral, não foram bem-sucedidas. A renda da exportação de café — ainda o principal produto de exportação brasileiro — caiu bastante, em grande parte por causa de uma campanha realizada nos Estados Unidos, pelo Congresso e pela imprensa daquele país, em prol da redução do consumo de café. Os trabalhadores encontravam-se também insatisfeitos; a inflação, em 1953, atingiu 20%, enquanto o

salário mínimo não aumentava há anos. A razão principal da inflação eram os próprios gastos públicos para modernizar a infraestrutura industrial.

“Paralelamente, política econômica nacionalista, Getúlio concedeu especial atenção ao movimento trabalhista, procurando apoiar-se na grande massa popular. As oposições cresceram quando ele nomeou João Goulart como Ministro do Trabalho, em 1953. O novo ministro reorganizou os sindicatos de modo a dar ao Governo maiores condições de manipular a classe operária.”

Fonte: SKIDMORE, T. *Brasil: de Getúlio a Castello*. Rio de Janeiro, 1975.

Grande greve ocorrida em São Paulo, em abril de 1953, chegou a reunir 300 mil trabalhadores. Foram concedidos aumentos salariais, e cresceu a influência de radicais e comunistas sobre os sindicatos de operários.

Com o objetivo de melhorar a imagem do Governo junto à classe trabalhadora, foi anunciado, pelo Ministro do Trabalho, em fevereiro de 1954, o aumento de 100% no salário mínimo, contrariando o Ministro da Fazenda, que propunha 33%. A notícia do aumento teve efeito negativo sobre a atitude da classe empresarial, da classe média e das Forças Armadas com relação ao Governo. Os oficiais demonstraram sua insatisfação por meio do Memorial dos Coronéis, no qual advertiam contra a inflação, a corrupção e os comunistas; pediam ainda aumento salarial e melhoria nos equipamentos.

Em resposta, Vargas executa mudanças no Ministério: demite João Goulart, do Trabalho, e nomeia novo Ministro da Guerra, o General Zenóbio da Costa, veterano de Monte Castelo.

#### **A crise no populismo**

Em 1º de maio de 1954, é concedido o propalado aumento, com efeitos negativos na inflação

**ANEXO 9** – Página inteira do capítulo IV República – 1946-67, do livro História do Brasil Império e República da 5ª edição revisada e ampliada da Coleção Marechal Trompowsky, dos autores Aldo Demerval Rio Branco Fernandes, Maurício de Siqueira Mallet Soares e Neide Annarumma com edição da Biblioteca do Exército, página 184.

HISTÓRIA DO BRASIL



e na economia em geral. Mesmo que o salário fosse ainda baixo em relação aos países industrializados, era um aumento repentino, difícil de ser absorvido.

A oposição civil — a UDN, com Aliomar Baleeiro e outros — radicalizava e acusava Vargas de tentar estabelecer no País um “Estado sindicalista”. Carlos Lacerda, em seu jornal, a *Tribuna da Imprensa*, já pregava desde 1950:

“O Sr. Getúlio Vargas, Senador, não deve ser candidato à Presidência. Candidato, não deve ser eleito. Eleito, não deve tomar posse. Empossado, devemos recorrer à revolução para impedi-lo de governar.”

Apesar dessas manifestações, nem toda a UDN estava disposta a ameaçar a democracia para depor Vargas. Contudo, alguns membros da guarda pessoal de Vargas acreditavam que o principal opositor do Governo estava indo longe demais, e que o presidente, então com 72 anos, encontrava-se demasiadamente velho e cansado para reagir adequadamente; resolveram pôr fim à questão pelos próprios meios, sem o conhecimento do Presidente Getúlio Vargas.

### O suicídio de Vargas

O agravamento da crise política ocorreu no dia 5 de agosto de 1954, quando um dos mais atuantes líderes da UDN, o Deputado Carlos Lacerda, sofreu atentado político que teve como

consequência a morte de um oficial superior da Força Aérea Brasileira, o Major Rubens Vaz. O atentado ocorreu à porta do prédio onde morava Lacerda, na Rua Toneleros, em Copacabana, no Rio de Janeiro.

Significativa parcela de oficiais das Forças Armadas bem como o próprio Vice-Presidente, Café Filho, passaram a exigir a renúncia do Presidente da República, porque os autores do crime eram integrantes da guarda pessoal de Getúlio Vargas, comandados por Gregório Fortunato. Depois de receber das Forças Armadas a intimação — 27 generais do Exército assinaram um Manifesto à Nação — para renunciar e passar o Governo ao Vice-Presidente, Getúlio Vargas suicidou-se com um tiro no coração. Deixou uma cartatamento, a qual dizia, entre outras coisas, que:

“Mais uma vez, as forças e os interesses contra o povo coordenaram-se e se desencadearam sobre mim. Não me acusam, insultam — não me combatem, caluniam — e não me dão o direito de defesa. (...) Voltei ao Governo nos braços do povo. (...) Quis criar a liberdade nacional na potencialização das nossas riquezas através da Petrobras; mal começa esta a funcionar, a onda de agitação se avoluma. (...) Não querem que o povo seja independente. (...) Nada mais vos posso dar a não ser meu sangue. (...) Meu sacrifício vos manterá unidos, e meu nome será a vossa bandeira de luta. (...) E aos que pensam que me derrotaram, respondo com a minha vitória. (...) Lutei contra a espoliação do Brasil. (...) Eu vos dei a minha vida. Agora ofereço a minha morte. Nada receio. Serenamente, dou o primeiro passo no caminho da eternidade e saio da vida para entrar na História.”

Getúlio Vargas

Fonte: *Nosso Século* (1945-60). São Paulo: Acervo Editora Nova Cultural, 1980.

**ANEXO 10** – Página inteira do capítulo IV República – 1946-67, do livro História do Brasil Império e República da 5ª edição revisada e ampliada da Coleção Marechal Trompowsky, dos autores Aldo Demerval Rio Branco Fernandes, Maurício de Siqueira Mallet Soares e Neide Annarumma com edição da Biblioteca do Exército, página 185.

IV REPÚBLICA – 1946-67

O último ato do Presidente Getúlio Vargas foi também um ato político, como fora toda sua vida:

“Pode-se dizer que o último grande lance político de Vargas foi o suicídio. Graças a esse ato, o populismo e também o sistema democrático (...) tiveram uma sobrevida. Uma das demonstrações mais eloquentes disso é o relato feito por Carlos Lacerda. (...) Enquanto ele festejava com um grupo da UDN a renúncia de Vargas, ao chegar a notícia [do suicídio], alguém diz alguma coisa assim: estávamos no meio da festa e puxaram a toalha da mesa.”

Bóris Fausto

Fonte: *Nosso Século* (1945-60). São Paulo: Acervo Editora Nova Cultural, 1980.

O gesto de Vargas modificou rapidamente a situação política; a opinião pública saiu às ruas para manifestar o desespero causado pela morte do querido presidente:

“A bala que matou Getúlio atingiu também seus adversários (...). A multidão enfurecida queimou os caminhões de jornais da oposição, enfrentou a polícia, apedrejou a Embaixada americana. O homem das ruas amava Vargas e para ele a Carta-Testamento não deixava dúvidas. Getúlio fora vítima dos que combatiam suas qualidades, não os seus defeitos: os inimigos do trabalhismo e os opositores da nacionalização das riquezas do País. (...) Matando-se, Getúlio neutralizou as vantagens políticas que seus adversários haviam acumulado.”

Cláudio Bojunga

Fonte: *Nosso Século* (1945-60). São Paulo: Acervo Editora Nova Cultural, 1980.

Entretanto, a radicalização e as paixões desse período não terminariam em agosto de 1954.



A morte de Vargas apenas adiou uma conclusão, conforme nos diz Thomas Skidmore:

“Havia poucas perspectivas de que a amarga divisão entre getulistas e antigetulistas pudesse ser logo superada.”

Fonte: SKIDMORE, T. *Brasil: de Getúlio a Castello*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

### GOVERNOS DE TRANSIÇÃO: CAFÉ FILHO, CARLOS LUZ E NEREU RAMOS (1954 A 1956)

O mandato do Presidente Getúlio Vargas foi concluído, conforme a Constituição, pelo Vice-Presidente Café Filho, pelo Deputado Carlos Luz (Presidente da Câmara dos Deputados) e pelo Senador Nereu Ramos (Vice-Presidente do Senado).

No dia 24 de agosto de 1954, instalou-se no Rio de Janeiro o Presidente Café Filho, que governou até 11 de novembro de 1955 quando, por motivo de saúde, foi substituído pelo Deputado Carlos Luz.

#### As eleições

Ainda na Presidência de Café Filho, em outubro de 1955, foram realizadas as eleições presidenciais, vencidas por Juscelino Kubitschek, com João Goulart como Vice-Presidente. Os demais candidatos tinham sido: Adhemar de Barros,

**ANEXO 11** – Página inteira do capítulo IV República – 1946-67, do livro História do Brasil Império e República da 5ª edição revisada e ampliada da Coleção Marechal Trompowsky, dos autores Aldo Demerval Rio Branco Fernandes, Maurício de Siqueira Mallet Soares e Neide Annarumma com edição da Biblioteca do Exército, página 186.

#### HISTÓRIA DO BRASIL

pelo PSP; General Juarez Távora, com discurso de austeridade, pela UDN; o antigo líder integralista, Plínio Salgado.

#### Carta Brandi

Antes mesmo de ser conhecido o resultado das eleições, mas na suposição de que seriam vencidas pelo PSD/PTB, o deputado e jornalista Carlos Lacerda apresentou, em setembro de 1955, a “Carta Brandi”, documento que comprovaria as intenções do candidato à Vice-Presidência, João Goulart, de instalar, à força, uma “República sindicalista” no Brasil. A carta indicava a compra de armas na Argentina por Goulart. Porém, o inquérito realizado pelo Exército provou que o documento era forjado. A “Carta Brandi” assemelhava-se, assim, ao Plano Cohen de 1937: ambos eram falsos, com a finalidade de criarem uma oportunidade política.

Uma vez realizadas as eleições, a UDN tentou anulá-las, tal como fizera em 1950, sob o pretexto de que era necessária maioria absoluta dos votos. Novamente falhou o argumento. Muitos udenistas apoiavam a posse dos eleitos, como Afonso Arinos e o próprio ex-candidato, General Juarez Távora. Carlos Lacerda, porém, afirmava que “esses homens não podem tomar posse, não devem tomar posse, nem tomarão posse”. (Skidmore, T. *Brasil: de Getúlio a Castello*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975)

Em novembro de 1955, por motivo de saúde, Café Filho transmitiu o Governo ao Presidente da Câmara, Deputado Carlos Luz. No mesmo mês, surgiu uma divergência entre o Ministro da Guerra, General Henrique Lott, e o Presidente Carlos Luz; este, ao tentar demitir o Ministro da Guerra, foi deposto. O General Lott temia que o Presidente tentasse impedir a posse dos sucessores eleitos, Juscelino e João Goulart, mesmo pertencendo Carlos Luz ao PSD. Foi apoiado em



João Café Filho

sua ação pelos generais Odílio Denys e Olímpio Falconière e pelo Governador de São Paulo, Jânio Quadros. No mesmo dia, à tarde, a Câmara dos Deputados declarava impedido o Presidente Carlos Luz. Lacerda refugiou-se na Embaixada de Cuba e ficou um ano no exílio.

Logo em seguida, assumiu o Governo o Vice-Presidente do Senado, Nereu Ramos.

No dia 31 de janeiro de 1956, Juscelino Kubitschek, vencedor das eleições realizadas no ano anterior, foi empossado Presidente da República.

#### A economia

A *economia*, durante os governos de transição, não teve sucesso em enfrentar os problemas originados no final do governo Vargas, a saber: a *inflação* e a *queda nas exportações* brasileiras, especialmente do café.

O primeiro Ministro da Fazenda de Café Filho, Eugênio Gudin, era conhecido economista liberal, contrário às ideias de industrializar o País, defendidas por Roberto Simonsen. Gudin também era contra o controle da economia pelo Estado e a proteção à indústria nacional. Procurou favorecer os investimentos estrangeiros, mesmo com a vinda de equipamentos já ultrapassados em seus países de origem.

Gudin criticara a falta de energia de Vargas, que não conseguira combater a inflação de 26% em 1954 e 19% em 1955. Acabou por herdá-la, como resultado do aumento do salário mínimo de maio de 1954. Na tentativa de combater a inflação, o Ministro Gudin reduziu os empréstimos às empresas, o que logo provocou protestos dos paulistas, inclusive do Governador Jânio Quadros. Como resultado, Gudin demitiu-se.

Café Filho nomeou então um paulista para o Ministério, José Maria Whitaker, que tentou recuperar as rendas das exportações brasileiras de café, sem obter sucesso. Teve ainda esse governo de enfrentar a maior greve já registrada no País: em

**ANEXO 12** – Página inteira do capítulo IV República – 1946-67, do livro História do Brasil Império e República da 5ª edição revisada e ampliada da Coleção Marechal Trompowsky, dos autores Aldo Demerval Rio Branco Fernandes, Maurício de Siqueira Mallet Soares e Neide Annarumma com edição da Biblioteca do Exército, página 187.

#### IV REPÚBLICA – 1946-67

setembro de 1955, para um milhão de trabalhadores, em protesto contra os aumentos de preços, pois o Ministro Whitaker mantivera a contenção salarial, na intenção de frear a inflação.

No entanto, o curto governo Café Filho teve alguns sucessos. Conseguiu equilibrar as contas brasileiras, deixando a Nação sem dívidas de grande porte, e inaugurou a usina hidrelétrica de Paulo Afonso, no Rio São Francisco, obra iniciada no governo anterior.

#### PERÍODO 1956-67

Durante o período 1956-67, governaram o Brasil: Juscelino Kubitschek de Oliveira (1956 a 1961), Jânio Quadros (1961), João Belchior Marques Goulart (1961 a 1964) e Marechal Humberto de Alencar Castello Branco (1964 a 1967). Goulart foi deposto, e o Marechal Castello Branco assumiu o poder.

#### JUSCELINO KUBITSCHEK (1956 A 1961)

##### A estabilidade política

Juscelino Kubitschek (JK), graças à aliança entre membros do PTB e do PSD, pôde governar com maioria parlamentar e aprovar os gastos necessários à execução do Plano de Metas. A maioria parlamentar foi fundamental para a estabilidade política, bem como a capacidade de negociação do Presidente Juscelino, que procurava colocar-se em uma situação de equilíbrio.

Outros fatores que contribuíram para a estabilidade foram: a construção de Brasília, projeto grandioso, com o qual muitos concordavam; a nomeação do Ministro da Guerra, novamente o Marechal Henrique Lott; a atitude conciliató-



Juscelino Kubitschek de Oliveira

ria do Governo, a qual anistiou revoltosos militares e ao mesmo tempo negociou com estudantes grevistas; a própria personalidade do Chefe de Estado, que possuía entusiasmo, otimismo e confiança.

##### A instabilidade política

A instabilidade política do Governo Café Filho refletiu-se ainda na administração de Juscelino Kubitschek. Em 1956, ocorreu o levante de Jacareacanga; em 1959, o de Aragarças; ambos liderados por oficiais da Força Aérea Brasileira contrários ao Governo; todavia, não eram apoiados pela Força e não foram bem-sucedidos em seus propósitos. Juscelino, nos dois casos, agiu moderadamente com os rebeldes, em busca da estabilidade política. No caso de Jacareacanga, concedeu anistia; no segundo, puniu levemente.

##### O Plano de Metas

Na área econômica, o Presidente JK utilizou o planejamento elaborado pelo grupo formado pela Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL, pertencente à ONU) e pelo Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico (BNDE). Chamou-se a esse projeto *Plano de Metas*, que eram 31, mas se dividiam em cinco setores principais:

- aumentar a capacidade de geração de *energia*;
- abrir grandes rodovias, para melhorar os *transportes*;
- estimular a produção de *alimentos*;
- desenvolver as *indústrias de base*;
- investir no setor de *educação*.

Ainda havia uma “meta-síntese”, que seria na verdade o símbolo da nova prosperidade: transferir a capital para Brasília e ligá-la com as principais capitais. O primeiro a levantar a ideia de uma capital central fora José Bonifácio, durante o Primeiro Reinado, e o projeto já

**ANEXO 13** – Página inteira do capítulo IV República – 1946-67, do livro História do Brasil Império e República da 5ª edição revisada e ampliada da Coleção Marechal Trompowsky, dos autores Aldo Demerval Rio Branco Fernandes, Maurício de Siqueira Mallet Soares e Neide Annarumma com edição da Biblioteca do Exército, página 188.

#### HISTÓRIA DO BRASIL

havia sido estabelecido como meta pela Constituição de 1891.

Todas as metas tinham objetivos preestabelecidos a serem alcançados. Para organizar a realização do plano de maneira uniforme e aumentar o controle do Estado sobre o processo, foram criados mais organismos paralelos, subor-



JK inaugurou Brasília em 21 de abril de 1960

dinados diretamente ao Poder Executivo, como a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), os grupos de trabalho e os grupos executivos. Embora o plano pudesse ser caracterizado como nacionalista e desenvolvimentista, a ênfase estava mais centrada no desenvolvimento, já que o Governo procurava estimular o investidor privado, nacional e estrangeiro, tanto quanto investir ele próprio.

O plano foi relativamente bem-sucedido, porque suas metas eram muito ambiciosas. A eco-

nomia brasileira, no período 1957-61, cresceu a uma taxa de 8,2% ao ano; durante toda a década de 1950, o crescimento brasileiro foi três vezes maior do que o do restante da América Latina.



Linha de montagem da Volkswagen em São Paulo, 1958

As importações de mercadorias industrializadas reduziram-se, confirmando a substituição de importações. Em cinco anos de Governo JK, o Brasil praticamente obteve a autossuficiência na produção de automóveis, produzindo 100 mil veículos no último ano de governo.

Contudo, esse plano, se atingiu muitas de suas metas, não o fez sem efeitos colaterais. O

maior deles foi, sem dúvida, a inflação de 22% ao ano (em média). Outro foi o endividamento do Estado, causado pelos grandes investimentos efetuados. Essas sequelas deveriam ser resolvidas pelo governante seguinte.

Nas eleições realizadas no final de governo, em outubro de 1960, foi eleito o candidato da UDN, Jânio Quadros — apoiado pela união de pequenos partidos —, que derrotou o Marechal Lott, apresenta-

PLANO DE METAS PREVISÃO E RESULTADOS – 1957-61		
	PREVISÃO	REALIZADO
Energia elétrica (1.000kW)	2.000	1650
Carvão (1.000t)	1.000	230
Petróleo-produção (1.000 barris/dia)	96	75
Petróleo-refino (1.000 barris/dia)	200	52
Ferrovias (1.000km)	3	1
Rodovias-construção (1.000km)	13	17
Rodovias-pavimentação (1.000km)	5	1
Aço (1.000t)	1.100	650
Cimento (1.000t)	1.400	870
Carros e caminhões (1.000 unidades)	170	133
Nacionalização (carros-%)	90	75
Nacionalização (caminhões-%)	95	74

Fonte: ORENSTEIN, L. e SOCHACZEWSKI, A. C.: "Democracia com Desenvolvimento" in ABREU, M. P. (org.): A Ordem do Progresso. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

**ANEXO 14** – Página inteira do capítulo IV República – 1946-67, do livro História do Brasil Império e República da 5ª edição revisada e ampliada da Coleção Marechal Trompowsky, dos autores Aldo Demerval Rio Branco Fernandes, Maurício de Siqueira Mallet Soares e Neide Annarumma com edição da Biblioteca do Exército, página 189.

IV REPÚBLICA – 1946-67

do pela coligação PSD/PTB. João Goulart foi o Vice-Presidente.

### Leitura Complementar

#### NOVA METRÓPOLE DO BRASIL

E, assim, vamos encontrar nesse mesmo Relatório de 1958, denominado “Nova Metrópole do Brasil”, precioso volume editado pela Imprensa do Exército, as seguintes pala-



Marechal José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque. Tela de Wambach.

avras que unem os dois grandes feitos do Marechal José Pessoa, com a visão geopolítica que então se revela:

“Velho partidário da mudança da Capital Federal, já em discurso de Paraninfo da Turma de Aspirantes a Oficial de 1949, na Academia Militar das Agulhas Negras, obra esta de nosso pensamento e de grata recordação, alertávamos àqueles jovens para sua eventual responsabilidade diante da solução de certos problemas, como o da construção da Nova Capital Política do Brasil, no Planalto Central, dada a marcada influência que exercerá nos destinos da naciona-

lidade a solução dessa questão secular. Da solução desse problema útil para a grandeza e salvaguarda de nossa nacionalidade, vantagens inegáveis nos advirão, quais sejam:

- aproximar todos os Estados pela ação radial do Governo Central;
- acelerar, na direção do altiplano dos sertões brasileiros, a marcha lenta de nossa civilização, encastelada no litoral há 400 anos;
- resguardar nossa Capital, hoje tão vulnerável, à borda do Oceano, para ponto menos exposto, no coração do País, sem falar nos reflexos econômico-financeiros altamente compensadores. Por outro lado, a nova localização da Capital facilitaria também a complexa solução de outro magno problema, pois dali estenderíamos os braços aos irmãos da Hileia Amazônica que vivem naquelas paragens, ainda esquecidos da ajuda material e moral dos Governos.”

#### JÂNIO QUADROS (1961)

Jânio Quadros era um político que não respeitava partidos e se elegera, sem o apoio deles, para o governo de São Paulo.

Depois de assumir o Governo, escolheu, para ministros, políticos da UDN e de outros partidos que o apoiaram. Para repetir a experiência bem-sucedida no Estado de São Paulo, o novo presidente pretendia governar sem o apoio da maioria parlamentar.



Jânio da Silva Quadros

#### O governo de Jânio Quadros

A maneira autoritária desenvolvida pelo presidente colocou-o em conflito com o Poder Legislativo. Marcou ainda seu estilo de governo uma

**ANEXO 15** – Página inteira do capítulo IV República – 1946-67, do livro História do Brasil Império e República da 5ª edição revisada e ampliada da Coleção Marechal Trompowsky, dos autores Aldo Demerval Rio Branco Fernandes, Maurício de Siqueira Mallet Soares e Neide Annarumma com edição da Biblioteca do Exército, página 190.

#### HISTÓRIA DO BRASIL

série de medidas que, postas em prática, pretendiam sanear a administração pública e impedir atos considerados atentatórios aos bons costumes.

Em agosto de 1961, um dos principais líderes da UDN, o Governador do então Estado da Guanabara, Carlos Lacerda, apresentou denúncias indicadoras de que o Presidente da República pretendia aumentar os poderes constitucionais atribuídos ao Poder Executivo. A reação de Jânio Quadros foi imediata; seu pedido de renúncia abalou a Nação.

A ausência do Vice-Presidente João Goulart, que se encontrava no exterior, em visita à China, impediu-lhe a posse; em seu lugar, Ranieri Mazzilli, presidente da Câmara dos Deputados, assumiu a Presidência da República.

#### O Parlamentarismo

A renúncia de Jânio Quadros traumatizou a Nação, e significativa parcela da opinião pública receava que, com a posse do Vice-Presidente João Goulart, o País retornasse ao populismo de Vargas.

Nas principais cidades, as passeatas e demais manifestações cresceram, e o clima de agitação política tomou conta do País. Os ministros militares se pronunciaram e julgaram inconveniente à segurança nacional a posse do Sr. João Goulart. No Rio Grande do Sul e em outros estados, ocorreram manifestações favoráveis ao retorno de João Goulart à Presidência da República. No dia 2 de setembro de 1961, o Congresso Nacional aprovou o Ato Adicional à Constituição de 1946, que permitiu a implantação do parlamentarismo e a posse do Sr. João Goulart.

#### JOÃO GOULART (1961 A 1964).

##### A EXPERIÊNCIA PARLAMENTARISTA

Na prática, o parlamentarismo não foi bem-sucedido; sua criação objetivou restringir os poderes do Presidente da República, mas o des-

preparo do Congresso Nacional inviabilizou não só a prática do parlamentarismo como também o exercício do governo. As dificuldades surgidas indicaram a necessidade de retorno ao presidencialismo, e, em plebiscito realizado em 6 de janeiro de 1963, o resultado indicou que a maioria do eleitorado desejava o retorno àquele regime.

No poder, João Goulart mostrou-se cooperativo em face dos interesses do Partido Comunista, que não tinha existência legal; muitos de seus integrantes passaram a desenvolver intensa atividade política no movimento sindical brasileiro e nos órgãos da administração federal — em especial no Ministério do Trabalho.

Durante o governo João Goulart, a inflação descontrolada, a política de reformas contrariando a Constituição de 1946, a cooperação do Presidente da República em face dos interesses do Partido Comunista (partido de existência ilegal), a infiltração do Partido Comunista em diferentes setores da Igreja Católica, das Forças Armadas e do meio estudantil e as greves políticas fomentadas provocaram, em significativa parcela da opinião pública brasileira, um clima que ensejou graves e crescentes descontentamentos com o governo do Sr. João Goulart, que desaguaram na Revolução de Março de 1964.



João Goulart

#### A REVOLUÇÃO DE 1964

##### ANTECEDENTES

Durante o governo do General Eurico Gaspar Dutra, o Partido Comunista Brasileiro teve existência legal por dois anos (1945 a 1947). Aproveitando-se dessa oportunidade, reconstituiu seu principal núcleo e fortaleceu-se. Em 31 de janei-

**ANEXO 16** – Página inteira do capítulo IV República – 1946-67, do livro História do Brasil Império e República da 5ª edição revisada e ampliada da Coleção Marechal Trompowsky, dos autores Aldo Demerval Rio Branco Fernandes, Maurício de Siqueira Mallet Soares e Neide Annarumma com edição da Biblioteca do Exército, página 191.

IV REPÚBLICA – 1946-67

ro de 1961, Juscelino Kubitschek de Oliveira passou a chefia da Nação ao seu sucessor Jânio da Silva Quadros, eleito por expressiva maioria de votos. Para a vice-presidência, foi reeleito João Belchior Marques Goulart, ex-Ministro do Trabalho do Presidente Getúlio Vargas.

Jânio Quadros herdou do seu antecessor o endividamento externo consequente da política de desenvolvimento econômico posta em prática por Juscelino Kubitschek de Oliveira. Depois de curto e polêmico período de governo, ocorreu no dia 25 de agosto de 1961 a inesperada e decepcionante renúncia do Presidente Jânio Quadros, frustrando seus eleitores e dando origem a um difícil período para o Brasil.

Legalmente, cabia a João Goulart, Vice-Presidente, então em visita à República Popular da China (China comunista), com quem não mantinha relações diplomáticas, ocupar o cargo vago.

#### **O governo de João Goulart**

O governo de João Goulart encontrou sérias dificuldades em razão da inflação, do insucesso da política das reformas e da oposição feita por significativa parcela da opinião pública, da Igreja e das Forças Armadas. Seu governo não soube enfrentar com firmeza e equilíbrio necessários o extremismo crescente que, na época, se manifestou.

#### **A emenda parlamentarista, a inflação e as reformas**

O insucesso da emenda parlamentarista, a vitória no plebiscito e o consequente retorno ao presidencialismo, com João Goulart na chefia da Nação, entusiasmaram os comunistas, que já ocupavam importantes cargos administrativos, chefia de entidades estudantis, empresas estatais e sindicatos.

A inflação descontrolada trouxe como consequência o desequilíbrio dos gastos públicos; as

greves políticas, desnecessárias e ilegais, ajudariam a desorganizar a economia nacional; as agitações populares, na cidade e no campo, comporiam a desagregação política e social.

As reformas aspiradas por todas as correntes políticas e sociais foram bandeiras empunhadas pelo Governo, que procurava, entretanto, insinuar na opinião pública a imagem de que a ordem democrática, como prevista na Constituição de 1946, era incapaz de assegurar as soluções desejadas.

#### **A Igreja, as Forças Armadas e o meio estudantil**

As Forças Armadas, pela solidez de sua organização e por seu espírito democrático, haveriam de constituir o maior obstáculo às investidas subversivas. Era necessário, portanto, conquistar o seu apoio, que só seria possível dividindo-as, solapando sua unidade e afetando a hierarquia e a disciplina que lhes são peculiares. Por outro lado, o enfraquecimento de seus salários era forma certa de proletarizá-las, de neutralizá-las.

Percebendo ser a Igreja a maior força de oposição a seus objetivos, o Partido Comunista adotou a tática da infiltração em diferentes segmentos da sociedade brasileira, nas universidades, colégios católicos, setores do apostolado leigo, seminários e no âmbito dos sacerdotes.

O meio estudantil sempre foi um dos alvos prioritários do Partido Comunista, pois representa um potencial celeiro de líderes. Além do mais, o estudante desempenhava um papel de escudo protetor para o Partido Comunista, em face das naturais restrições que os órgãos de segurança encontravam diante de grupos de jovens decididos, que, de forma altruística, queriam o bem do Brasil.

#### **O auge da crise**

As greves políticas eram fomentadas, e piquetes interditavam as portas das fábricas e

**ANEXO 17** – Página inteira do capítulo IV República – 1946-67, do livro História do Brasil Império e República da 5ª edição revisada e ampliada da Coleção Marechal Trompowsky, dos autores Aldo Demerval Rio Branco Fernandes, Maurício de Siqueira Mallet Soares e Neide Annarumma com edição da Biblioteca do Exército, página 192.

#### HISTÓRIA DO BRASIL

empresas, causando, assim, graves prejuízos para a economia brasileira.

No segundo semestre de 1963, o comando subversivo concentrou suas atenções na organização do *braço armado* que, na oportunidade propícia, entraria em confronto com as forças democráticas.

Em setembro de 1963, suboficiais e sargentos de Brasília tentaram levar a cabo levante claramente revolucionário.

O comício do dia 13 de março de 1964, promovido pelas esquerdas na Central do Brasil, no Rio de Janeiro, pretendeu ser um momento culminante da subversão.

No dia 19 de março, seis dias depois do comício da Central, em espontânea manifestação popular, reúnem-se no centro da Cidade de São



Marcha da Família com Deus pela Liberdade

Paulo mais de 500 mil pessoas para protestar contra o caos político, econômico e social em que vivia o Brasil. O movimento ficou conhecido como *Marcha da Família com Deus pela Liber-*

*dade*. Foi um espetáculo comovente, no qual as mulheres brasileiras levaram a público sua participação na resistência ao movimento subversivo instalado pelo próprio Governo, com apoio das esquerdas; semelhante manifestação já ocorrera, anteriormente, em Belo Horizonte, por motivos idênticos.

A infiltração no seio das Forças Armadas prosseguia celeremente, e outra nítida demonstração dos seus nocivos efeitos foi a *greve dos marinheiros e fuzileiros navais, ocorrida no dia 26 de março, no Rio de Janeiro*.

As manifestações de indisciplina promovidas pelo Governo repetiam-se, e, no dia 30 de março, a Nação foi novamente agredida com a realização de inusitada reunião política nas dependências do *Automóvel Clube do Brasil*.

#### A Revolução

Na noite de 30 de março, seria decidido pelas lideranças democráticas (civis e militares) o início do movimento para o dia seguinte, 31 de março de 1964. Decisivo foi o respaldo político de expressivas lideranças, como os governadores da Guanabara (Carlos Lacerda), São Paulo (Adhemar de Barros) e Minas Gerais (Magalhães Pinto). Este último, a rigor, foi quem irradou o primeiro pronunciamento, desencadeando o movimento.

Sem precedentes nos anais dos levantes políticos sul-americanos, a Revolução foi levada a efeito, não por extremistas, mas por grupos moderados e respeitadores da lei e da ordem. Ela foi comemorada no Rio de Janeiro com uma *Marcha da Família com Deus pela Liberdade*, nos mesmos moldes daquela de São Paulo, caracterizando, mais uma vez, o *público apoio à verdadeira "contrarrevolução" promovida por suas Forças Armadas, em perfeita sintonia com suas aspirações*.

No dia 2 de abril de 1964, o Congresso Nacional declarou a vacância da Presidência da Repú-

**ANEXO 18** – Página inteira do capítulo IV República – 1946-67, do livro História do Brasil Império e República da 5ª edição revisada e ampliada da Coleção Marechal Trompowsky, dos autores Aldo Demerval Rio Branco Fernandes, Maurício de Siqueira Mallet Soares e Neide Annarumma com edição da Biblioteca do Exército, página 193.

## IV REPÚBLICA – 1946-67



Em 15 de abril de 1964, o Marechal Castello Branco foi empossado na Presidência da República pelo senhor Ranieri Mazzilli, Presidente da Câmara dos Deputados.

blica, assumindo-a o Presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli. No dia 11, o mesmo Congresso elegeu Presidente da República o Marechal Humberto de Alencar Castello Branco, ex-Chefe do Estado-Maior do Exército e um dos principais artífices do movimento, o qual assumiu o cargo no dia 15 do mesmo mês.

#### Marechal Castello Branco (1964-67)

Depois da vitória da Revolução de Março de 1964, os integrantes do Alto-Comando Revolucionário editaram o primeiro ato institucional que estabeleceu as normas que regulamentaram a eleição do Marechal Castello Branco pelo Congresso Nacional.

Os atos institucionais constituíram-se em atos de exceção que tiveram por finalidade submeter a Constituição em vigor, no que fosse julgado necessário, à nova ordem estabelecida pela Revolução de Março de 1964.

Os atos institucionais tiveram as mais diferentes finalidades e, entre elas, cabe ressaltar:

- a suspensão de direitos políticos e mandatos de governadores;

- a demissão ou afastamento de suas funções de funcionários públicos civis ou militares envolvidos em corrupção e subversão;

- a extinção dos partidos até então existentes e criação de apenas dois partidos, Aliança Re-

novadora Nacional (ARENA) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB);

- a criação de dispositivos legais que visavam à realização das eleições estaduais e escolha do novo Presidente da República;

- o estabelecimento das condições necessárias à elaboração de uma nova Constituição.

Durante o primeiro ano de governo, a preocupação do Presidente Castello Branco con-

centrou-se na organização de todos os setores administrativos do País, em virtude da situação caótica que lhe foi passada pelo governo deposto.

Terminado o período de cassações e a implantação do governo revolucionário,

foram postas em prática uma série de medidas que visavam:

- baixar a inflação, estabilizar a economia e incentivar a produção;

- implantar uma política salarial;

- criar um órgão que produzisse informações para o Governo;

- proceder as eleições previstas;

- planejar e iniciar a implantação de infraestrutura econômica dos setores de comunicações, transportes e geração de energia;

- tratar da sucessão presidencial.

Entre as principais realizações do Governo, merecem destaque:

- dinamização do Plano Nacional de Habitação;

- criação do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária — IBRA (1969) — para promover o desenvolvimento agrário e o assentamento do excedente populacional, substituído em 1970, pelo Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA);

- criação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço — FGTS (1968), os recursos recebidos



Marechal Castello Branco

**ANEXO 19** – Página inteira do capítulo IV República – 1946-67, do livro História do Brasil Império e República da 5ª edição revisada e ampliada da Coleção Marechal Trompowsky, dos autores Aldo Demerval Rio Branco Fernandes, Maurício de Siqueira Mallet Soares e Neide Annarumma com edição da Biblioteca do Exército, página 194.

#### HISTÓRIA DO BRASIL

eram transferidos para o Plano Nacional de Habitação e BNH;

- criação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia — SUDAM (1966), para promover o povoamento e a exploração econômica da Região Amazônica;
- criação da Empresa Brasileira de Telecomunicação — EMBRATEL.



**ESTAÇÃO RETRANSMISSORA DA EMBRATEL**  
As estações retransmissoras que interligam Cuiabá a Porto Velho foram construídas, no início da década de 1970, pelo 5º Batalhão de Engenharia de Construção

#### A Constituição de 1967

Depois da Revolução de Março de 1964, a Constituição de 1946 foi mantida em vigor, mas recebeu muitas emendas e alterações, em um total de 4 atos institucionais e 37 atos complementares, que acabaram por descaracterizá-la. O governo do Marechal Castello Branco entendeu que deveria dotar o Brasil de uma nova Constituição, que consagrasse os princípios pregados pela Revolução.

O Ato Institucional número 4 convocou o Congresso Nacional para discutir e promulgar o projeto encaminhado pelo Poder Executivo. Em 24 de janeiro de 1967, foi promulgada a 5ª Constituição da República. As anteriores datavam de 1891, 1934, 1937 e 1946.

A Constituição de 1967 era bastante inspirada na Constituição de 1937 e buscava, como aque-

la, maior centralização, de modo a evitar a paralisia em que, por vezes, se encontrou o governo de João Goulart, antes da Revolução.

A nova Lei Magna teve como principais características:

- a preservação do federalismo;
- o aumento de atribuições e poderes do Presidente da República;
- a escolha do Presidente da República por meio de Colégio Eleitoral, composto pelo Congresso Nacional e um representante de cada estado;
- a prerrogativa do Poder Executivo de baixar os decretos com força de lei, sem prévia aprovação pelo Poder Legislativo;
- a realização de uma reforma agrária, com indenizações por títulos da dívida pública;
- reformulação do sistema tributário (a cobrança de impostos), dando-lhe maior organização.

#### Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG)

A implantação do Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG) permitiu:

- contenção da inflação;
- diminuição dos desníveis regionais;
- crescimento econômico;
- aumento das exportações;
- estímulo ao mercado interno.

Ao término do governo Castello Branco, a estabilização econômica permitiu o controle da inflação, o aumento das exportações e a criação de bases sólidas para o desenvolvimento; no plano político, o Governo tentou institucionalizar os princípios da Revolução e forneceu à Segurança Nacional nova dimensão com a criação do Serviço Nacional de Informações (SNI). O Brasil permaneceu no rol das democracias, embora as mudanças introduzidas pela Revolução na Constituição em vigor aumentassem consideravelmente o Poder Executivo, com prejuízo dos poderes Legislativo e Judiciário.

**ANEXO 20** – Página inteira do capítulo V República – 1967-88, do livro História do Brasil Império e República da 5ª edição revisada e ampliada da Coleção Marechal Trompowsky, dos autores Aldo Demerval Rio Branco Fernandes, Maurício de Siqueira Mallet Soares e Neide Annarumma com edição da Biblioteca do Exército, página 195.

## V República – 1967-88



Construção Naval

### SÍNTESE

Os presidentes da V República, eleitos pelo Colégio Eleitoral, foram Costa e Silva, Garrastazu Médici, Ernesto Geisel e João Figueiredo, além do civil Tancredo Neves, falecido antes de governar e substituído pelo Vice-Presidente José Sarney em 1985.

Nos governos militares, em particular na gestão do Presidente Médici, houve a censura dos meios de comunicação e o combate e eliminação das guerrilhas, urbana e rural, porque a preservação da ordem pública era condição necessária ao progresso do País.

Os governos decorrentes da Revolução de 1964 planejaram as principais metas da política de governo nos Planos de Desenvolvimento Econômico (PND) que vigoraram por duas décadas: 1965 a 1985. Durante esse período, de contínuo desenvolvimento econômico, os diferentes governos deram continuidade ao planejamento traçado nos PND, tendo o Brasil conquistado a condição de 8ª economia do mundo.

O combate à inflação, a negociação da dívida externa e a pontualidade de seu pagamento, a redução da dívida interna do governo e a retomada do desenvolvimento econômico permitiram que o Brasil readquirisse a credibilidade no exterior e pusesse em execução um projeto de desenvolvimento econômico que permitiu aumentar a oferta de empregos e garantir o bem-estar de significativa parcela da população.

Apesar das elevadas taxas de crescimento da economia e significativo aumento da renda *per capita*, parte da população permaneceu pobre, pouco se beneficiando com o desenvolvimento.

**ANEXO 21** – Página inteira do capítulo V República – 1967-88, do livro História do Brasil Império e República da 5ª edição revisada e ampliada da Coleção Marechal Trompowsky, dos autores Aldo Demerval Rio Branco Fernandes, Maurício de Siqueira Mallet Soares e Neide Annarumma com edição da Biblioteca do Exército, página 196.

#### HISTÓRIA DO BRASIL

##### OBJETIVOS

- Descrever os aspectos básicos que definiram a linha de ação dos governos Costa e Silva, Médici, Geisel e Figueiredo.
- Explicar as características do modelo de desenvolvimento econômico adotado durante os governos revolucionários.
- Explicar as consequências políticas da abertura democrática promovida pelo governo Figueiredo.
- Explicar como ocorreu a transição do Presidente Figueiredo para o Presidente Sarney.
- Descrever a ação do governo José Sarney.

##### ASSUNTOS

Costa e Silva  
Garrastazu Médici  
Ernesto Geisel  
João Figueiredo

##### CONCEITOS BÁSICOS

José Sarney  
Anistia  
Milagre brasileiro  
Renda per capita

**ANEXO 22** – Página inteira do capítulo V República – 1967-88, do livro História do Brasil Império e República da 5ª edição revisada e ampliada da Coleção Marechal Trompowsky, dos autores Aldo Demerval Rio Branco Fernandes, Maurício de Siqueira Mallet Soares e Neide Annarumma com edição da Biblioteca do Exército, página 197.

V REPÚBLICA – 1967-88

## PERÍODO 1967-88

### COSTA E SILVA (1967-69)

O Presidente Arthur da Costa e Silva e o Vice-Presidente Pedro Aleixo foram eleitos pelo Congresso Nacional e tomaram posse no dia 24 de janeiro de 1967. O período de governo encerrou-se no dia 30 de outubro de 1969, antes do término do mandato, por causa de grave enfermidade que acometeu o Presidente Costa e Silva.



Costa e Silva

#### Governo Costa e Silva

Políticas específicas, direcionadas para as áreas econômica e política, foram inicialmente postas em prática. Para estabelecer uma comunicação mais direta com a opinião pública, o Governo criou a Assessoria Especial de Relações Públicas (AERP).

Para a área econômica foi elaborado o Plano Estratégico de Desenvolvimento (PED), e na área política o Governo tentou estabelecer o diálogo com os grupos oposicionistas.

#### Plano Estratégico de Desenvolvimento – PED

Os objetivos do PED eram: aumentar a produtividade, recuperar os transportes, ampliar a rede rodoviária, implantar uma estrutura moderna de telecomunicações, ampliar o mercado interno e externo e desburocratizar a administração pública. O PED deu continuidade à política econômica adotada pelo Governo anterior.

Em 1968, foi instituído o Projeto Rondon por meio do Decreto nº 62.927, de 28 de junho, com



Rodovia Manaus-Boa Vista – Marco BV8-Caracas, 1.000km em território brasileiro. Construída pelo 6º Batalhão de Engenharia de Construção

a finalidade de proporcionar aos universitários efetiva participação em um projeto de integração nacional, que envolvia desde a alfabetização de adultos até as modernas técnicas agrícolas e assistência médica.

#### A criação da Frente Ampla

Os atos institucionais aplicados durante o governo do Presidente Castello Branco reduziram, drasticamente, as funções do Poder Legislativo. O diálogo proposto pelo Governo não encontrou a necessária receptividade; os grupos políticos oposicionistas radicalizaram suas posições e criaram uma Frente Ampla que congregava, também, políticos cassados pela Revolução de Março de 1964. A preservação da ordem e dos princípios estabelecidos pelo Governo sofreu novas ameaças com o surgimento de uma força de guerrilha e ações de terroristas. A ordem pública foi conturbada por frequentes manifestações estudantis e sistemáticas greves.

#### O combate ao terrorismo e a aplicação do AI 5

No primeiro ano de governo, o Presidente Costa e Silva enfrentou e sufocou o foco de guerrilha localizado na divisa entre Minas Gerais e Espírito Santo, na Serra de Caparaó. O ano de

**ANEXO 23** – Página inteira do capítulo V República – 1967-88, do livro História do Brasil Império e República da 5ª edição revisada e ampliada da Coleção Marechal Trompowsky, dos autores Aldo Demerval Rio Branco Fernandes, Maurício de Siqueira Mallet Soares e Neide Annarumma com edição da Biblioteca do Exército, página 198.

#### HISTÓRIA DO BRASIL

1967 foi marcado pela realização de numerosos movimentos contestatórios em várias cidades brasileiras, entre elas algumas capitais de estados. Ocorreram, ainda, atentados terroristas praticados por diferentes organizações integrantes do Partido Comunista.

Para combater as atividades terroristas, o Governo aplicou, inicialmente, os dispositivos previstos pela Constituição de 1967. Sem contar com o apoio do partido governista — a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) —, decidiu o presidente decretar o AI 5; mas sua aplicação não terminou com a onda de atentados terroristas e demais ações praticadas pelos integrantes das diferentes facções comunistas.

A atuação de grupos subversivos, além de perturbar a ordem pública, vitimou numerosas pessoas, que perderam a vida em assaltos a bancos, ataques a quartéis e postos policiais e em sequestros.

Entre as principais realizações do governo Costa e Silva, destacamos:

- Criação da Fundação Nacional do Índio — FUNAI (1967), o antigo Serviço de Proteção ao Índio;
- Criação da Empresa Brasileira de Aeronáutica — EMBRAER (1968), com a finalidade de desenvolver a indústria aeronáutica do país;
- Criação da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos — EBCT (1968), o antigo Departamento de Correios e Telégrafos;
- Criação da Companhia de Pesquisa e Recursos Minerais — CPRM (1969), para explorar as riquezas do subsolo brasileiro.

#### **O impedimento do Presidente Costa e Silva**

Em agosto de 1969, uma grave enfermidade impediu que o Presidente da República exercesse suas funções; a substituição caberia ao Vice-Presidente Pedro Aleixo, mas ele foi impedido de tomar posse pelos ministros militares. Pelo

AI nº 16, de 14 de outubro de 1969, os ministros militares declararam a vaga do Poder Executivo e marcaram a data da posse do novo governo.

A escolha do governante coube ao Alto-Comando das Forças Armadas, que indicou o General de Exército Emílio Garrastazu Médici e o Almirante de Esquadra Augusto Rademaker Grunewald, respectivamente, para os cargos de Presidente e Vice-Presidente da República.

#### **EMÍLIO GARRASTAZU MÉDICI (1969-74)**



Emílio Médici

O Governo iniciou o mandato em 17 de outubro de 1969 e o concluiu em 15 de março de 1974. Esse governo registrou um período de notável crescimento econômico, censura dos meios de comunicação, duro combate e eliminação da guerrilha; iniciou, ainda, um pro-



Rodovia Cuiabá-Santarém – 1.800km.

Construída pelo 8º e 9º Batalhão de Engenharia de Construção, no início da década de 1970. Seu asfaltamento foi iniciado recentemente

grama administrativo que promoveu o desenvolvimento nacional nos setores da educação, saúde, saneamento básico, agricultura, comunicações, transportes, energia, mineração, habitação, trabalho e previdência social.

No combate à atuação de guerrilhas, quer na área urbana quer na rural, o Governo reprimiu e

**ANEXO 24** – Página inteira do capítulo V República – 1967-88, do livro História do Brasil Império e República da 5ª edição revisada e ampliada da Coleção Marechal Trompowsky, dos autores Aldo Demerval Rio Branco Fernandes, Maurício de Siqueira Mallet Soares e Neide Annarumma com edição da Biblioteca do Exército, página 199.

V REPÚBLICA – 1967-88

eliminou os grupos comunistas engajados na luta armada, porque a preservação da ordem pública era condição necessária ao progresso do País.

Uma das principais realizações do governo Médici foi a criação do I Plano Nacional de Desenvolvimento — I PND (1971), que contava com os seguintes programas:

- Programas de Integração Nacional
- Proterra: Programa de Redistribuição de Terras e estímulo à agroindústria nas regiões Norte e Nordeste.
- Provale: Programa Especial para o Vale do São Francisco;
- Prodoeste: Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste;
- Programa de Construção Naval;
- Criação do Plano Nacional de Viação (1973);
- Construção da Ponte Rio-Niterói;
- Ampliação da Frota Nacional de Pretroleiros — FRONAPE;
- Inauguração da Rede Nacional de Televisão e sistema de micro-ondas.

#### **Programa Nacional de Desenvolvimento — O “Milagre Brasileiro”**

O programa posto em prática pelo governo Médici manteve a política econômica aplicada até então; preservou, inclusive, a permanência dos ministros Delfim Neto e Reis Veloso nos ministérios da Fazenda e do Planejamento. Ao final do primeiro ano de governo, foi notável o desenvolvimento econômico, a maior taxa registrada desde 1950. Nos anos seguintes, até 1973, a taxa média de crescimento foi de 11% ao ano, índice até então nunca atingido pela economia brasileira. O surpreendente crescimento ficou conhecido como o “Milagre Brasileiro”.

#### **O Brasil: a 8ª economia do mundo**

O “Milagre Brasileiro” *projetou-se internacionalmente e nos transformamos na 8ª economia*

*do mundo*, situação muito diferente da encontrada pelo Revolução de Março de 1964, quando o Presidente Castello Branco encontrou a Nação à beira do caos.

O programa administrativo posto em prática por ministros chamados “tecnocratas” foi bem-sucedido. A interferência na ação administrativa do Governo era reduzida, em função do controle que o Poder Executivo exercia; as manifestações contrárias eram mínimas, dada a fiscalização exercida sobre os órgãos de comunicação.

Ainda que fossem significativos os resultados obtidos na área econômica, o aumento do poder aquisitivo da população era mínimo; na realidade, o “Milagre Brasileiro” melhorou as condições de vida de todos os brasileiros, ainda que de forma extremamente desigual: os pobres ficaram menos pobres, mas ainda muito distantes do necessário para uma existência digna.

#### **A seca de 1970: a Amazônia como solução**

A seca devastadora que atingiu o Nordeste sensibilizou o Chefe do Governo: milhares de flagelados rumavam para as cidades do litoral em busca de uma comida cada vez mais escassa, de uma moradia precária e de um emprego inexistente.

De imediato, foi criado um programa com a finalidade de integrar as regiões prósperas com as regiões pobres, em particular a Região Nordeste, por meio das seguintes ações:

- desenvolver projetos de irrigação;
  - construir estradas de ferro e de rodagem;
  - reaparelhar os portos mais importantes;
  - estimular as trocas comerciais pelos corredores de exportação; e
  - construir uma rodovia que ligasse o Nordeste, “onde os homens não tinham terras”, com a Região Amazônica, “uma terra sem homens”.
- A construção das rodovias Transamazônica e Cuiabá-Santarém, embora concluída, não surtiu,

**ANEXO 25** – Página inteira do capítulo V República – 1967-88, do livro História do Brasil Império e República da 5ª edição revisada e ampliada da Coleção Marechal Trompowsky, dos autores Aldo Demerval Rio Branco Fernandes, Maurício de Siqueira Mallet Soares e Neide Annarumma com edição da Biblioteca do Exército, página 200.

#### HISTÓRIA DO BRASIL

de imediato, os efeitos esperados e foi muito criticada. Censuras semelhantes ocorreram durante a construção da Belém-Brasília e da Brasília-Cuiabá-Porto Velho, obras iniciadas pelo Presidente Juscelino Kubitschek e concluídas pelos governos da Revolução de Março de 1964 — estradas que se revelaram, posteriormente, de fundamental importância para a integração da Região Amazônica ao Brasil.

Em janeiro de 1974, o Congresso Nacional reuniu-se para eleger o futuro Presidente da República. O partido do Governo, a ARENA, apresentou como candidato o General Ernesto Geisel; o partido oposicionista, o MDB, indicou o político paulista Ulysses Guimarães. Foi eleito o General Ernesto Geisel por expressiva maioria, que incluía votos do partido oposicionista.

#### ERNESTO GEISEL (1974-79)

O Presidente General Ernesto Geisel e o Vice-Presidente General Adalberto Pereira dos Santos assumiram o Governo no dia 15 de março de 1974 e o concluíram no dia 15 de março de 1979. No plano político, esse governo realizou notável esforço no sentido de



Ernesto Geisel

fazer reformas que permitissem o retorno à normalidade democrática, de forma lenta, gradual e progressiva. No setor econômico, foi elaborado e posto em execução o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND). No entanto, a crise internacional de petróleo inviabilizou-o.

Na política externa, o Ministério das Relações Exteriores desenvolveu intensa atividade

diplomática, caracterizada pela diversidade de interesses brasileiros em nível internacional.

#### As reformas políticas — II PND

O governo Geisel pretendia implantar reformas que garantissem o melhor funcionamento do modo democrático de governo; entre os preceitos que mais sensibilizaram a opinião pública, cabe destacar:

- suspensão das medidas de caráter excepcional e revogação do AI 5;
- plena garantia das liberdades individuais; e
- suspensão da censura.

As reformas políticas propostas por Geisel foram alvo de manifestações de desgosto por parte da opinião pública. Embora o Governo pregasse o retorno à normalidade democrática, a intransigência do partido oposicionista motivou a necessidade de algumas cassações políticas.

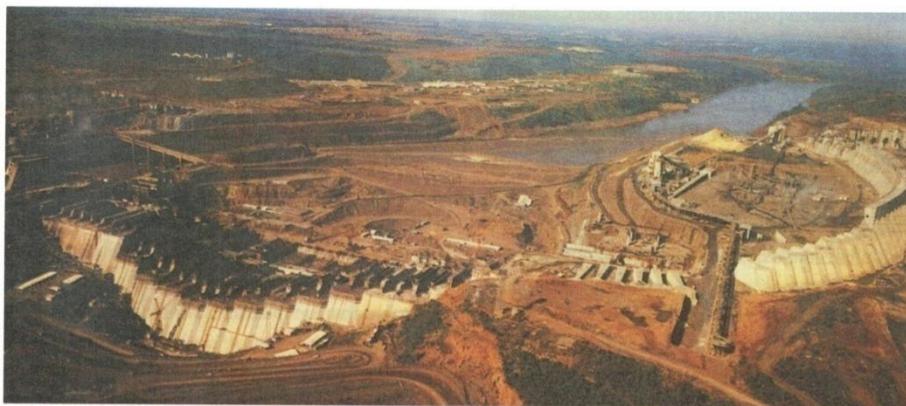
Ao final do período, o Presidente Ernesto Geisel revogou o Ato Institucional nº 5 (AI 5), restabeleceu a independência do Poder Judiciário, retirou do Executivo a prerrogativa de elaborar leis sem a aprovação do Legislativo e restabeleceu o direito de *habeas corpus*.

Para executar o plano econômico, o Governo elaborou o II PND, cujas ambiciosas metas pretendiam acelerar o crescimento da economia com particular ênfase para as regiões Norte e Nordeste. O plano não atingiu todos os seus propósitos porque uma grave crise econômica internacional, decorrente da triplicação do preço do petróleo, abalou a nossa economia. O Brasil importava 80% de todo o petróleo que consumia.

Ao término do governo Ernesto Geisel, apesar das dificuldades em nível internacional, a economia crescera, a dívida externa aumentara e o processo inflacionário voltara a pressionar a economia. O Governo havia investido em vários setores e destinado 60% de todos os gastos

**ANEXO 26** – Página inteira do capítulo V República – 1967-88, do livro História do Brasil Império e República da 5ª edição revisada e ampliada da Coleção Marechal Trompowsky, dos autores Aldo Demerval Rio Branco Fernandes, Maurício de Siqueira Mallet Soares e Neide Annarumma com edição da Biblioteca do Exército, página 201.

V REPÚBLICA – 1967-88



Construção de Itaipu

previstos pelo II PND para educação, saúde e saneamento básico. Grandes investimentos foram realizados pelo setor público na construção da Usina de Itaipu (a maior hidrelétrica do mundo), na produção do aço (Aço Minas), nos transportes (Ferrovia do Aço) e no programa nuclear.

As principais realizações do governo Geisel foram:

- Reatamento das relações diplomáticas com a China Popular (1971);
- Acordo nuclear Brasil-Alemanha e criação da Nuclebrás (1975);
- Programa do Cerrado;
- Criação do Proálcool.

### A política externa

Na política externa foi expressiva a atuação brasileira, que envolveu as seguintes medidas:

- Negociações com a Alemanha que resultaram no acordo nuclear;
- Rompimento do acordo militar firmado com os Estados Unidos pelo Presidente Getúlio Vargas, depois da Segunda Guerra Mundial;
- Agravamento das relações comerciais com os Estados Unidos em virtude das taxas cobra-

das pelo Governo americano na importação de manufaturados produzidos no Brasil;

- Acordos financeiros com Japão, França e Inglaterra;
- Maior aproximação com países sul-americanos e africanos.

### JOÃO BATISTA FIGUEIREDO (1979-85)

O General João Batista Figueiredo e Aureliano Chaves (político mineiro) foram eleitos pelo Congresso Nacional, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, tomaram posse no dia 15 de novembro



João Figueiredo

de 1979. No plano político, o Presidente Figueiredo deu continuidade ao projeto de abertura iniciado pelo Presidente Geisel. Para orientar as ações do Governo no plano administrativo, foi elaborado o III Plano Nacional de Desenvolvimento (III PND).

O projeto de abertura política teve como fatos marcantes:

- o recrudescimento das greves em 1979;

**ANEXO 27** – Página inteira do capítulo V República – 1967-88, do livro História do Brasil Império e República da 5ª edição revisada e ampliada da Coleção Marechal Trompowsky, dos autores Aldo Demerval Rio Branco Fernandes, Maurício de Siqueira Mallet Soares e Neide Annarumma com edição da Biblioteca do Exército, página 202.

#### HISTÓRIA DO BRASIL

- a anistia política e o retorno dos cassados;
- a reformulação partidária; e
- as eleições diretas para governador de estado.

O movimento sindical aumentou, principalmente em São Paulo, e dele surgiu como líder o sindicalista Luiz Inácio da Silva, conhecido como *Lula*, que se transformou em importante figura da vida política brasileira. Numerosas categorias profissionais manifestaram sua discordância em relação à política do Governo e promoveram, aproximadamente, 500 greves durante o ano de 1979.

A anistia e o retorno dos cassados ao País eram medidas fundamentais para que a opinião pública confiasse no Governo e acreditasse na realização do projeto de abertura política. O Presidente João Figueiredo sentia-se moralmente comprometido com a anistia e o retorno dos exilados políticos, porque seu pai, o então Coronel Euclides Figueiredo, participou, ao lado dos paulistas, da Revolução Constitucionalista de 1932; fora exilado e, posteriormente, anistiado pelo Presidente Getúlio Vargas.

A reformulação partidária era preocupação e interesse do Governo porque a ARENA não lhe dava o apoio esperado. A criação de novos partidos permitiu aglutinar o grupo governista e fracionar a oposição em vários partidos.

Realizadas as eleições, seus resultados superaram as expectativas mais otimistas, pelo maciço comparecimento de eleitores. Os partidos de oposição ao Governo, embora vencedores, não conseguiram maioria no Congresso Nacional.

A vitória conquistada em importantes estados permitiu ao MDB, opositorista, o controle de grandes centros políticos. Naquela ocasião, a Nação vivia a mais grave crise econômica ocorrida depois da Segunda Guerra Mundial.

Duas crises econômicas ocorreram durante a década de 1970, e suas consequências influíram decisivamente na política econômica de países como o Brasil, a Argentina e o México. Para nossa economia, as principais consequências foram:

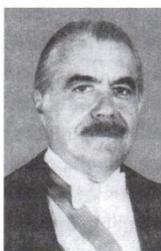
- a queda nas exportações e dificuldades para equilibrar a balança de pagamentos;
- o aumento da dívida externa; e
- dificuldades para obtenção de empréstimos externos.

O fracasso da política econômica brasileira foi inevitável, pois eram incontroláveis as influências que a economia mundial exercia sobre a nossa; o descrédito do Governo envolveu a opinião pública e muito influenciou o andamento do processo de abertura política, tornando-o irreversível.

#### Campanha das Diretas Já

Em 1983, teve início a campanha pelas eleições diretas para a escolha do presidente e vice-presidente da República (Diretas já). Seu objetivo era contestar a legitimidade das eleições indiretas, realizadas em 1985, para escolher o substituto do Presidente João Figueiredo. Apesar da grande aceitação popular pelas eleições diretas, sua realização não foi concretizada; o político mineiro Tancredo Neves e o maranhense José Sarney foram eleitos pelo Colégio Eleitoral (eleições indiretas) para a Presidência e a Vice-Presidência da República. Ainda que eleito, Tancredo Neves não tomou posse, porque faleceu.

#### JOSÉ SARNEY (1985-90)



José Sarney

O Presidente José Sarney iniciou o mandato em 13 de março de 1985 e o concluiu em 15 de março de 1990. O Governo reconheceu a delicada conjuntura nacional a ser enfrentada.

A crise econômica mereceu especial atenção, e o combate à inflação foi escolhido como meta principal do Governo. Apesar dos planos postos em execução, Cruzado I e

**ANEXO 28** – Página inteira do capítulo V República – 1967-88, do livro História do Brasil Império e República da 5ª edição revisada e ampliada da Coleção Marechal Trompowsky, dos autores Aldo Demerval Rio Branco Fernandes, Maurício de Siqueira Mallet Soares e Neide Annarumma com edição da Biblioteca do Exército, página 203.

V REPÚBLICA – 1967-88

2, os resultados foram insatisfatórios; ao término do mandato do Presidente Sarney, a situação econômica do País era muito grave.

#### A Constituição de 1988

A formação de uma Assembleia Constituinte e a aprovação de uma nova Constituição foram os fatos políticos mais importantes ocorridos no governo Sarney. A Assembleia Constituinte, instalada em 1986, só conseguiu concluir seu trabalho em 1988, quando a Constituição foi promulgada; a tão esperada Magna Carta tinha características conservadoras semelhantes às constituições anteriores e contrariou muitas das expectativas criadas junto à opinião pública; foi estabelecido que, no ano de 1994, a Constituição promulgada passaria por um processo de revisão.

As principais características da Constituição de 1988 são:

- instituição da República e do sistema presidencialista, confirmados, depois, pelo plebiscito de 1993;
- manutenção da soberania popular pelo voto universal, direto, secreto e obrigatório para to-

dos com idade entre 18 e 70 anos; facultativo para os maiores de 70 ou entre 16 e 18 anos;

- garantia dos direitos dos cidadãos, como as liberdades de reunião e de expressão. O racismo é considerado crime inafiançável e imprescritível; a censura é condenada, assim como as restrições ideológicas;

- ampliação dos direitos trabalhistas: a jornada de trabalho foi fixada em 44 horas semanais; garantia do seguro desemprego; a licença maternidade de 120 dias e a paterna de 5 dias. Todos os direitos trabalhistas foram aplicados, também, à população rural. Os sindicatos tornaram-se livres das intervenções do Ministério do Trabalho;

- a flora e a fauna ficam preservadas pela União, que também se obriga a combater a poluição;

- a reforma agrária deverá ocorrer em terras sem função social, onde não são aproveitados os recursos naturais; nesse caso, o Governo poderá desapropriá-las;

- os decretos-leis, utilizados até então, foram substituídos pelas medidas provisórias emitidas pelo presidente e aprovadas pelo Congresso.

**ANEXO 29** – Página inteira da apresentação do livro *Estudar História: das origens do homem à era digital*, da autora Patrícia Ramos Braick, com edição da Editora Moderna.



**ANEXO 30** – Página inteira do capítulo Os governos militares do Brasil, do livro *Estudar História: das origens do homem à era digital* da autora, Patrícia Ramos Braick, com edição da Editora Moderna, página 234.

**CAPÍTULO**  
**12**

## Os governos militares no Brasil

❑ Chico Buarque de Hollanda (à esquerda), acompanhado por um integrante do Grupo MPB4, durante apresentação no Festival da Música Popular Brasileira da TV Record, em novembro de 1968.

### Os anos de chumbo

Leia, a seguir, o trecho de uma música composta por Chico Buarque de Hollanda em 1970.

*Apesar de você*

“Hoje você é quem manda  
Falou, tá falado  
Não tem discussão  
A minha gente hoje anda  
Falando de lado  
E olhando pro chão, viu  
Você que inventou esse estado  
E inventou de inventar  
Toda a escuridão  
Você que inventou o pecado  
Esqueceu-se de inventar  
O perdão  
Apesar de você  
Amanhã há de ser  
Outro dia  
Eu pergunto a você  
Onde vai se esconder  
Da enorme euforia  
Como vai proibir  
Quando o galo insistir  
Em cantar  
Água nova brotando  
E a gente se amando  
Sem parar [...]”

HOLLANDA, Chico Buarque de. *Apesar de você*, 1970. Disponível em [www.chicobuarque.com.br](http://www.chicobuarque.com.br). Acesso em 17 jan. 2012.

J. FERREIRA DA SILVA/EDITORIA ABRIL

■ 234

**ANEXO 31** – Página inteira do capítulo Os governos militares do Brasil, do livro *Estudar História: das origens do homem à era digital*, da autora Patrícia Ramos Braick, com edição da Editora Moderna, página 235.



EVANDRO TEIXEIRA/AGÊNCIA JB

■ Cavalaria da polícia militar avança contra estudantes na porta da Igreja da Candelária, no Rio de Janeiro, em 4 de abril de 1968.

Você já conhecia essa música? A canção *Apesar de você* foi composta durante a ditadura militar no Brasil. Nesse período, as produções musicais e as informações divulgadas pelos meios de comunicação eram controladas pelos censores do governo, que proibiam qualquer forma de manifestação contra o regime.

Preste atenção na letra dessa música. Podemos perceber que o autor fez algumas críticas à ditadura de forma velada, como se o tema da canção fosse uma briga entre namorados. Você consegue identificar quais são essas críticas? Inicialmente, *Apesar de você* não sofreu qualquer tipo de censura. No entanto, um jornal do Rio de Janeiro publicou uma

nota afirmando que o “você” da canção referia-se ao presidente Médici, e não à suposta namorada da canção. Após a repercussão da nota, a música foi proibida.

Ainda hoje muitos compositores usam a crítica social e política como tema de suas canções. Diferente do passado, a produção musical e a imprensa de hoje são livres. Você conhece outras músicas de protesto? Você acha que essas músicas contribuem para conscientizar as pessoas que as ouvem?

Neste capítulo você vai estudar o regime militar no Brasil e perceber a relação entre esse difícil período da nossa história e o contexto da Guerra Fria.



■ Manifestação pela anistia aos exilados e presos políticos realizada na cidade do Rio de Janeiro, em agosto de 1979.

**ANEXO 32** – Página inteira do capítulo Os governos militares do Brasil, do livro Estudar História: das origens do homem à era digital, da autora Patrícia Ramos Braick, com edição da Editora Moderna, página 236.

#### Cassar

Anular mandatos, licenças, direitos políticos etc.

## Os militares no poder

Em 31 de março de 1964, o então presidente do Brasil, João Goulart, foi derrubado por um golpe militar, que contou com o apoio dos setores mais conservadores da sociedade brasileira. Iniciava-se, assim, o regime militar no Brasil, um dos períodos mais autoritários e repressores da história do nosso país.

Os militares alegavam que ficariam no poder até a eliminação da “ameaça comunista” e o restabelecimento da ordem no país. Depois, seriam organizadas eleições para que os cidadãos escolhessem um novo presidente. Entretanto, não foi isso o que aconteceu.

Em 9 de abril, uma junta militar decretou o **Ato Institucional (AI-1)**, o primeiro de uma série de decretos que fortaleciam o poder dos militares e os autorizavam a tomar medidas que violavam a Constituição.

Por meio do AI-1, o governo pôde **cassar** o mandato de diversos deputados federais e suspender os direitos políticos de muitas personalidades públicas do país. Entre eles estavam os ex-presidentes João Goulart e Jânio Quadros, o secretário-geral do PCB, Luís Carlos Prestes, o deputado federal Leonel Brizola e o economista Celso Furtado. Líderes sindicais, estudantes, jornalistas e diversas pessoas ligadas aos grupos de esquerda também foram perseguidos.

Entre 1964 e 1969 foram promulgados, ao todo, dezessete Atos Institucionais. Eles serviram para legitimar o regime e centralizar ainda mais a administração do país nas mãos dos militares. Os Atos Institucionais foram editados por militares pertencentes aos altos escalões do exército, da marinha, da aeronáutica ou pelo próprio presidente da república.

- Militares ocupam ruas da cidade do Rio de Janeiro no dia 1º de abril de 1964, na manhã seguinte ao golpe que derrubou o governo de João Goulart.



**ANEXO 33** – Página inteira do capítulo Os governos militares do Brasil, do livro *Estudar História: das origens do homem à era digital*, da autora Patrícia Ramos Braick, com edição da Editora Moderna, página 237.

## O governo Castelo Branco

O marechal **Humberto de Alencar Castelo Branco** foi eleito pelo Congresso Nacional e assumiu a presidência do Brasil no dia 15 de abril de 1964. Seu mandato deveria se estender até janeiro de 1966; porém, os militares alegaram que esse prazo era insuficiente para executar reformas e cumprir as medidas do AI-1. Assim, seu mandato foi prorrogado até 1967.

O governo Castelo Branco ficou marcado por uma política de segurança e de desenvolvimento nacionais. O principal objetivo era desarticular setores da esquerda e combater a "ameaça comunista". Para investigar a situação política do país e coletar dados daqueles que eram considerados subversivos, foi criado o **Serviço Nacional de Informações (SNI)**.

### ■ O regime se fortalece

No contexto da Guerra Fria, o Brasil alinhou-se ao bloco dos países capitalistas, rompendo relações diplomáticas com Cuba em maio de 1964. Os Estados Unidos chegaram a auxiliar o regime militar brasileiro, fornecendo apoio político, econômico e militar, com o objetivo de evitar o fortalecimento de ideias socialistas no país.

Em 1965, o governo decretou o segundo Ato Institucional. O AI-2 estabeleceu eleições indiretas para a presidência e concedeu ao presidente o poder de intervir nos estados, demitir funcionários civis e militares e baixar decretos-leis sobre a segurança nacional. Além disso, o AI-2 extinguiu os partidos políticos existentes e criou outros dois, os únicos partidos que poderiam existir: a **Aliança Renovadora Nacional (Arena)**, base política do governo, e o **Movimento Democrático Brasileiro (MDB)**, a oposição consentida. Não era permitido fazer críticas nem incentivar manifestações contrárias ao governo.

Em 1966, o terceiro Ato Institucional (AI-3) determinou eleições indiretas para governador e vice-governador e suspendeu as eleições para prefeitos das capitais, que passaram a ser indicados pelos governadores. Com essas novas medidas, os cidadãos perderam totalmente a liberdade de escolha de seus governantes. Em dezembro de 1966, Castelo Branco editou o quarto Ato Institucional (AI-4), que convocava o Congresso para discutir e votar o projeto da nova Constituição do país. Em janeiro do ano seguinte foi promulgada a Constituição de 1967, que fortalecia ainda mais o poder executivo.

O governo Castelo Branco procurou promover o crescimento econômico do Brasil e controlar a inflação. Para isso, estimulou a entrada de capital estrangeiro no país e tomou medidas para controlar os salários, cortar gastos públicos e reduzir os créditos disponíveis para o setor privado.

O segundo artigo do AI-1 determinou que as eleições para presidente e vice-presidente seriam indiretas, e que o mandato presidencial se estenderia até 31 de janeiro de 1966, data final de vigência do AI-1. Foi somente com o AI-2 que as eleições indiretas foram definitivamente implementadas de forma autoritária.



■ Posse do marechal Castelo Branco (ao centro) como presidente da república, em 15 de abril de 1964.

### + Saiba mais

#### Censura e repressão

Em março de 1967, Castelo Branco adotou várias medidas para garantir a manutenção do regime, como a **Lei de Imprensa**. Essa lei regulou a liberdade de expressão e de informação, censurando os meios de comunicação. O fechamento do regime se acentuou com a **Lei de Segurança Nacional**, que aumentou a perseguição e a repressão àqueles que eram considerados uma ameaça ao governo. As novas medidas provocaram várias manifestações contra o regime, que foram respondidas com o endurecimento das ações da polícia.

**ANEXO 34** – Página inteira do capítulo Os governos militares do Brasil, do livro *Estudar História: das origens do homem à era digital*, da autora Patrícia Ramos Braick, com edição da Editora Moderna, página 238.



FUNDO CORREIO DA MANHÃ/ARQUIVO NACIONAL

- Estudantes do Rio de Janeiro manifestam apoio à greve de metalúrgicos de Osasco, na Grande São Paulo, em 1968. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.

A Passeata dos Cem Mil foi autorizada pelo governo, devido à crescente oposição pública às atitudes violentas da polícia militar. A imprensa e alguns religiosos, como o bispo Dom José de Castro Pinto, por exemplo, fizeram duras críticas ao regime. Além disso, apesar de ter sido confirmado que a PM não estaria presente na passeata, no dia do evento o general Luís França havia confirmado a presença de cerca de 10 mil homens preparados para entrar em ação.

- Passeata dos Cem Mil, na cidade do Rio de Janeiro, em 26 de junho de 1968.

## O general “linha-dura”

Em outubro de 1966, o general **Arthur da Costa e Silva** foi eleito presidente da república pelo Congresso Nacional, mas foi empossado somente em março de 1967. Costa e Silva prometeu governar para o povo, dialogar com a classe trabalhadora e investir em educação. Seu governo, porém, ficou marcado pelo crescimento dos movimentos de oposição e pela violência da repressão policial.

O movimento estudantil, que desde 1964 estava na ilegalidade, realizou diversas manifestações exigindo reformas no ensino e ampliação de verba e de vagas nas universidades. Além disso, sindicatos organizaram greves, e músicos, roteiristas, intelectuais e artistas em geral iniciaram um amplo movimento de oposição, confrontando abertamente o regime.

### Manifestações contra o regime

Em março de 1968, as tensões entre o governo e seus opositores intensificaram-se com a morte do estudante secundarista **Edson Luís Lima Souto**. O estudante foi morto durante um confronto entre policiais militares e manifestantes, que realizavam uma passeata contra o aumento do preço das refeições no restaurante Calabouço, localizado no Rio de Janeiro. Nas mobilizações seguintes, diversos estudantes foram mortos ou detidos.

O maior protesto do período ocorreu no dia 26 de junho, na região central do Rio de Janeiro. A **Passeata dos Cem Mil**, como ficou conhecida, reuniu cerca de 100 mil pessoas, entre elas estudantes, trabalhadores, intelectuais e artistas, que protestaram contra as mortes, as prisões e a violência policial. Durante a passeata, não houve conflitos. No entanto, após o evento, o governo iniciou uma operação que prendeu a maioria dos líderes do movimento.



**ANEXO 35** – Página inteira do capítulo Os governos militares do Brasil, do livro *Estudar História: das origens do homem à era digital*, da autora Patrícia Ramos Braick, com edição da Editora Moderna, página 239.

■ **As greves de Contagem e Osasco**

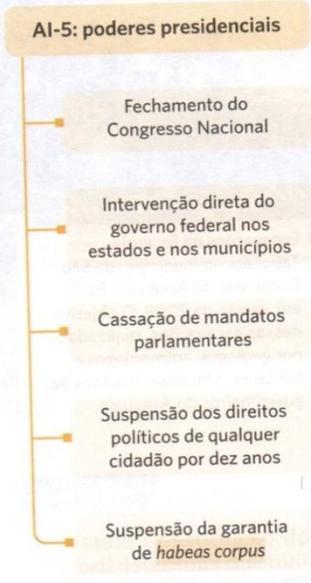
Em abril de 1968, na cidade mineira de Contagem, milhares de operários, principalmente de empresas metalúrgicas e siderúrgicas, decidiram parar suas atividades. Eles reivindicavam reajuste salarial de 25% e liberdade política e civil. A polícia militar, porém, ocupou a cidade e proibiu a realização de assembleias e de panfletagens. Após dez dias de paralisação, os operários aceitaram o abono de 10% e voltaram ao trabalho. A falta de organização e de orientação do movimento impossibilitou uma vitória mais significativa.

Na cidade de Osasco, na Grande São Paulo, em julho do mesmo ano, cerca de três mil metalúrgicos cruzaram os braços e ocuparam seis fábricas. Entre as reivindicações estavam o aumento salarial a cada três meses e um contrato coletivo com vigência de dois anos. A repressão dessa vez foi ainda mais intensa: a polícia militar agiu violentamente, expulsou os trabalhadores das fábricas, invadiu o Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco e efetuou dezenas de prisões.

■ **O Ato Institucional nº 5**

À medida que cresciam as manifestações, o governo militar reagiu com mais censura e repressão. A situação se agravou com o discurso do deputado Márcio Moreira Alves, proferido em 2 de setembro de 1968, que denunciou a violência dos militares e conclamou a população a boicotar as festividades do Dia da Independência.

Como o Congresso se recusou a punir o deputado, o governo decretou, em 13 de dezembro de 1968, o AI-5, o mais violento e repressor dos atos institucionais. Com o AI-5, o Congresso foi dissolvido e o presidente da república ganhou amplos poderes (veja o esquema ao lado). Depois disso, o governo intensificou a cassação de mandatos parlamentares e a perseguição a pessoas consideradas subversivas.



Fonte: FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 2. ed. São Paulo: Edusp, 1995. p. 480.

**Habeas corpus**  
Ação judicial com o objetivo de proteger a liberdade de locomoção de pessoa ameaçada por abuso de autoridade.

# AÍ, O AI-5



© ZIRALDO ALVES PINTO

**Questão**

■ Na sua opinião, qual foi a intenção do autor ao criar esta charge?

■ Charge de Ziraldo de crítica à decretação do AI-5, retirada da sua obra 1964-1984: 20 anos de prontidão (Rio de Janeiro: Record, 1984).

**ANEXO 36** – Página inteira do capítulo Os governos militares do Brasil, do livro *Estudar História: das origens do homem à era digital*, da autora Patrícia Ramos Braick, com edição da Editora Moderna, página 240.



Escavações na Fazenda Taboão, no município de São Domingos do Araguaia, Pará, em agosto de 2009. O objetivo dessas escavações, realizadas por geólogos, antropólogos e militares, é localizar ossadas de guerrilheiros do Araguaia.

### + Saiba mais

#### Busca pelos desaparecidos políticos

Com o objetivo de atender às reivindicações dos familiares de desaparecidos na Guerrilha do Araguaia, o governo federal criou, em abril de 2009, o Grupo de Trabalho do Tocantins (GTT), responsável por localizar, recolher e identificar os restos mortais dos desaparecidos nesse período. O GTT colheu mais de 150 depoimentos de camponeses e ex-militares e encontrou diversas ossadas que estão sob análise do Instituto Médico Legal do Distrito Federal, do Instituto de Patologia da Universidade de Brasília e do Instituto Nacional de Criminalística da Polícia Federal. Em maio de 2011, o grupo foi reformulado e ampliado e passou a se chamar Grupo de Trabalho Araguaia (GTA), coordenado pelo Ministério da Defesa, o Ministério da Justiça e a Secretaria de Direitos Humanos.

#### ■ A oposição armada

A repressão após a decretação do AI-5 desarticulou os movimentos estudantil e operário. Diante dessa situação, alguns setores da esquerda brasileira recorreram à luta armada para combater o regime, organizando guerrilhas urbanas e rurais.

- **Guerrilha do Araguaia.** Formada por membros do Partido Comunista do Brasil (PC do B), em 1967, o movimento atuou na região próxima ao Rio Araguaia, na divisa dos estados do Pará, Maranhão e Goiás (atual Tocantins). O objetivo da guerrilha era mobilizar os camponeses para iniciar uma revolução socialista na região. Em 1972, o governo cercou a área e prendeu a maior parte dos guerrilheiros. Porém, cerca de setenta deles continuam desaparecidos até hoje.
- **Vanguarda Popular Revolucionária (VPR).** O grupo foi formado em 1968 por estudantes e ex-militares, tendo Carlos Lamarca como principal líder. Alguns membros do grupo defendiam a ação armada, enquanto outros preferiam conscientizar as massas antes de agir. Em razão dessas diferenças ideológicas, a VPR dividiu-se em Comando de Libertação Nacional (Colina) e Vanguarda Armada Revolucionária-Palmares (VAR-Palmares).
- **Ação Libertadora Nacional (ALN).** Criada em 1968 por dissidentes do PCB, como Carlos Marighella e Joaquim Câmara Ferreira, a ALN via a guerrilha como uma vanguarda revolucionária que integraria camponeses e operários na luta pela revolução socialista.
- **Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8).** Foi criado por membros que se desligaram do PCB, formando a Dissidência da Guanabara. Em parceria com a ALN, o grupo sequestrou o embaixador norte-americano Charles Elbrick em 1969. Durante a operação, o grupo mudou seu nome para Movimento Revolucionário 8 de Outubro, em homenagem a Ernesto “Che” Guevara, morto nessa data.

Com o objetivo de obter recursos para combater o regime, os guerrilheiros organizavam assaltos a bancos, sequestros e atentados contra autoridades ligadas à ditadura. O governo combateu violentamente as guerrilhas, realizando prisões, torturas e assassinatos. Em meados da década de 1970, as guerrilhas tinham sido praticamente eliminadas no Brasil.

**ANEXO 37** – Página inteira do capítulo Os governos militares do Brasil, do livro *Estudar História: das origens do homem à era digital*, da autora Patrícia Ramos Braick, com edição da Editora Moderna, página 241.

## Governo Médici: o auge da repressão

Em agosto de 1969, o presidente Costa e Silva afastou-se do governo devido a problemas de saúde, e uma segunda junta militar assumiu o comando do país. Em outubro, o general **Emílio Garrastazu Médici** foi eleito pelo Congresso Nacional o novo presidente do Brasil.

Médici institucionalizou a **Operação Bandeirantes** (Oban), que havia sido criada em julho de 1969 para aumentar a repressão e eliminar os focos guerrilheiros. Em 1970, foram criados o Destacamento de Operações e Informações e o Centro de Operações de Defesa Interna, conhecidos como DOI-CODI. Milhares de opositores do regime foram perseguidos, torturados ou perderam a vida nas mãos desses organismos de repressão criados pelo regime militar. Leia, a seguir, o depoimento de um estudante que foi preso e torturado no Engenho Noruega, em Pernambuco, em 1969.

### Lembranças da ditadura

“Depois que o Petrônio chegou eles começaram a nos espancar com barras de ferro [...] e correias de ventilador de carro [...]. E depois nos levaram lá para fora do Engenho, penduraram, amarraram cordas em volta dos calcanhares, penduraram cada um de nós dois passando a corda por uma linha que tinha uns 2 ou 3 metros de altura e continuaram espancando e deram banho de álcool e ameaçaram tacar fogo e também o revólver enfiando no ouvido e puxando o gatilho mas sem bala no revólver. Depois [...] eles então cortaram as cordas e nós caímos de cabeça no chão. [...]”

Depoimento de Luis Medeiros de Oliveira prestado ao Comitê Brasileiro pela Anistia [1979]. In: Arquidiocese de São Paulo. *Brasil: nunca mais*. 26. ed. Petrópolis: Vozes, 1991. p. 223-224.

As relações entre a Igreja e o Estado tornaram-se tensas durante o governo do general Médici. A Igreja era o único setor social que tinha permissão de opinar “abertamente” sobre as ações do governo durante a ditadura. Contudo, em novembro de 1969, alguns religiosos, como Frei Betto (Carlos Alberto Libânio Cristo), foram acusados de apoiar a ALN e de hospedar guerrilheiros nos conventos. Esses religiosos foram perseguidos, presos e torturados. Alguns setores da Igreja, como padres da arquidiocese de Porto Alegre, protestaram contra as prisões e prestaram solidariedade aos religiosos. O filme *Batismo de sangue* é um importante documento sobre a ditadura militar no Brasil, e um dos poucos filmes que mostram aspectos das tensões entre a Igreja e o Estado.

### Questão

- A atual Constituição do Brasil determina que ninguém será submetido a tortura nem a tratamento cruel ou desumano, além de definir a prática de tortura como um crime inafiançável e imprescritível. O que isso significa? O que deve ser feito quando o próprio Estado pratica esse tipo de crime?

### Vale a pena assistir

#### *Batismo de sangue*

Nacionalidade: BRA

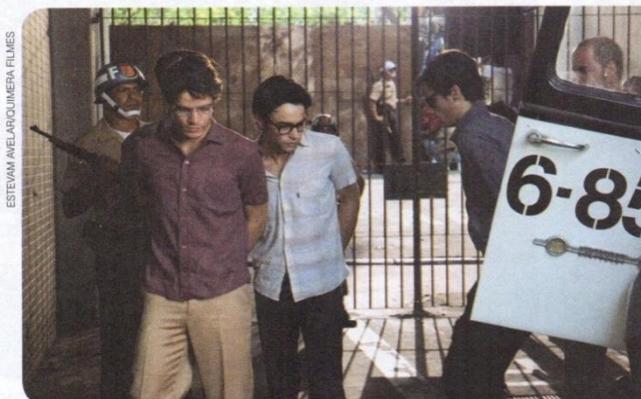
Direção: Helvécio Ratton

Ano: 2006

Duração: 110 min

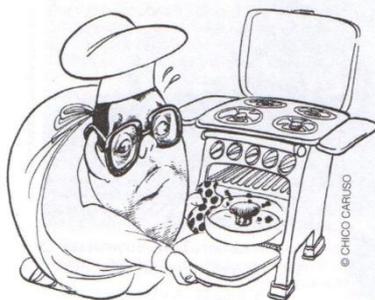
**O cinema nas aulas de história**  
Leia, no **Suplemento do professor**, orientações para o trabalho em sala com este filme.

O filme narra a história de cinco frades dominicanos, entre eles Frei Betto e Frei Tito, que tiveram contato com militantes da luta armada no combate ao regime militar. Ao longo do filme, você vai ver como esses religiosos apoiaram a Ação Libertadora Nacional, liderada por Carlos Marighella, e acabaram sendo presos e torturados. O filme baseia-se na obra *Batismo de sangue*, de Frei Betto, que relata suas memórias sobre esse período obscuro da história brasileira.



▪ Cena do filme *Batismo de sangue*, de 2006.

**ANEXO 38** – Página inteira do capítulo Os governos militares do Brasil, do livro *Estudar História: das origens do homem à era digital*, da autora Patrícia Ramos Braick, com edição da Editora Moderna, página 242.



■ Charge de Chico Caruso sobre o “milagre econômico”, publicada no *Jornal do Brasil* em outubro de 1979. Segundo Delfim Netto, era necessário “fazer o bolo crescer para dividi-lo depois”, ou seja, a prioridade do governo era o crescimento econômico do país. Qual é a crítica presente nessa charge?

## ■ O “milagre econômico”

Durante o regime militar, Antônio Delfim Netto, ministro da Fazenda de 1967 a 1974, implementou uma política econômica que impulsionou o crescimento econômico do Brasil. O governo isentou investidores estrangeiros de alguns impostos, concedeu créditos para empresários e controlou rigidamente os reajustes salariais dos trabalhadores.

A nova política econômica brasileira beneficiou, principalmente, setores privados, a indústria automobilística, a construção civil e a agropecuária. O resultado foi o aumento do poder aquisitivo das classes média e alta, o que acelerou o consumo e ampliou o mercado interno. A partir de 1968, o PIB do Brasil cresceu continuamente, até atingir a taxa de 13% em 1973, e a inflação começou a declinar.

Porém, o “milagre econômico” não beneficiou todos os brasileiros. A política econômica do período, de fato, trouxe estabilidade para o país, mas foi responsável por elevar a concentração de renda e o custo de vida dos brasileiros, aumentando a desigualdade social. A concentração de recursos na Região Sudeste acentuou a miséria em regiões brasileiras que já sofriam os efeitos de sucessivas crises econômicas.

### Questão

- Relacione a charge com o “milagre econômico” brasileiro.

## ■ Brasil, ame-o ou deixe-o

Nos meios de comunicação, o governo alimentava a ideia de que o país estava no caminho certo. Diversas campanhas que exaltavam o Brasil e as ações do governo foram incentivadas, com *slogans* que diziam “Ninguém mais segura este país”, “Este é um país que vai pra frente” etc. Em 1970, a conquista do tricampeonato mundial de futebol pela seleção brasileira contribuiu ainda mais para esse clima de euforia patriótica.

Músicas como *Eu te amo, meu Brasil* e a marchinha *Pra frente Brasil*, que embalou a vitória brasileira na Copa de 1970, também são exemplos do ufanismo presente no período.

Ao mesmo tempo, *slogans* como “Brasil, ame-o ou deixe-o”, muito utilizado na época em objetos e adesivos de automóveis, deixava claro que, aqueles que não concordavam com os rumos que o país tomava, deveriam deixá-lo. Nesse período, muitos artistas, políticos, intelectuais e militantes de esquerda deixaram o Brasil e foram viver em outros países, fugindo da perseguição e das torturas promovidas pelos militares. O ex-senador Luís Carlos Prestes, os cantores Caetano Veloso e Gilberto Gil e o sociólogo Herbert de Souza, o “Betinho”, foram alguns dos exilados políticos do período.



■ Tostão (à frente) e Pelé comemoram o gol de Carlos Alberto, o quarto na vitória de 4 a 1 sobre a Itália, na final da Copa do Mundo de 1970, no México.

O filme *O ano em que meus pais saíram de férias*, dirigido por Cao Hamburger (2006), mostra, sob o olhar de uma criança, o período de euforia que o Brasil viveu com o chamado “milagre econômico” e a Copa do Mundo de 1970. Esse é mais um filme interessante que levanta questões sobre a censura e a repressão durante a ditadura militar brasileira, mascaradas pelo clima ufanista do governo Médici. Professor, se achar importante, indique o filme para os alunos ou assista a trechos com seus alunos na sala de aula, e pergunte a respeito das impressões que eles tiveram. Em seguida, peça-lhes que façam um texto sobre o assunto.

**ANEXO 39** – Página inteira do capítulo Os governos militares do Brasil, do livro *Estudar História: das origens do homem à era digital*, da autora Patrícia Ramos Braick, com edição da Editora Moderna, página 243.

### Abertura lenta, gradual e segura

O general **Ernesto Geisel** foi eleito presidente em fevereiro de 1974, vencendo o deputado Ulysses Guimarães, do MDB. Geisel afirmava que iria iniciar uma política de “abertura lenta, gradual e segura”.

As eleições legislativas para a escolha de deputados e senadores, realizadas em novembro do mesmo ano, foram favorecidas por essa política de abertura. O governo autorizou a propaganda política de candidatos da Arena e do MDB, inclusive com o uso da televisão. O MDB, partido da oposição, venceu em diversos estados e aumentou o seu número de representantes no Congresso Nacional.

Em decorrência das vitórias da oposição, o governo criou, em 1976, a **Lei Falcão**. A lei estabelecia que somente o rosto do candidato e um pequeno currículo poderiam aparecer nas campanhas feitas na televisão. Ao mesmo tempo, os órgãos de segurança continuavam reprimindo, principalmente políticos ligados ao PCB.

Em 1977, o MDB denunciou o desaparecimento de opositores e criticou a falta de liberdades democráticas. Alegando que a oposição colocava em risco a governabilidade do país, Geisel lançou o **Pacote de Abril**. O Congresso foi fechado por 14 dias, o mandato do presidente aumentou de 5 para 6 anos e um terço dos senadores passou a ser eleito pelo voto indireto.

Com essas medidas, as pressões sobre o governo pela prometida abertura política intensificaram-se. O movimento estudantil, por exemplo, reorganizou-se e abraçou a luta pela **anistia** e pelo fim da ditadura. Em 1978 e 1979, greves de metalúrgicos paralisaram grandes fábricas de automóveis de São Bernardo do Campo, na Grande São Paulo, lutando por melhorias salariais e contra a ditadura. Diante do crescimento das manifestações, Geisel iniciou efetivamente o processo de abertura, afastando militares acusados de tortura e revogando o AI-5 em dezembro de 1978.



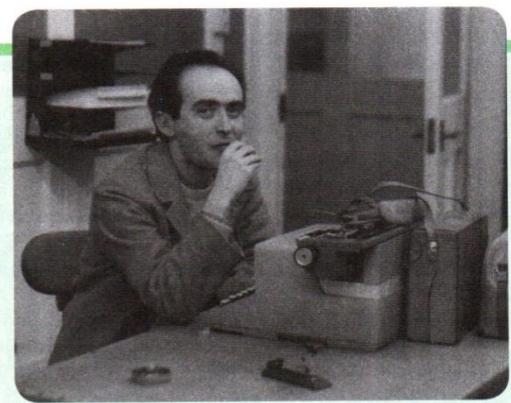
Charge de Ziraldo satirizando a propaganda política do regime militar, retirada da obra 1964-1984: 20 anos de prontidão. (Rio de Janeiro: Record, 1984).

**Anistia**  
Ato do poder público que declara que crimes políticos ou penais cometidos até determinada data não podem ser punidos.

#### + Saiba mais

##### A morte de Herzog

O jornalista Vladimir Herzog, diretor de jornalismo da TV Cultura, tinha 38 anos quando se apresentou no DOI-CODI de São Paulo, em 24 de outubro de 1975. Convocado a prestar esclarecimentos sobre sua ligação com o PCB, Herzog foi torturado e, no dia seguinte, foi encontrado morto na prisão. As autoridades militares afirmaram que Herzog havia cometido suicídio. A missa ecumênica de sétimo dia foi realizada pelo cardeal dom Paulo Evaristo Arns, pelo rabino Henry Sobel e pelo pastor protestante James Wright, na Catedral da Sé, em São Paulo, e reuniu milhares de pessoas, tornando-se um marco nas manifestações públicas contra a ditadura militar.



Vladimir Herzog, em foto tirada na BBC de Londres, em 1966. Instituto Vladimir Herzog, São Paulo.

De acordo com a tradição judaica, os suicidas não podem ser sepultados em cemitérios. O rabino Henry Sobel recusou-se a sepultar Herzog, que era judeu, como suicida. Herzog foi sepultado no Cemitério Israelita do Butantã, em São Paulo.

**ANEXO 40** – Página inteira do capítulo Os governos militares do Brasil, do livro *Estudar História: das origens do homem à era digital*, da autora Patrícia Ramos Braick, com edição da Editora Moderna, página 244.

A grande preocupação do II PND foi o problema energético. É desse período a criação do Programa Nacional do Alcool (Pró-Alcool), que procurou minimizar os efeitos da crise do petróleo, além da construção da Usina Binacional de Itaipu e o programa nuclear brasileiro, que aumentariam a oferta de eletricidade no país.



- Charge de Luiz Gê sobre a Lei da Anistia, publicada no jornal *Shopping City News*, em julho de 1979. Você consegue identificar a crítica presente na charge?

Segundo pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), e divulgada em 29 de fevereiro de 2012, apenas 24,3% dos entrevistados alegaram conhecer a Lei da Anistia. Entre estes, 22,2% acreditam que apenas os agentes da repressão devem ser punidos; 11,4% querem punição apenas para os grupos armados da esquerda; e 33,4% defendem investigação e punição para todos os envolvidos. Professor, esses dados podem ser discutidos com a turma durante a resolução do exercício 6, da página 252.

## ■ Plano Nacional de Desenvolvimento

O “milagre econômico” logo mostrou sua fragilidade. Em 1973, uma guerra contra Israel levou os países árabes exportadores de petróleo a elevar o preço do barril em até 300%. O Brasil, dependente dos créditos internacionais, sofreu um impacto imenso: a inflação cresceu e a dívida externa se multiplicou.

Procurando combater os efeitos da crise internacional do petróleo, o governo Geisel criou o Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), que priorizou investimentos em indústrias de base, energia, comunicação e portos. O Estado passou a ser o principal investidor nos setores petrolíferos, energéticos e de insumos básicos.

No entanto, o crescimento foi menor do que se esperava, pois a dívida externa continuou aumentando, dificultando os investimentos. Além disso, no final do governo Geisel, as taxas de inflação continuavam altas, atingindo 40% em 1978.

## ■ A Lei da Anistia

Após ter iniciado o processo de abertura política, Geisel passou o governo para o general **João Baptista Figueiredo**, último presidente militar do Brasil. Figueiredo assumiu a presidência em março de 1979, no momento em que o país estava à beira de uma recessão econômica e de uma crise política.

Para atenuar a situação, Figueiredo deu início a um plano econômico que tinha como objetivo controlar a inflação e retomar o crescimento, ao mesmo tempo que acelerou o processo de transição democrática.

Em 28 de agosto de 1979 foi decretada a **Lei da Anistia**, um grande passo em direção ao fim da ditadura militar. Muitas pessoas que haviam sido exiladas puderam voltar ao país, e aqueles que haviam sido acusados de crimes políticos foram anistiados. A lei beneficiou também todos os militares e civis acusados de prática de tortura, o que gera muita polêmica até hoje.

### Navegue neste site

#### Memórias Reveladas

O Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil, também conhecido como Memórias Reveladas, foi criado em 2009 sob a coordenação do Arquivo Nacional, com o objetivo de disponibilizar para consulta diversos documentos sobre a ditadura militar brasileira. Com a ajuda do(a) professor(a), dividam a sala em três grupos e façam uma visita ao site para saber um pouco mais sobre a história do nosso país.

1. Acessem o site [www.memoriasreveladas.arquivo-nacional.gov.br](http://www.memoriasreveladas.arquivo-nacional.gov.br).
2. Cliquem no link **Memórias**, na parte superior à direita e, em seguida, entrem em **Multimídias**.
3. Cliquem sobre o multimídia de nome **Linha do tempo**. Cada grupo ficará responsável por abrir, observar, ler e analisar um dos ícones referentes aos períodos de **1964-1969**, **1970-1979** e **1980-1985**.
4. Façam anotações sobre o que estudaram e descobriam no material multimídia. Conversem com



- Estação Pinacoteca, edifício do extinto Dops, em São Paulo, em foto de 2008. O prédio abriga hoje o Memorial da Resistência, dedicado a preservar a memória da resistência à ditadura no Brasil.

os colegas e, posteriormente, apresentem essas informações em um painel para expor em sua escola. Afinal, o projeto Memórias Reveladas possui o seguinte slogan: “Para que não se esqueça, para que nunca mais aconteça”.

**ANEXO 41** – Página inteira do capítulo Os governos militares do Brasil, do livro *Estudar História: das origens do homem à era digital*, da autora Patrícia Ramos Braick, com edição da Editora Moderna, página 245.

### ■ A formação de novos partidos

Em novembro de 1979, o governo autorizou a volta do pluripartidarismo. A Arena passou a se chamar Partido Democrático Social (PDS) e o MDB tornou-se o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Além desses partidos, foram criados outros. Veja a seguir alguns deles.

- Partido Popular (PP), fundado por dissidentes da antiga Arena e emebdistas, como Tancredo Neves.
- Partido Democrático Trabalhista (PDT), liderado por Leonel Brizola.
- Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), liderado por Ivete Vargas.
- Partido dos Trabalhadores (PT), fundado por sindicalistas do ABC paulista, intelectuais de esquerda e grupos socialistas.

Em 1982 ocorreram eleições para prefeitos, deputados e senadores, e a primeira eleição direta para o governo dos estados desde o início do regime militar. Os partidos de oposição, especialmente o PMDB e o PDT, conquistaram vitórias importantes em vários estados.

### ■ A campanha pelas Diretas Já

Em fevereiro de 1983, o deputado do PMDB, Dante de Oliveira, propôs ao Congresso Nacional a aprovação de uma emenda constitucional que propunha o restabelecimento da eleição direta para presidente do Brasil.

Com essa proposta, iniciou-se um importante movimento político que mobilizou milhares de brasileiros, conhecido como **Diretas Já**. Imensos comícios e passeatas foram realizados no país inteiro, com a adesão de trabalhadores, estudantes, músicos, intelectuais, jornalistas e diversos setores da sociedade.

Apesar da pressão, a Emenda Dante de Oliveira não foi aprovada na Câmara dos Deputados. Dessa forma, nas eleições de 1985, o Colégio Eleitoral ainda escolheria o próximo presidente do país.



- Cartaz da UNE contra a emenda Anísio de Souza, 1980. CPDOC/ FGV, Rio de Janeiro. O deputado federal Anísio de Souza apresentou um projeto de emenda constitucional com o objetivo de adiar as eleições municipais de novembro de 1980 para novembro de 1982.

- Manifestação de mulheres pela aprovação da "Emenda das Diretas", em Brasília, 1984. Para ser aprovada, a emenda necessitava de dois terços dos votos da Câmara, ou seja, 320 votos; recebeu 298.



CYNTHIA BRITO/  
OLYMPUS IMAGES

**ANEXO 42** – Página inteira do capítulo Os governos militares do Brasil, do livro *Estudar História: das origens do homem à era digital*, da autora Patrícia Ramos Braick, com edição da Editora Moderna, página 246.



LEON HIRSZMAN PRODUÇÕES: CINEMATECA BRASILEIRA, SÃO PAULO

■ Gianfrancesco Guarnieri em cena do filme *Eles não usam black-tie*, dirigido por Leon Hirszman, 1981. Guarnieri interpreta Otávio, um militante sindical que ficou preso por três anos durante o regime militar. Cinemateca Brasileira, São Paulo.

O filme é baseado no texto escrito por Guarnieri para o teatro. Trata-se da história de um jovem metalúrgico, Tião, que, preocupado com o próprio casamento, fura uma greve, entrando em conflito com o pai, Otávio, líder sindicalista que permaneceu três anos na prisão durante a ditadura.

## Cultura e sociedade

Na década de 1960, o mundo ocidental viveu uma onda de protestos. Diversos países europeus assistiram a grandes manifestações da juventude, que reivindicava liberdade de expressão, justiça social e clamava pela paz e pela quebra de normas e valores que marcaram a vida das gerações anteriores.

Nesse período, o Brasil também passou por grandes manifestações político-culturais, grande parte delas em protesto contra o regime militar. Os brasileiros souberam enfrentar e muitas vezes enganar a censura imposta pelo governo. A música, o teatro, o cinema, a televisão e a moda, por exemplo, foram alguns dos meios utilizados para contestar a repressão política e a política econômica do governo.

### ■ Cinema, teatro e moda

Na década de 1950, um movimento muito importante, conhecido como **cinema novo**, renovou a estética do cinema brasileiro. Caracterizado por abordar criticamente a realidade do Brasil, o cinema novo abordou temas políticos e sociais, como a pobreza, a violência e a falta de investimentos na educação. Os cineastas Glauber Rocha, Nelson Pereira dos Santos, Leon Hirszman e Joaquim Pedro de Andrade foram alguns nomes que marcaram esse movimento.

Ao mesmo tempo, também surgiram muitos grupos teatrais engajados, como o **Teatro Oficina**, dirigido por José Celso Martinez Corrêa, e o **Teatro de Arena**, no qual se destacaram Gianfrancesco Guarnieri e Augusto Boal. Havia também o **Centro Popular de Cultura (CPC)** da UNE, organização criada com o objetivo de conscientizar politicamente as classes trabalhadoras por meio de manifestações artístico-culturais.

Durante o regime militar, a moda também foi um instrumento de manifestação política, apesar de não ter sido muito expressiva. Alguns estilistas, como a carioca **Zuzu Angel**, criaram roupas com detalhes relacionados ao cotidiano de repressão, medo e violência.

### Biografia

**Zuleika Angel Jones (1921-1976)**, mais conhecida como Zuzu Angel, foi uma das estilistas precursoras da “moda política” brasileira. Ela criou roupas inspiradas, principalmente, na cultura brasileira. Em uma de suas coleções, Zuzu Angel criou um vestido com estampas de desenhos infantis que mostravam pássaros na gaiola, anjos, crucifixos e tanques de guerra. Segundo ela, as roupas foram feitas em homenagem ao filho, Stuart Angel, assassinado pelo regime militar. Na década de 1970, Zuzu Angel dedicou-se a denunciar as torturas e os desaparecimentos no período. Em 2006, o drama da mãe em busca do filho desaparecido foi contado no filme *Zuzu Angel*, de Sérgio Rezende. O corpo de Stuart nunca foi encontrado.

Vestido da coleção Anjo Desamparado, criada por Zuzu Angel em protesto pela morte e desaparecimento do seu filho. A coleção foi apresentada em desfile na cidade de Nova York, em 1971. Acervo Instituto Zuzu Angel, Rio de Janeiro.



**ANEXO 43** – Página inteira do capítulo Os governos militares do Brasil, do livro *Estudar História: das origens do homem à era digital*, da autora Patrícia Ramos Braick, com edição da Editora Moderna, página 247.

### ■ Nas entrelinhas da música

A música foi um dos principais meios de manifestação política durante a ditadura militar no Brasil. As letras criticavam indiretamente o regime, dando margem a dupla interpretação, e insinuavam o descontentamento dos brasileiros com o autoritarismo do governo e as desigualdades sociais no país.

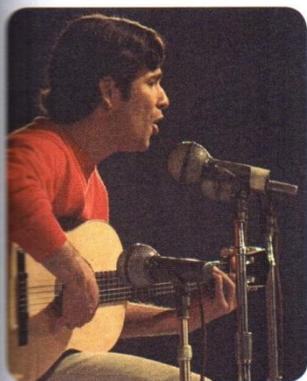
Nos festivais de música, que eram transmitidos pela televisão, diversos intérpretes e compositores destacaram-se no cenário musical, como Chico Buarque e Geraldo Vandré. Conhecidos por compor músicas de protesto, que abordavam os problemas sociais e políticos do período, eles e muitos outros artistas sofreram algum tipo de censura ou foram atentamente vigiados pelos órgãos de repressão.

O protesto nas canções também aparecia na valorização da música popular brasileira. Cantar as mazelas do povo contemplando as temáticas do morro e do sertão eram recorrentes em canções do período, como *Opinião*, famosa na voz de Nara Leão, *Arrastão*, sucesso na voz de Elis Regina, *Disparada*, muito conhecida pela interpretação de Jair Rodrigues, entre outras. O espaço para a realização dessas canções, além dos festivais, era o programa semanal *O Fino da Bossa*, apresentado por Jair Rodrigues e Elis Regina.

Outro importante movimento cultural foi o **tropicalismo**, que incorporou à música popular brasileira diversos estilos musicais, como o *rock*, e assimilou aspectos da contracultura *hippie*, como o uso de cabelos longos e de roupas coloridas. Nesse movimento, destacaram-se Caetano Veloso, Gilberto Gil, Gal Costa, Tom Zé, Torquato Neto e Os Mutantes.

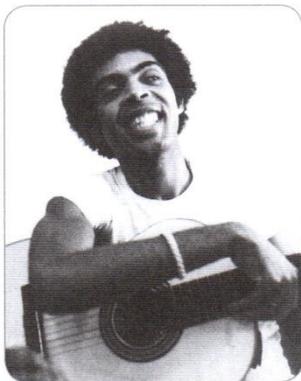
Até mesmo a música romântica, popularmente chamada de “**música brega**”, acabou sendo alvo da censura, pois falava sobre o universo de pobreza, miséria e violência de uma população menos favorecida. Por tratar de temas como prostituição, divórcio e até mesmo sobre a pílula anticoncepcional, cantores como Odair José, Waldick Soriano e Agnaldo Timóteo, que alcançaram grande sucesso e venderam milhões de discos, também foram vítimas da repressão política e tiveram algumas de suas músicas censuradas pelo regime.

Outro estilo musical de sucesso na época foi a **Jovem Guarda**, que abordava temas relacionados ao cotidiano dos jovens e às suas aventuras amorosas. O movimento surgiu em um programa de televisão da TV Record, em 1965. Seus principais expoentes foram Roberto Carlos, Erasmo Carlos e Wanderléa.



ANTONIO ANDRADE/EDITORIA ABRIL

■ O cantor e compositor Geraldo Vandré no III Festival Internacional da Canção (FIC), em 1968, no Rio de Janeiro. A canção *Pra não dizer que não falei das flores* tornou-se um hino da luta contra a ditadura militar. Nesse festival, a música de Vandré perdeu o primeiro lugar para a canção *Sabiá*, de Tom Jobim e Chico Buarque, que foram vaiados pelo público durante dez minutos.



ARQUIVO/AGÊNCIA ESTADO

■ O cantor e compositor Gilberto Gil, em 1972. Caetano Veloso e Gilberto Gil foram os nomes mais destacados do movimento tropicalista. Em 1968, durante o III Festival Internacional da Canção (FIC), no Rio de Janeiro, Caetano Veloso e os Mutantes cantaram *É proibido proibir*. Eles apareceram vestidos com roupas metálicas, muito modernas para a época, e chocaram o público “jovem, universitário e de esquerda”, que predominava nos festivais.



ARNALDO SILVA/EDITORIA ABRIL

■ Elis Regina cantando *Lapinha* (de Baden Powell e Paulo César Pinheiro) na I Bienal do Samba, em 1968. A Bienal do Samba surgiu como uma alternativa aos festivais da canção, que recebiam críticas pela desvalorização do samba, pela repetição de fórmulas de apresentação e pela exibição de canções com temáticas muito semelhantes, as chamadas “músicas de festival”.

**ANEXO 44** – Página inteira do capítulo Os governos militares do Brasil, do livro *Estudar História: das origens do homem à era digital*, da autora Patrícia Ramos Braick, com edição da Editora Moderna, página 248.

**ENQUANTO ISSO...**



**Ditadura militar no Chile e na Argentina**

Você sabia que, além do Brasil, outros países da América Latina também viveram sob ditaduras militares? O Chile, por exemplo, foi submetido a um regime militar extremamente violento, que vigorou de 1973 a 1989.

Salvador Allende foi o último presidente civil do Chile antes do golpe militar. Eleito por uma frente partidária que reunia democratas, socialistas e comunistas, Allende nacionalizou as minas de cobre, estatizou o sistema financeiro e promoveu uma reforma agrária e educacional no país. Essas medidas desagradaram os setores mais conservadores da sociedade chilena e de alguns países, como os Estados Unidos. Assim, com o apoio do governo norte-americano, as forças militares articularam um golpe de estado.

Allende refugiou-se na sede do governo, o Palácio de La Moneda, que foi alvo de bombardeios. Allende morreu no local. Estudos feitos recentemente por biógrafos de Allende tendem a confirmar a versão divulgada pelos órgãos oficiais na época. O presidente Salvador Allende cometeu suicídio antes que as tropas invadissem o palácio. O general Augusto Pinochet assumiu o poder e impôs uma ditadura brutal no país.

Na Argentina, a situação também era bastante tensa. A inflação crescia, os salários perdiam o seu poder de compra e as manifestações políticas agitavam o país. Em 1976, os militares depuseram a presidente María Estela Martínez de Perón, conhecida como Isabelita, segunda esposa do ex-presidente Juan Domingo Perón.

A ditadura militar instaurada na Argentina durou até 1983 e é considerada a mais violenta da América Latina. Segundo dados de órgãos humanitários, cerca de 30 mil pessoas foram mortas no país pelo regime militar.

Estudantes em manifestação contra o governo de Augusto Pinochet, e em homenagem ao ex-presidente Salvador Allende, Chile, 1985.



Palácio Presidencial de La Moneda, em Santiago, Chile, em foto de 2008. No golpe de 11 de setembro de 1973, militares bombardearam o palácio e assumiram o poder.

248

**ANEXO 45** – Página inteira do capítulo Os governos militares do Brasil, do livro *Estudar História: das origens do homem à era digital*, da autora Patrícia Ramos Braick, com edição da Editora Moderna, página 249.



❑ **Manifestação das Mães da Praça de Maio**, em foto da década de 1980, com a presidente do grupo, Hebe de Bonafini, ao centro. Semanalmente o grupo se reúne na Praça de Maio, na frente da Casa Rosada, sede do governo argentino, para exigir notícias de seus filhos desaparecidos.

### Movimentos de resistência

Assim como no Brasil, movimentos de contestação também se organizaram no Chile e na Argentina. Em 1971, no Chile, diversos intelectuais e artistas reuniram-se para apoiar o governo de Allende, com a criação de um museu internacional, composto de obras doadas por artistas de todo o mundo. Porém, com o golpe militar, o museu foi extinto, levando à criação de museus em outros países, denominados Museus da Resistência ou Museus de Salvador Allende. Em 1991, o Museu da Solidariedade Salvador Allende foi reinaugurado em Santiago, a capital do país.

Na Argentina, por sua vez, artistas e intelectuais expressavam sua angústia diante da situação dramática do país. Entre eles, pode-se destacar a cantora Mercedes Sosa que, por defender ideias socialistas, foi perseguida pelos militares e obrigada a se exilar na Europa. O grupo **Mães da Praça de Maio**, formado por mães e familiares de pessoas desaparecidas durante a ditadura, foi outro importante grupo de resistência. Até hoje as Mães de Maio se reúnem para exigir notícias de seus filhos.

### Questões

1. Cite semelhanças e diferenças entre a ditadura militar chilena e a argentina.
2. Como as imagens se relacionam com a história política do Chile e da Argentina nas décadas de 1970 e 1980?

A causa da morte do presidente Salvador Allende foi motivo de longas controvérsias entre os historiadores. A versão do suicídio, divulgada pelos órgãos oficiais, foi muito contestada pelos críticos do regime de Pinochet porque ela contribuía para criar uma imagem negativa de Allende, que havia preferido o suicídio a morrer combatendo os militares. Em julho de 2011 foram realizadas novas perícias e se confirmou o suicídio de Allende.



❑ **Cartazes da memória**, obra do grupo de arte Callejero. Os cartazes fazem uma crítica à violência do Estado durante a ditadura militar na Argentina. As peças fazem parte do Parque de la Memoria, projetado por organizações de defesa dos direitos humanos e inaugurado em 2007, em Buenos Aires.

**ANEXO 46** – Página inteira do capítulo Os governos militares do Brasil, do livro *Estudar História: das origens do homem à era digital*, da autora Patrícia Ramos Braick, com edição da Editora Moderna, página 250.

ATIVIDADES
Faça em seu caderno

**Compreender os conteúdos**

1. Atividade em dupla. Respondam às questões a seguir sobre o golpe militar no Brasil, em 1964.
  - a) Quais foram os argumentos utilizados pelas forças armadas do Brasil para justificar a intervenção militar na política brasileira?
  - b) Identifiquem os diferentes setores da sociedade brasileira que apoiaram o golpe militar de 1964.
  - c) Por que os Estados Unidos apoiaram o golpe militar no Brasil?
2. Redija um pequeno texto sobre as principais medidas políticas e econômicas tomadas pelo presidente Humberto Castello Branco.
3. No caderno, ordene as sentenças para que elas formem um texto contínuo e coerente.
  - a) O desmantelamento da guerrilha não calou as vozes contra a ditadura. No final dos anos 1970, o governo Figueiredo, pressionado pela mobilização popular e pela crise econômica, aprovou a Lei da Anistia, que permitiu o retorno dos exilados políticos ao país.
  - b) O golpe de 31 de março de 1964 derrubou o governo de João Goulart e iniciou uma ditadura militar no Brasil, marcada pela repressão política e pelo alinhamento do país ao governo dos Estados Unidos.
  - c) Enquanto o governo aumentava a repressão, a luta contra a ditadura se radicalizava, surgindo vários grupos que adotavam a luta armada para combater o governo. A repressão à guerrilha foi violenta.
  - d) A campanha das diretas foi a última e mais expressiva mobilização contra o regime militar no Brasil. Mesmo decretando a falência do regime, a campanha não foi capaz de decidir a sucessão do presidente João Figueiredo.
  - e) A centralização política promovida pelos militares e a crescente supressão das liberdades democráticas foram efetuadas com a publicação de decretos e Atos Institucionais, sendo a edição do AI-5 o ponto mais alto do autoritarismo do governo.
4. Cite e explique duas medidas do ministro da fazenda Delfim Netto durante o período chamado “milagre econômico” brasileiro.
5. Por que a expressão “Esse é um país que marcha pra frente” tornou-se um slogan político no início da década de 1970? Qual era o significado da expressão “Brasil, ame-o ou deixe-o”?

**Ampliar o aprendizado**

6. Atividade em grupo. O frade dominicano Tito de Alencar Lima, conhecido como Frei Tito, atuava na defesa dos movimentos sociais e na luta contra o regime militar. Em novembro de 1969, ele foi levado à sede da Operação Bandeirantes (Oban) para ser interrogado. O texto a seguir, publicado por Frei Betto, é um relato de Frei Tito sobre um de seus momentos na prisão. Reúna-se com um grupo de colegas e, juntos, respondam às questões.
 

“Ao chegar à Oban, fui conduzido à sala de interrogatórios. A equipe do capitão Maurício passou a acarear-me com duas pessoas. O assunto era o congresso da UNE em Ibiúna, em outubro de 1968. Queriam que eu esclarecesse fatos ocorridos naquela época. Apesar de declarar nada saber, insistiam para que eu ‘confessasse’. Pouco depois levaram-me para o pau de arara. Dependurado, nu, com mãos e pés amarrados, recebi choques elétricos, de pilha seca, nos tendões dos pés e na cabeça. Eram seis os torturadores, comandados pelo capitão Maurício. Davam-se ‘telefones’ [tapas nos ouvidos] e berravam impropérios. Isso durou cerca de uma hora.”

BETTO, Frei. *Batismo de sangue: os dominicanos e a morte de Carlos Marighella*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983. p. 229.

  - a) Citem uma passagem do relato de Frei Tito que exemplifica a arbitrariedade instaurada pelo regime militar no Brasil.
  - b) De que maneira os militares legalizaram os crimes praticados contra os direitos humanos nos porões da ditadura?
  - c) A Lei da Anistia, aprovada em 1979, beneficiou tanto os presos e exilados políticos quanto os agentes do Estado acusados de crime de tortura. Recentemente, o debate sobre a anistia aos torturadores retornou à cena política brasileira. Qual é a opinião de vocês sobre o assunto? A lei deve beneficiar os dois lados ou, como ocorreu na Argentina, os torturadores devem ser punidos? Discutam essa questão com os colegas.

■ 250

**ANEXO 47** – Página inteira do capítulo Os governos militares do Brasil, do livro *Estudar História: das origens do homem à era digital*, da autora Patrícia Ramos Braick, com edição da Editora Moderna, página 251.

7. Leia o trecho da reportagem a seguir para responder às questões.

“Às 11h34 deste 15 de janeiro, explode o grito parado no ar durante 21 anos [...]. A multidão se abraça e chora, ergue os braços e pula, rompe os cordões de isolamento, atravessa as rampas proibidas e escala a cúpula do Senado, agitando faixas e bandeiras.

Trio elétrico, bumba-meu-boi, charanga do Atlético Mineiro, samba, frevo e maracatu, bandeiras do Brasil [...], dos partidos comunistas, do PMDB [...], gente moça e velha, de terno ou de calção, cantando e dançando, um homem grita: a liberdade chegou. [...].

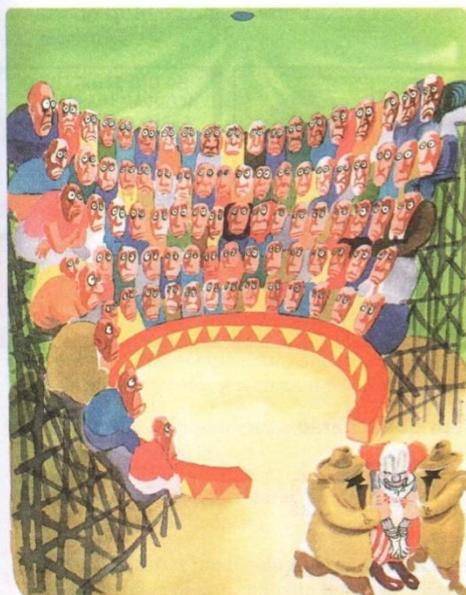
Um último susto: o carro de bombeiros liga a sirene, mas é só para poder levar uma jovem que desmaiou de alegria, primeira vítima da democracia nascente.”

KOTSCHO, Ricardo. *Folha de S.Paulo*, 16 jan. 1985. p. 7.

- Identifique as expressões que o autor utiliza para anunciar o fim do regime militar no Brasil.
- Qual era a situação política do Brasil no início da década de 1980?
- De acordo com o texto, em janeiro de 1985, a população brasileira festejava o início de um regime democrático. No entanto, as eleições diretas para presidente da república ocorreram quatro anos depois. Explique por quê.

### História feita com arte

8. Atividade em dupla. Durante o regime militar brasileiro, era muito comum a produção de charges que criticavam o autoritarismo do governo. Nos dias atuais, esse período da história do Brasil ainda inspira muitos artistas. Observem atentamente as charges a seguir e expliquem as críticas presentes em cada uma. Em seguida, estabeleçam uma relação entre elas.



- À esquerda, charge de Chico Caruso, 1º lugar no 3º Salão Internacional de Humor de Piracicaba, 1976. Acima, charge de Leandro Franco, 2011. A Comissão da Verdade é um projeto que visa esclarecer casos de violação de direitos humanos durante as ditaduras militares na América Latina. Ela cumpre uma das ações previstas no Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3).

**ANEXO 48** – Página inteira do capítulo Os governos militares do Brasil, do livro Estudar História: das origens do homem à era digital, da autora Patrícia Ramos Braick, com edição da Editora Moderna, página 252.

## AVALIE O SEU APRENDIZADO 3

### Aplice o que você aprendeu

- Sobre o período da Guerra Fria, responda.
  - Quando esse período começou?
  - Qual foi a principal característica desse período?
  - A Guerra Fria repercutiu em vários países, reproduzindo, em cada um deles, a disputa política, econômica e ideológica entre as duas superpotências. Dê exemplos de experiências latino-americanas que refletiram a rivalidade que marcou a Guerra Fria.
- O presidente Juscelino Kubitschek implementou um programa de desenvolvimento econômico chamado de Plano de Metas. Redija um pequeno texto sobre esse plano, considerando as questões a seguir.
  - Quais eram as principais medidas do Plano de Metas?
  - Quais foram as principais consequências para a economia do Brasil?
- Sobre o pan-africanismo, responda.
  - Qual é a origem do movimento?
  - Quais eram os principais objetivos do Primeiro Congresso Pan-africano?
  - Que outro movimento ligado à comunidade africana surgiu na década de 1930? Comente suas características.
- Defina os termos a seguir relacionados ao período da ditadura militar no Brasil.
  - Arena.
  - MDB.
  - AI-5.
  - DOI-CODI.
  - Milagre econômico.
  - Lei Falcão.
  - Lei da Anistia.
- Na década de 1960, o cartunista argentino Quino criou a personagem Mafalda, uma menina de seis anos de idade muito preocupada com as principais questões da sua época. Leia uma tirinha dessa personagem e responda.
 

■ Tirinha da personagem Mafalda, do cartunista Quino.

- Qual era o contexto internacional do período em que a personagem Mafalda foi criada?
- Considerando que Mafalda é uma personagem criada na década de 1960, explique por que ela se mostra preocupada com as armas nucleares.
- O que Mafalda quis dizer com a frase “Só que seria lindo acordar um dia e saber que nossa vida depende só de nós”?

**ANEXO 49** – Página inteira do capítulo Os governos militares do Brasil, do livro *Estudar História: das origens do homem à era digital*, da autora Patrícia Ramos Braick, com edição da Editora Moderna, página 253.

A resistência da atuação artística de Elis Regina não ficava restrita ao campo político. As canções que ela gravava faziam críticas ao regime, mas também traduziam o esforço em divulgar uma música ligada às raízes musicais brasileiras, com seus ritmos, instrumentos e referências nacionais, por isso, o protesto contra as guitarras elétricas e o rock. A crítica ao tropicalismo deve ser compreendida neste contexto, de valorização da música popular brasileira e de resistência ao imperialismo cultural anglo-americano. Já a crítica à Jovem Guarda tinha duas razões: a influência de ritmos estrangeiros nesse estilo musical e a baixa qualidade artística que, segundo Elis, marcavam as canções desse movimento. Colocando-se como "soldado" da boa música, Elis promovia uma luta implacável em defesa da música popular brasileira, pela valorização de canções engajadas e semanticamente bem construídas.

**6. No trecho a seguir, a historiadora Rafaela Lunardi analisa a atuação musical de Elis Regina no contexto da ditadura militar no Brasil. Leia o texto com atenção para explicar as características da resistência que as canções gravadas por Elis expressavam.**

“Envolvendo-se na disputa da MPB com a Jovem Guarda, participando e liderando a ‘passeata contra as guitarras elétricas’, em 1967, colocando-se contra o tropicalismo, em 1968, e atuando na luta a favor da abertura política e da anistia, a partir da segunda metade da década de 1970, a cantora constituiu-se, historicamente, como uma representante da resistência artística aos governos militares. Tal resistência aparecia nos setores artísticos defendendo a música popular brasileira contra a invasão estrangeira, numa estratégia nacionalista de luta contra o ‘imperialismo’ [...]”

LUNARDI, Rafaela. *Em busca do Falso Brilhante: performance e projeto autoral na trajetória de Elis Regina (Brasil, 1965-1976)*. (Dissertação de Mestrado). FFLCH, Universidade de São Paulo, 2011. p. 156.

**7. Leia, a seguir, o trecho de uma música composta no final da década de 1970 e responda às questões.**

“Nos dias de hoje é bom que se proteja  
Ofereça a face pra quem quer que seja  
Nos dias de hoje esteja tranquilo  
Haja o que houver pense nos seus filhos  
Não ande nos bares, esqueça os amigos  
Não pare nas praças, não corra perigo  
Não fale do medo que temos da vida  
Não ponha o dedo na nossa ferida  
Nos dias de hoje não lhes dê motivo  
Porque na verdade eu te quero vivo [...]”

LINS, Ivan; MARTINS, Victor. Cartomante. Album *Nos dias de hoje*, 1978.

a) Qual era o contexto político e econômico vivido no Brasil no período em que a música foi composta?

b) O que os compositores aconselhavam nessa música?

c) Na sua opinião, o pronome “lhes”, na penúltima frase, se refere a quem? Explique.

d) Em agosto de 1979, foi decretada a Lei da Anistia. Explique o que foi essa lei e por que ela ainda é motivo de grandes debates no Brasil.

**O que eu sei**

**8. Como foi o seu aprendizado em relação aos objetivos a seguir? A aprendizagem pode ser plena, suficiente ou insuficiente. Se respondeu “insuficiente” para algum dos objetivos, releia o conteúdo correspondente e refaça as atividades.**

- 1 e 5. Compreender o contexto da Guerra Fria e identificar, na América Latina, acontecimentos que refletiram a disputa entre as duas superpotências.
2. Identificar as principais características dos governos populistas e as ações mais relevantes dos governos brasileiros entre 1930 e 1964.
3. Caracterizar o pan-africanismo no contexto das lutas das colônias africanas pela independência.
4. Identificar as principais características políticas e econômicas do período da ditadura militar no Brasil.
5. Analisar canções produzidas durante o regime militar e relacionar o conteúdo dessas canções ao contexto brasileiro daquele período.

253 ■